



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Cenas da Cidade Negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras  
imagens da escravidão nos contos de Machado de Assis.**

**ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA**

**Campina Grande**

**2013**

**ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA**

**Cenas da Cidade Negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras  
imagens da escravidão nos contos de Machado de Assis.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Cidades, em Campina Grande, 2013.

ORIENTADOR: Prof, Dr. Gervácio Batista Aranha.

**Campina Grande**

**2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O48c Oliveira, Ariosvalber de Souza.  
Cenas da Cidade Negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras  
imagens da escravidão nos contos de Machado de Assis / Ariosvalber  
de Souza Oliveira. – Campina Grande, 2013.  
138 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha".  
Referências.

1. Contos - Fonte Histórica. 2. Cidade Negra - RJ.  
3. Assis, Machado de. 4. Escravidão. I. Aranha, Gervácio Batista.  
II. Título.

CDU 930.2:82-34(043)

**ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA**

**Cenas da Cidade Negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras  
imagens da escravidão nos contos de Machado de Assis.**

Avaliado em: 12/04/2013

Conceito: Aprovado com Distinção

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – PPGH/UFCG

Orientador

---

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima- PPGH/UFCG

Examinador Interna

---

Prof. Dr. Patrícia Cristina Aragão Araújo- UEPB

Examinadora Externa

---

Prof. Dr. Marinalva Vilar de Lima- UFCG

Suplente Interno

---

Prof. Dr Josemir Camilo de Melo - UEPB

Suplente Externo

***O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja nossa origem. Afinal sem a escravidão, o Brasil não existiria como hoje é e não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses e os mamelucos lhe desenharam. Com ou sem remorso, a escravidão foi o processo mais importante de nossa História.***

***Alberto da Costa Silva.***

***A História jamais pode estar livre de paixões e comprometimentos. Não me sinto inibido de forma nenhuma pelo fato de que minhas próprias paixões e comprometimentos sejam evidentes.***

***E. P. Thompson***

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que direto e indiretamente me ajudaram a terminar este trabalho. Aos colegas da turma do mestrado em história 2011-2012 – UFCG, todos contribuíram com colocações importantes sobre o conhecimento histórico e suas possibilidades, além de dividir momentos de alegrias e apreensão comum no curto período de pós - graduação. Aos colegas de turma, Alisson Luna, Fabiano Badu, Vanessa, André Ouriques, Gutemberg, Roberg, Alionália, Gláucia, Muriel, Francimeire, Hilmária, Janailson, Lucilvania, Kledna, Raissa e Lucélia, pra vocês vão meus sinceros agradecimentos.

Aos professores: Antonio Clarindo que ministrou a disciplina de metodologia, com suas agudas e importantes colocações sobre as questões teóricas e metodológicas do projeto de dissertação, ajudou em muito a ajustar as coordenadas da pesquisa. João Marcos, que na disciplina que envolve política e poder, abriu os olhos para importância da leitura dos clássicos da historiografia, fonte imprescindível de reflexão intelectual. Marinalva Vilar, ao exigir a leitura e releituras de importantes historiadores sociais e culturais. Gervácio Batista Aranha, nas agudas reflexões teóricas, demonstrou toda a maturidade intelectual e erudição no campo da teoria da história. Como também na disciplina de “cidade e modernidade”, tivemos contato com autores que trabalham a questão urbana na historiografia, bem como as implicações da modernidade na experiência urbana.

Ao professor Luciano Mendonça, historiador social de rara sensibilidade, do qual tive a alegria de acompanhá-lo nas aulas da disciplina de “História da África” por mais de um ano. Sendo um período de grande aprendizagem intelectual e ética na prática profissional e com um adicional: dividirmos a luta contra o preconceito racial e temos o gosto refinado de torcer pelo time mais querido da Paraíba, o glorioso e querido Treze da Borborema. E ainda trouxe contribuições inestimáveis para a presente pesquisa na disciplina sobre as Cidades Negras no Brasil.

Cada disciplina ajudou em muito a afinar os instrumentos da pesquisa. Se houve alguns desajustes e equívocos, isto se deve exclusivamente ao autor.

A coordenadora do Curso, professora Juciene Ricarte, pela sua conduta profissional e humana.

Estendemos os agradecimentos aos solícitos e importantíssimos, Arnaldo e Felipe. Pois, sendo o sucesso do Programa de Pós – Graduação em História da UFCG, fruto do esforço coletivo, vocês fazem parte dessa vitória.

A professora Patrícia Aragão, por ter aceitado participar da banca de qualificação e a examinadora. O que foi um ganho intelectual muito grande para presente pesquisa.

Ao orientador, Professor Gervácio Batista Aranha, sendo difícil mensurar a importância das suas sugestões, críticas e ensinamentos teóricos e metodológicos, podemos de imediato indicar que esta pesquisa sem suas contribuições dificilmente seria gestada.

Aos amigos, Fabrício, Sérgio, Sandro Marcelino, Tiago, Malu, Marcos, Araguacy e Rosemary que convivi cinco meses de rara alegria e de longas conversas!

Aos colegas de trabalho – ProjovemUrbano – Jeremias, Socorro, Diego, Solange, Professor Paulo, Polyana, Bebel, Zilda, Luciene, Paulo, Amanda, Rafaela e a todos os alunos.

Moisés Alves, malungo de longa data e várias batalhas.

A Josielma, namorada, amiga e companheiro de toda hora, em especial...

A minha irmã, Gesminiele, a mainha, Goretti, grande incentivadora e detentora de uma sabedoria sem igual, minha fonte inesgotável de carinho e admiração.

Em memória de Neném (pai), Zé Miguel (avô paterno), Anésio (avô materno), Vó Chiquinha (avó materna), professor/poeta Luis Carlos e Tiago (aluno do Projovem-Jeremias que foi brutalmente assassinado no dia de seu aniversário, 23/12/2012, mais uma vítima da violência que assola as periferias do Brasil, uma guerra estúpida onde só existem vencidos).

## RESUMO

O presente trabalho visa estabelecer diálogos entre narrativa literária e experiência histórica urbana. Pretende pesquisar características da *cidade negra* do Rio de Janeiro no período oitocentista, tendo como fonte principal de pesquisa os contos de Machado de Assis. Para tanto, apresentaremos reflexões sobre o gênero do conto enquanto fonte histórica e analisaremos a concepção de cidade negra na historiografia brasileira, bem como a relação dos contos machadianos com a escravidão. Portanto, o texto visa analisar os aspectos da cidade negra, como as práticas de torturas contra os cativos, cenas do cotidiano e de resistência dos escravos, como as fugas, capoeiras e quitadeiras, assim como, discorre sobre a questão do tráfico ilegal de escravos na Corte e suas implicações sociais. Essas imagens pesquisadas abrangem como pano de fundo a escravidão urbana recriadas nos contos machadianos.

Palavras Chaves: Contos, Cidade Negra, Machado de Assis, Escravidão.

## ABSTRACT

This work aims to establish dialogue between literary narrative and historical experience urban. Want to search for characteristics of black city of Rio de Janeiro during nineteenth century, having as a major source tales of Machado de Assis. Therefore, we will present reflections on the genre of the short story as a historical source and analyze the design of black town in Brazilian historiography, as well as the relationship of the tales machadianos slavery. Therefore, the text aims to analyze aspects of black city, as the practices of torture against captives, everyday scenes and slave resistance, such as trails, barns and greengrocers, as well as discusses the issue of trafficking of slaves the Court and its social implications. Those surveyed include images as background to urban slavery recreated tales Machado.

Keywords: Short Stories, Black City, Machado de Assis, Slavery.



## SUMÁRIO

<b>Introdução:</b> Sobre a pesquisa da <i>cidade negra</i> nos contos machadianos .....	10
.....	
<b>Capítulo I: Machado de Assis, um contista desconhecido nos trópicos.....</b>	<b>20</b>
1.1 Apresentação do capítulo.....	20
1.2 Considerações sobre o uso da literatura enquanto fonte histórica: o conto.....	21
1.3. Machado de Assis: contista desconhecido do Segundo Reinado .....	32
1.4. A cidade do Rio de Janeiro nos contos de Machado: O Rio de Assis.....	43
<b>Capítulo II:</b>	
<b>2 – Sobre a concepção da Cidade Negra e Machado de Assis e a escravidão. ...</b>	<b>51</b>
2.1 A concepção de cidade negra na historiografia Brasileira .....	51
2.2 A questão da escravidão na obra machadiana, o caso do conto .....	66
<b>Capítulo III:</b>	
<b>3. Representações da Cidade Negra do Rio de Janeiro nos contos Machadianos.</b>	
3.1. Apresentação do capítulo.....	76
3.2 Cenas de torturas e violência: faces desveladas da escravidão urbana da Corte..	77
3.3 Cenas do cotidiano e de resistências: fugas, precariedade da liberdade, capoeiras, e quitandeiras.....	86
3.4 O medo dos maus tratos e cenas de contrabando na Corte oitocentista: um crime quase perfeito?.....	102
4. Considerações Finais .....	121
ANEXOS.....	123
Referências .....	130

## INTRODUÇÃO:

Sobre a pesquisa da *cidade negra* nos contos machadianos.

A minha admiração pelo escritor Machado de Assis teve início na adolescência. Textos como *A Igreja do Diabo*, *Missa do Galo*, *Dom Casmurro*, *Memória Póstuma de Brás Cubas*, entre outros, deixaram fortes impressões no jovem leitor e marcaram minha percepção acerca da literatura. De modo que acredito ter sido importante até hoje a impressão de que um bom texto ficcional é o que causa certo incômodo no leitor e o faz refletir diante do desenrolar da narrativa, ao transparecer a dimensão da existência de que as coisas que mais nos surpreendem fazem parte do devir existencial. A ficção literária parece nos dizer, num silêncio perturbador, que a vida concreta e imaginária fora dos livros é mais complexa e inacreditável do que as que se desenrolam nas páginas dos literatos.

Além desse aspecto, o que mais me impressiona na obra machadiana é a capacidade que o autor tem de visualizar aspectos da vida política do Brasil no século XIX. Para além de um grande deslindador da alma humana, que descreveu com sincera crueldade os lados mais obscuros das ações humanas, é perceptível na narrativa machadiana uma arguta análise da sociedade brasileira do seu tempo.

Sem conhecer minimamente as complexidades que envolviam o métier do historiador e sem ter um conhecimento mais aprofundado acerca da obra machadiana, ficava estarecido e admirado com a história do Brasil apresentada através da lente ficcionista de Machado de Assis.

Chamava-me a atenção a atualidade de suas críticas. Nunca saiu da memória a imagem descrita na crônica publicada no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, de 29\12\1861, onde diz: “*O Brasil real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco*”<sup>1</sup>. Sempre fazia uma analogia desta imagem com a característica marcante da propaganda oficial do governo federal que tem o objetivo de mostrar o Brasil dos dados oficiais positivos e dos discursos que nos fariam supor que estamos a caminho de nos tornarmos uma grande potência mundial, *o país de todos*.

---

<sup>1</sup>Cabe a leitura da crônica de Ariano Suassuna: *Todos nós temos nossos arraiais de Canudos*, Folha de São Paulo, 3 de outubro de 1997. O autor estabelece, a partir do exemplo da destruição do Arraial de Canudos, a diferença do Brasil oficial (estado branco e poderoso, preocupado com a ordem da sociedade) que esmagou parte do Brasil real (Canudos dos pretos, mestiços e excluídos). O autor encerra levantando a reflexão de que quando o estado coloca a força policial para, supostamente, levar paz às favelas, é o confronto destes brasis que convive diariamente – oficial e o real.

Mas, esta imagem oficial de progresso não se coaduna com os graves problemas estruturais que o país possui, como uma desigualdade social extrema entre ricos e pobres, e um sistema tributário que massacra a população de baixa renda. Nesse sentido, o Estado brasileiro oficial é burlesco, pois se recusa a reconhecer seus grandes problemas e desafios, embora o Brasil seja a sexta economia do mundo e sede da copa do mundo 2014 (oficial), é o mesmo país que criminosamente esmagou os moradores de Pinheirinhos<sup>2</sup> (real).

Esse fascínio pela produção ficcional do Bruxo do Cosme Velho transformou-se em objeto de pesquisa histórica que se estendeu em monografia de conclusão de curso e especialização até chegar ao presente texto, e quiçá numa futura tese de doutorado.

Estou consciente de que pesquisar a literatura machadiana é enveredar por terreno pantanoso e minado, no sentido de que talvez seja o escritor mais estudado na literatura brasileira. Isto tanto na área dos estudos literários como no campo dos estudos da história<sup>3</sup>. A pesquisa empreendida nos causa dois sentimentos correlatos: primeiro, a apreensão de estar repetindo ou apenas reforçando estudos já feitos; o segundo remete ao entusiasmo da constatação de que um grande escritor, como Machado de Assis, não esgota as possibilidades de novos estudos e de que ainda existem muitas coisas a serem pesquisadas.

Isto se deve, primeiramente, à imensa produção ficcional do autor. Até onde atualmente se sabe, Machado de Assis escreveu nove romances, mais de quinhentas crônicas, duzentos e dezoito contos, entre outros textos de teatro, poesia, crítica literária e relatórios de trabalhos. Outro ponto a ser destacado é o fato de que, por mais incrível que possa parecer, não existe uma obra realmente completa da obra machadiana. As duas grandes obras são os 31 volumes da editora Jackson, organizada por Raimundo Magalhães Júnior. Tal editora comprou os direitos autorais da Garnier. A outra grande obra são os três volumes da edição Nova Aguilar, em papel bíblia, somando mais de três mil páginas. Ambas as edições estão longe de estarem completas, além de serem

---

<sup>2</sup> Em 2012 a comunidade da favela de Pinheirinhos em São José dos Campos (estado de São Paulo) foi retirada a força pela polícia por ordem de mandado judicial de reintegração de posse ao especulador financeiro Naji Nahas. A truculência do Estado sob esse população de baixa renda foi tão forte que tal fato ficou conhecido como o “Massacre de Pinheirinhos”. Dessa maneira a justiça é ágil e rápida para alguns setores da população brasileira e demorada e omissa para outros.

<sup>3</sup> Se no mundo das letras tupiniquins o *Bruxo do Cosme Velho* é exaustivamente estudado, cabe destacar que na historiografia brasileira existem inúmeros trabalhos de história relacionados a Machado de Assis. Como exemplo, é só verificar o número de dissertações e teses de História na Universidade de Campinas e na Universidade de São Paulo, ver Links: <http://www.teses.usp.br/>; <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/list.php?tid=7>

marcadas por inúmeras falhas e equívocos<sup>4</sup>, de modo que tal realidade é extensível aos contos.

Ainda sobre os contos machadianos, destaca-se o trabalho do professor Edjalma Cavalcanti (2003), que organizou todos os contos escritos por Machado de Assis, dividindo o resultado da pesquisa em quatro livros. Os dois primeiros já foram concluídos, os outros estão sendo finalizados. No presente trabalho utilizamo-nos da edição de contos organizadas por Gledson (2007) e Eduardo de Assis Duarte (2007<sup>5</sup>).

Na perspectiva do Machado de Assis contista, a produção ficcional desse gênero merece novos estudos, tanto na crítica literária quanto nos estudos de história que aproveitam a obra machadiana considerada como fonte documental. Do ponto de vista dos historiadores, o escritor é estudado principalmente a partir dos romances e das crônicas. Sobre esse segundo gênero, são muitos os estudos que abordam o Rio de Janeiro do cronista Machado de Assis<sup>6</sup>.

Quanto aos contos, entretanto, faltam estudos amplos e aprofundados. Existem muitos pontos em silêncio sobre o Machado de Assis contista. Por exemplo, o crítico literário Hélio de Seixas Guimarães (2004), na tese de doutorado *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*, pesquisa nos romances machadianos a figura do leitor tido como construtor literário e analisa a possibilidade de se apontar para uma teoria machadiana do leitor. Nesse contexto, segundo o crítico literário, denotam-se projeções do escritor acerca do seu leitor ideal, real e potencial. Guimarães arrisca apresentar respostas a algumas questões importantes como, por exemplo, quem eram os leitores de Machado? De que forma a repercussão de cada obra (romance) teria influenciado obras posteriores e produzido modificações importantes na produção do escritor? Essas dimensões estudadas por Hélio Guimarães relativamente aos romances não foram estudados em relação aos contos. Esse é apenas um exemplo, entre outros, acerca da existência de aspectos do

---

<sup>4</sup>Contamos com o auxílio técnico do trabalho realizado por John Gledson em *Uma breve introdução aos contos de Machado de Assis*, no livro “50 contos de Machado de Assis”; seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Também do site domínio público que disponibiliza grande parte dos contos escritos por Machado. Cabe destacar a organização dos contos de Machado de Assis, no estudo elaborado por Edjalma Cavalcanti no prefácio e introdução do livro: *Contos Completos de Machado de Assis*. UFJF: Minas Gerais, 2003.

<sup>5</sup> DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente**: escritos de caramujo. 2ªed. Rio de Janeiro: Pallas, Crisálidas. 2007.

<sup>6</sup> Sobre esta perspectiva ver o artigo: **O punhal de Martinha: O Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis**, de Fabio Muruci dos Santos. In. Anos 90: Revista do programa de pós-graduação em História – UFRGS, 2000.

Machado contista que devem ser investigados e esmerados por críticos literários e historiadores.

Podemos indicar alguns estudos representativos sobre os valores históricos nos contos machadianos. Sidney Chalhoub (2003)<sup>7</sup> demonstra, ao analisar alguns contos, aspectos da escravidão brasileira, como na pesquisa do texto *Mariana*. Nicolau Sevcenko (2003)<sup>8</sup> faz uma leitura arguta do conto *Evolução*, demonstrando os dilemas das novas gerações de intelectuais no período de passagem da Monarquia para a República no Brasil.

John Gledson (2006)<sup>9</sup> inova nas leituras de alguns contos, perscrutando aspectos pouco estudados, como o caso da questão de gênero, e no conto *O Espelho*, indicando que tal narrativa representa as crises de identidade das elites brasileiras no processo da inevitável derrocada da escravidão no Brasil. O crítico literário Eduardo de Assis Duarte (2007) analisa os contos: *Virginius*, *Mariana*, *Pai Contra Mãe*, *O Espelho* e *O Caso da Vara*, pesquisando, nesses textos, aspectos da escravidão brasileira.

A historiadora Daniela Magalhães da Silveira<sup>10</sup> se detém na análise do processo de seleção dos contos dos livros *Papéis Avulsos (1882)* e *História Sem data (1884)*. A autora traz com agudeza de detalhes as transformações sofridas dos contos do seu veículo original de publicação (dos jornais até chegar às páginas dos livros) e observa que muitos enredos descritos nos contos publicados nos livros citados trazem frequentemente assuntos que estavam na ordem do dia dos debates políticos do seu tempo e que ficaram registrados na imprensa. De modo que, não raro, eram alocados em colunas marginais, ou em outras páginas onde eram publicados os contos. Eram nesses espaços que originalmente eram publicados os contos como, por exemplo, a questão do advento do suposto progresso da ciência, que era tema debatido à exaustão pelos jornalistas e colaboradores do Jornal *Gazeta de Notícias (1875-1942)*, principalmente nas últimas décadas do século XIX, que foi um dos temas muito bem representados nos contos machadianos. “O Alienista”, publicado no livro *Papéis Avulsos (1882)*, é uma demonstração disto.

---

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>8</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão: tensões sociais e produção cultural na primeira República**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>9</sup> GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>10</sup>SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Fábrica de Contos: Ciência e Literatura em Machado de Assis**. Campinas – São Paulo: Unicamp, 2010. Trata-se originalmente de tese de doutorado em História defendida em 2009 na Universidade de Campinas no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, sobre a orientação do professor Dr. Sidney Chalhoub.

O historiador Leonardo Bruno Farias<sup>11</sup>, por seu turno, destaca a construção do comportamento feminino a partir dos contos de Machado de Assis publicados no *Jornal das Famílias* (1858 -1878). O conto ou novela *O Alienista* é um texto muito analisado na área das ciências humanas, tanto na área da história quanto na da filosofia, principalmente porque relaciona as ideias do filósofo e historiador Michel Foucault sobre a loucura<sup>12</sup>.

Constata-se, no entanto, que há poucos estudos dentro da historiografia brasileira que têm como fonte principal os contos de Machado, ao passo que, sobre as pesquisas que estabelecem interfaces entre a cidade do Rio de Janeiro e contos machadianos, as lacunas se ampliam.

Perante esse cenário, pretendemos pesquisar aspectos da *cidade negra* do Rio de Janeiro nos oitocentos, tendo como fonte os contos de Machado de Assis. Nosso estudo analisa o espaço urbano a partir da literatura<sup>13</sup>, estabelecendo interfaces entre cidade e ficção. Essa relação é uma das áreas mais fascinantes dos estudos históricos, a exemplo das memoráveis páginas de Walter Benjamim sobre a Paris de Charles Baudelaire<sup>14</sup>. Geralmente os historiadores se utilizam dos romances e principalmente das crônicas para estabelecer estudos sobre as urbes, sendo raros os historiadores que estudam experiências do urbano a partir dos contos, isto pode ser atribuído a algumas questões a serem tratadas adiante.

O historiador na sua pesquisa se ampara nas fontes históricas para subsidiar seus argumentos e interpretações de fatos já transcorridos. A fonte utilizada deve ser sempre refletida e questionada. Utilizar da literatura tida como fonte histórica é a *priori*, manusear textos, antes de tudo, ficcionais, sem compromisso de veracidade ou de lógica cronológica acerca dos fatos desenvolvidos em suas páginas.

---

<sup>11</sup> FARIAS Leonardo Bruno. “**O Anjo das Donzelas**”: a construção do comportamento feminino nos contos de Machado de Assis (1858-1878). Campina Grande, 2011. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de humanidades. Orientador: Profª Drª Regina Coeli Gomes do Nascimento

<sup>12</sup> A filósofa Kátia Muricy estabelece o estudo sobre a questão da loucura no conto “O Alienista”, no livro: *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*. Pra ver outros trabalhos sobre este conto, é só fazer uma rápida pesquisa na enciclopédia dos “pós-modernos”, o Google, logo aparecem inúmeros trabalhos relacionando o *Alienista e a Loucura*.

<sup>13</sup> A palavra literatura é um termo polissêmico. O significado de literatura que conhecemos é recente no conhecimento ocidental, pois aquilo que entendemos por literatura foi instituído a partir dos séculos XVIII e XIX. O crítico literário Terry Eagleton (1997, p. 24), nessa perspectiva, indica que “a literatura nesse sentido da palavra é um fenômeno historicamente recente: foi inventado mais ou menos em fins do séc.XVIII”. Portanto, utilizamos *literatura* no presente texto quanto ao seu aspecto ficcional, no qual escrevem poetas, teatrólogos, romancistas, contistas, entre outros.

<sup>14</sup> BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire**: Um lírico no Auge do Capitalismo. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Para nós, historiadores, no caso do conto, as questões são tornadas mais complexas, pois se trata de um gênero de ficção que tem como característica marcante o narrar do breve – que se alicerça pelo limite narrativo. Trata-se de um texto curto, onde geralmente os escritores se esforçam por apresentá-lo sinteticamente, e está fincado nas descrições breves. O conto é texto de difícil acesso para uma pesquisa de história. É diferente do romance, pois não há espaço para as longas dissertações, descrições ou reflexões, como nos romances clássicos *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal, e o *Crime e Castigo*, de Dostoiévski. No conto, a economia das palavras e das descrições são características basilares da narrativa.

Sendo Machado de Assis o contista, o grau de complexidade inflaciona-se. Trata-se de um escritor refinado e de astuta narrativa, onde o enigma e as decifrações das entrelinhas e ironias se fazem necessárias para o melhor entendimento dos leitores. Machado não foi propriamente um paisagista, mas antes um retratista da vida fluminense. Muito atento às dimensões psicológicas de seus personagens, tendo trabalhado com agudeza peculiar os componentes mais obscuros das ações humanas – um de seus temas prediletos.

Com fundamento em muitos estudos de crítica já se sabe que existe uma gama de experiências sociais do seu tempo<sup>15</sup> contidas nas narrativas machadianas, nas quais também reside uma reiterada preocupação do autor em ser um homem do seu tempo e do seu país. O escritor estava atento às questões latentes da sua época, mas sempre representou suas críticas de forma velada, dizendo mais nas entrelinhas do que nas exposições das frases das suas narrativas, de modo que esta perspectiva é mais acentuada nos contos.

Isto vale para o tema da escravidão e suas implicações sociais e culturais. Assunto que para Machado de Assis sempre foi delicado devido às circunstâncias da época e de seu temperamento. Na maioria das vezes, a escravidão sempre foi colocada com muita ironia e de forma muito sutil pelos narradores machadianos, o que resultou em muitas polêmicas entre seus estudiosos<sup>16</sup>.

O crítico literário Augusto Fischer (2008) destaca na leitura feita por Roberto Schwarz sobre a estrutura da narrativa do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

---

<sup>15</sup>Vários estudos já apontam para estas perspectivas, entre alguns autores podemos indicar: Brito Brocca (1957); Astrojildo Pereira (1958); Miécio Tati (1961); Raymundo Faoro (1976); John Gledson (1986); Kátia Muricy (1988); Roberto Schwarz (1997); Sidney Chalhoub (2003), Nicolau Sevcenko (2003); Eduardo de Assis Duarte (2007); Hélio Seixas de Guimarães (2004), entre outros tantos.

<sup>16</sup>O que será cuidadosamente analisado no segundo capítulo do presente texto.

(1881), a relação do narrador com a posição social de classes na sociedade empírica. Mas em relação aos contos diz que:

O romance tem essa propriedade, enseja essa aproximação, e não apenas o romance machadiano, é claro, mas sim o romance em si, com sua estrutura e sua ontologia – sua capacidade de oferecer uma leitura de conjunto sobre uma experiência social complexa, seja ela ávida de um indivíduo, seja ela todo um ciclo histórico. O conto não permite tal. Por seu tamanho curto, por sua vocação para o flagrante e não para o relato extenso [...] Talvez a vocação não para o registro da vida social em conjunto, ou a de um tipo de representativo de certa classe, mas a vida individual isolada empurre o conto para o domínio do debate da época, mais do que o do lugar: o leitor dos contos de Machado, considerados em conjunto, tem ali mais um comentário sobre aquilo que no Brasil é comum [...] é que Machado ali está pensando na vida humana de seu tempo, mais do que na vida humana de seu espaço; para usar termos mais correntes, ele é menos localista do que cosmopolita, menos específico e brasileiro do que genérico e ocidental. (FISCHER, 2008, p.175 – 176).

Concordamos com Fischer quanto à diferença do Machado de Assis romancista para o contista. Esta segunda dimensão é mais detida na descrição das questões da vida humana do que propriamente nas análises sociais e históricas, até mesmo por suas limitações constitutivas. Mas, em que pesem essas restrições, acreditamos ser possível considerá-los como fontes documentais visando estudar a *cidade negra* do Rio de Janeiro.

Neste contexto, anuímos com Marc Bloch (2001, p. 79), “os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam, senão, quando sabemos interrogá-los”.

Mesmo diante de algumas mediações necessárias relativamente à fonte utilizada, traçaremos esta pesquisa vinculada à História Social, haja vista tratar-se de uma pesquisa preocupada em compreender características do *modus operandi* da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro nos oitocentos, bem como perceber cenas da cidade negra e, para tanto, temos como fio condutor da pesquisa os contos machadianos.

De modo que pretendemos analisar, relativamente à cidade do Rio de Janeiro, características da escravidão, pois “é justamente na corte que o escravismo, na sua configuração urbana, assume seu caráter mais extravagante” (ALENCASTRO, 1997, p. 10).

O Brasil foi o país que mais importou escravos africanos no mundo. Estima-se que um total de mais de quatro milhões de africanos desembarcaram forçosamente em



terras brasileiras, o que foi de fundamental importância para a constituição cultural, social e econômica da nação que foi construída, literalmente, sob *costas negras*<sup>17</sup>. O que é extensivo para a constituição de muitas cidades brasileiras, merecendo destaque a cidade do Rio de Janeiro, que no decorrer da história do Brasil ganhou notável importância desde a descoberta do ouro e diamantes na região das Minas Gerais, onde grande parte dos escravos que explorados nestas regiões desembarcavam no porto do Valongo.

A partir de 1763 o Rio de Janeiro veio a se tornar o coração vital do país ao tornar-se a capital do Brasil, tendo em seguida acomodado a família real (1808) e sido palco da independência do Brasil em 1822. Após a segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro pode ser denominada de *A Corte Irradiante*<sup>18</sup>. Durante seu crescimento urbano e econômico, sabe-se que o Rio de Janeiro foi a cidade que mais recebeu escravos no Brasil. No início do século XIX, a Corte brasileira aglomerava a maior população de cativos do mundo. É esse cenário que pretendemos investigar naquilo que os contos sugerem e permitem visualizar.

De modo que a primeira parte do trabalho visa a estabelecer algumas ponderações sobre o gênero literário do conto e suas características, tomando-o como produto urbano advindo da modernidade. Nessa parte, foram analisadas as obras de Carlo Ginzburg (2007), bem como as dos contistas Edgar Allan Poe (e sua concepção de conto sustentada na concepção de *unidade de efeito*), Julio Cortázar e Machado de Assis. Utilizamos-nos da concepção de “desbanalização do banal”, do filósofo Paulo Ghiraldelli Jr (2003).

Pretendemos, assim, desbanalizar a dimensão do contista Machado de Assis, examinando as suas facetas ocultas, defendendo o seu perfil de contista do Segundo Reinado e analisando suas possibilidades ao considerar tais obras como fontes históricas para fins de estudar a cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>17</sup>FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>18</sup> Faço uma analogia ao argumento posto por Nicolau Sevcenko segundo o qual, no início da República, o Rio de Janeiro pode ser considerado como a *Capital Irradiante*, no sentido de que as transformações da cidade e os novos hábitos da população fluminense influenciavam os demais estados e cidades da federação brasileira. Recuamos ao Segundo Reinado, especificamente à segunda metade do século XIX, pois o Rio desta época já tinha força representativa imensa nas demais regiões brasileiras, guardadas, obviamente, as devidas proporções com o processo de modernização que a cidade passou no período da República. SEVCENKO, Nicolau. A Capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2004, V.4.

Na segunda parte, iniciaremos reflexões sobre a historiografia da cidade a partir do conceito de *cidade negra* e suas possibilidades de estudos. Nesta parte, dialogaremos com historiadores que estabeleceram reflexões sobre os estudos da cidade na historiografia brasileira, como Maria Stela Bresciani (1998), Marisa Varanda Teixeira Carpintéro e Josianne Francia Cerasoli (2009), Sidney Chalhoub (1990), entre outros. Empreenderemos, também, uma análise acerca da relação do Machado de Assis com a delicada questão da escravidão e de como é possível perceber as cenas da cidade negra em suas narrativas, inclusive nos contos.

Na terceira parte, analisaremos nos contos de Machado de Assis aspectos da “cidade negra” e outras imagens da escravidão no Rio de Janeiro oitocentista, mediante o estabelecimento de diálogos entre crônicas<sup>19</sup> e jornais da época<sup>20</sup>, bem como entre relatos de Mahommah Baquaqua e Charles Darwin e historiadores da escravidão urbana da Corte, como Chalhoub (1990; 2012), Mary Karasch (2000), Luiz Carlos Soares (2007), entre outros.

O capítulo analisa aspectos da escravidão urbana e suas tensões sociais, como as práticas de torturas sob os escravos e a precariedade da liberdade dos negros na cidade do Rio no século XIX. Por outro lado, pesquisa as práticas de resistências, como as fugas e o suicídio, bem como as atividades dos capoeiras e quitandeiras na cidade. E por fim, discorre sobre o tráfico ilegal e suas implicações sociais.

Na análise dos contos estaremos atentos às entrelinhas, as pontuações dos textos, os pequenos detalhes. Dialogando com a perspectiva teórica do “paradigma indiciário” do historiador italiano Carlo Ginzburg (1989) que propõe ser um modelo interpretativo nos quais os pequenos detalhes, as minúcias, são possibilidades de acesso ao conhecimento de determinadas características do contexto social.

Esses detalhes é que podem subsidiar e auxiliar na possibilidade de leitura para as redes de significados sociais e psicológicos mais profundos inacessíveis por outros métodos. Demonstrando assim a importância de refletir sobre os detalhes, os pormenores, aparentemente sem importância no texto, que se torna importante no processo de pesquisa e de interpretação das fontes históricas.

Como é de praxe numa pesquisa histórica, não pretendemos esgotar o tema estudado, mas o autor ficará satisfeito se conseguir despertar nos leitores o interesse

---

<sup>19</sup> As crônicas de Machado de Assis utilizadas na pesquisa foram consultadas no site do Ministério da educação – MEC, <http://machado.mec.gov.br/>.

<sup>20</sup> Os jornais digitalizados foram consultados no site da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

pelo estudo da temática da escravidão urbana a partir de fontes poucas exploradas, como os contos machadianos.

Almeja-se também despertar o interesse sobre o contista Machado de Assis, pois muitos textos dele estão intactos quanto a novos estudos e reavaliações, tanto por parte dos estudiosos das letras, como por parte dos historiadores. Nos contos machadianos reside “uma multidão de coisas interessantes para a nossa história pública e íntima. Daí a esperança que me fica, de não ser condenado absolutamente pela consciência dos que me lêem”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup>Trecho extraído do conto *Eterno*, do livro, “Páginas recolhidas”. Assis, Machado de – Obra Completa: Contos e Teatro. VII. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

## CAPÍTULO 1

### MACHADO DE ASSIS, UM CONTISTA DESCONHECIDO NOS TRÓPICOS.

#### 1.1. APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO.

O presente capítulo analisa o Machado de Assis contista ao destacar dimensões geralmente desconhecidos pelos leitores contemporâneos, haja vista que geralmente o que se conhece nos chegou através dos livros publicados pelo autor ou em coletâneas de textos muito difundidos para o processo de seleção do vestibular. Pretendemos desbanalizar, sobretudo, a concepção de contista que geralmente é apresentada acerca do *Bruxo do Cosme Velho*, a qual destaca o caráter psicológico dos contos. Frise-se que não negamos esta dimensão, mas indicamos que se pode ir além desta perspectiva. Neste momento, utilizamo-nos do conceito proposto pelo filósofo Paulo Ghiraudelli Jr, de *desbanalização do banal*.

A fim de logarmos nosso objetivo, apresentamos num primeiro tópico uma reflexão acerca do uso da literatura tida como fonte de pesquisa, de modo que abordamos, especificamente, o uso do conto considerado como fonte histórica. Neste momento do capítulo estabeleceremos diálogos com alguns estudiosos, como o crítico literário Antonio Candido (2008), o sociólogo Gilberto Freyre (1980) e os historiadores Carlo Ginzburg (2007) e Nicolau Sevcenko (2003), entre outros.

De modo que apresentaremos as reflexões feitas por contistas e teóricos do conto moderno, destacando Edgar Allan Poe, Julio Cortázar e o próprio Machado. Tentar-se-á demonstrar que o conto moderno é um artefato urbano típico das transformações passadas pelas grandes cidades no período da industrialização e da modernização nos séculos XVIII e XIX.

O segundo tópico propõe que o contista Machado de Assis pode ser lido como um autor do Segundo Reinado, e que suas narrativas em grande medida retratam estórias ambientadas na Corte nesse período, diferentemente de outros gêneros, como nos romances – a exemplo de *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires* – e nas crônicas, onde é possível visualizar imagens do Rio no início do período republicano. Existem contos onde os enredos estão situados na República, mas devido aos pouquíssimos textos e das

descrições fugidias sobre esse período, torna-se difícil ao historiador aferir uma pesquisa mais densa sobre tal período histórico.

A última parte do capítulo analisa, uma temática ainda pouco estudada, as interfaces entre os contos machadianos e a cidade do Rio. Perspectiva bem diferente no tocante ao Machado de Assis cronista, o que se deve à própria lógica deste gênero, que tem como premissa registrar e comentar os fatos do dia-a-dia das cidades<sup>22</sup>. Propomos estabelecer que, através dos contos machadianos, é possível analisar várias facetas da escravidão no Rio de Janeiro, bem como dimensões da *cidade negra*.

## 1.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO DA LITERATURA TIDA COMO FONTE HISTÓRICA: O CONTO

O filósofo Paulo Ghiraldelli Júnior (2003) propõe que a filosofia tem como fio condutor a *desbanalização do banal* – percepção de que coisas que estamos acostumados no nosso cotidiano devem sempre ser colocadas sob o crivo da suspeita e do questionamento. Essa leitura da filosofia está em harmonia com as principais matrizes do pensamento ocidental. Para tanto, o autor passa por alguns filósofos paradigmáticos – de Sócrates à Nietzsche – apresentando alguns exemplos emblemáticos, como os casos de Sócrates ao desbanalizar o conceito; Descartes, o cogito; Kant, a razão; Hegel a história; Frege e Nietzsche, a linguagem.

Tais abordagens servem para mostrar que determinados aspectos do conhecimento da época desses autores eram aceitos sem grandes discussões, mas foram questionados de modo que ao serem refletidos, tornaram-se pontos reveladores do

---

<sup>22</sup>Do ponto de vista dos historiadores, a crônica é um texto importante por si só, pois, como tem a premissa de narrar os grandes e miúdos acontecimentos do cotidiano, permite a visualização, com riqueza de detalhes, de cenas das urbes e de práticas cotidianas dos cidadãos. Isto principalmente para o historiador que analisa detidamente as experiências urbanas e, se refletirmos bem, o que seria dos estudos da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX se não fossem as informações contidas nas crônicas de Lima Barreto, João do Rio ou de Brito Broca? Estendo a indagação para a cidade de Campina Grande na primeira metade do século 20: o que seria dos estudos da cidade sem o olhar atento de Cristino Pimentel? Como sugestão de leitura fica a indicação de dois trabalhos de história que trabalham com agudeza a crônica como fonte histórica (ver especificamente o artigo: *Visões do urbano na ótica dos cronistas: um mergulho no cotidiano cidadão*), ARANHA, Gervácio Batista. II Seminário Nacional de Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura, realizadas durante os dias 07 a 10 de novembro de 2011 no Campus I da Universidade Federal de Campina Grande – programa de pós-graduação em História O outro estudo é a relação de Lima Barreto cronista e o subúrbio do Rio, no trabalho: *Uma Outra Face da Belle Époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*. NETO, Joachin de Melo Azevedo Sobrinho. Campina Grande, 2010. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de humanidades. Orientador: prof. Dr. Gervácio Batista Aranha.

conhecimento (*desbanalização do banal*). Exemplo: “*a teoria da linguagem de Frege*”. Do final do século XIX até a proposta de Friedrich Ludwig Gottlob Frege, a linguagem era compreendida apenas como meio de transporte de ideias e comunicação, pois não havia questionamentos sérios acerca de sua complexidade<sup>23</sup>. As reflexões feitas por Frege sobre a linguagem vão deixar marcas profundas na história da filosofia, de modo que “provocará a grande revolução da qual emergirá historicamente boa parte da filosofia do século XX” (DELACAMPAGNE, 1997, p. 20).

No artigo “*Sentido e referência*” (1892), o autor questiona a *teoria da referência*<sup>24</sup> então vigente para ilustrar sua crítica e elabora o seguinte enunciado: estrela do amanhã (a) era o ponto luminoso no céu, referência utilizada pelos navegadores no nascer do sol; estrela da tarde (b) também vista como referência pelos navegadores no pôr-do-sol; e planeta Vênus (c) que, na verdade, é o objeto que era tido como estrela do amanhã e da tarde. Temos, então: estrela do amanhã = estrela da tarde = planeta Vênus: (a=b=c), trata-se de uma tautologia<sup>25</sup>, mas (a) e (b) não têm o mesmo sentido, embora tenham a mesma referência (c).

Frege, nesse simples enunciado, demonstra que é preciso deixar de confundir sentido de um signo (aspecto objetivo) com a representação subjetiva com o objeto que constitui a referência. O filósofo subverte a tradição da filosofia da linguagem ao demonstrar que *sentido e referência* necessariamente não são a mesma coisa; há mais elementos na linguagem que trazem complexidade a essa relação – portanto, a linguagem é desbanalizada.

Dessa maneira, podemos estabelecer que a história, assim como a filosofia, guardadas as devidas proporções, pode ter como característica a “*desbanalização do banal*”<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup>O filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche, também dentro de sua perspectiva, vai questionar a linguagem, de modo que boa parte da filosofia do século XX teve, na linguagem, seu centro de discussão. Frege e Nietzsche, ambos iniciaram este debate.

<sup>24</sup>Teoria segundo a qual o nome se refere a um objeto que é igual a um sentido.

<sup>25</sup>Tautologia (gr. *tautologia*) 1. Proposição na qual o predicado simplesmente repete aquilo que já está contido no sujeito: “todo solteiro é não-casado”. Nesse sentido, todos os juízos analíticos são tautológicos. 2. Em lógica, função sentencial que é sempre verdadeira, independente dos valores que atribuímos às suas variáveis. Verdade lógica. Ex.: “ $p > p$ ”, isto é, “toda sentença implica a si mesma”. MARCONDES, Danilo, HILTON, Japiassú. **Dicionário Básico de filosofia**. 3ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

<sup>26</sup>A concepção de desbanalização é muito próxima da concepção de estranhamento da escola formalista russa utilizado por Carlo Ginzburg no ensaio “Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário” contido no livro: “**Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância**”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Atitudes do nosso dia-a-dia, como abrir uma torneira, olhar-se no espelho, acender uma lâmpada, falar ao telefone, entre outras, são coisas banais e corriqueiras que não nos causam reflexão. Mas, para outras épocas, o surgimento desses recursos e práticas causava impactos importantes na vida das pessoas. É nesse sentido que o historiador, nos seus estudos, pode desbanalizar as coisas tidas como banais e demonstrar, a partir delas, pontos reveladores para se conhecer características importantes de uma determinada época.

Nessa perspectiva, propomos, na pesquisa dos contos machadianos, analisá-los para além de uma leitura estética, mas sim com implicações históricas, considerando-os como fontes históricas sugestivas para os historiadores e, assim, desbanalizando os contos machadianos.

Ao utilizar da narrativa literária enquanto fonte histórica é necessária algumas mediações metodológicas. A literatura é uma fonte documental indispensável para o historiador que queira melhor tentar compreender uma época passada. São rastros materiais e sensíveis de uma sociedade. Acreditamos deste modo que os textos literários são narrativas portadoras de diversas possibilidades de pesquisa para a história. Sobre estes pressupostos, Gilberto Freyre reflete:

Que haverá de afim entre um antropólogo do tipo de um Lawrence da Arábia ou, antes, de um Robert Redfield, ou um historiador social do tipo de um Marc Bloch ou um sociólogo do tipo de um Simmel e um escritor que escrevera romances do tipo de Tolstoi e dos de Proust e, entre nós, dos de Machado de Assis e Raul Pompéia? Creio que aquela empatia que consiste na capacidade de ver-se um indivíduo em outros e de ver outros em si mesmo, em uma perspectiva tanto de dentro para fora como de fora para dentro. (FREYRE, 1980, p.89).

Aspectos da sociedade são representadas e documentadas em vários registros históricos, ficando preservadas, à sua maneira, nas narrativas dos ficcionistas. Nesta perspectiva, indica Carlo Ginzburg (2007, p. 14): “os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo<sup>27</sup>”.

---

<sup>27</sup>O filósofo Aristóteles reflete no Livro IX: “História e Poesia” da *Arte Poética*, de forma pioneira a relação da história com a poesia (literatura). Em linha geral, defende que a história narra o acontecido e a poesia o que poderia ter acontecido, desta maneira, para o pensador, a poesia era mais universal do que a história. ARISTÓTELES, *Arte Poética*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

Outro aspecto que deve ser destacado é que o conteúdo na ficção literária não é constituído meramente de fantasias narradas, pois as obras literárias têm efeitos práticos e concretos na medida em que influenciam e alteram nossa visão de mundo. O texto narrado pela literatura ganha valor de verossimilhança<sup>28</sup>. A literatura ficcional está além do plano da mera ficção – no plano restrito da estética, ela é, *a priori*, uma manifestação social e cultural, que possibilita significar indícios de um contexto histórico.

Deste modo, pode-se utilizar a narrativa ficcional e considerá-la fonte histórica. O texto literário serve como fonte de pesquisa para as questões formuladas pelo historiador. No dizer de Nicolau Sevcenko (2003, p. 29), “todo escritor possui uma espécie de liberdade condicionada de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são formadas ou sugeridas pela sua sociedade e seu tempo.” Esta arguta colocação, feita por Sevcenko, é enriquecida quando o escritor Mário Vargas Llosa, numa reflexão sobre o *métier* do ficcionista, defende que:

Uma obra de ficção fracassa ou triunfa por si mesma – pelo vigor de seus personagens, pela sutileza de seu enredo, pela sabedoria de sua construção, pela riqueza de sua prosa – e não pelo testemunho que oferece do mundo real. No entanto, nenhuma ficção, por mais autossuficiente e impermeável à realidade exterior que nos pareça, não deixa de ter vínculos poderosos e irremediáveis com a outra vida, aquela que não é criada pela magia da fantasia e pela palavra literária, mas pela vida crua, a não inventada, a vivida. (LLOSA, 2004, p. 69)

A narrativa literária não se abstrai totalmente de seus vínculos extralinguísticos. Contudo, é importante ler a narrativa ficcional não como mero reflexo da realidade. É preciso estabelecer uma relação de proximidade com determinados acontecimentos históricos. Podemos indicar que as possibilidades da literatura tida como fonte para a história é ampla e de extrema viabilidade, desde que se levem em conta as especificidades do texto literário. Como lembra o crítico literário Antonio Candido, segundo o qual ao se trabalhar um texto literário é preciso ter em vista, antes de tudo, que:

O primeiro passo (que apesar de óbvio deve ser assinalado) é ter consciência da realidade arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-

---

<sup>28</sup>Este aspecto, o leitor pode corroborar ao trazer como exemplo obras literárias que causaram certos sentimentos e que até mudaram ou influenciaram suas práticas e ideias. Talvez neste argumento resida um ponto marcante para se descartar de uma vez por todas certa interpretação da literatura como mera obra de arte, que consumida não altera nada na vida prática.



la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poiéses (CANDIDO, 2008, p. 22).

Sobre esta perspectiva Carlo Ginzburg sugere a possibilidade do uso indireto de imagens históricas contidas nas narrativas ficcionais. No ensaio: “*Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história*”, Ginzburg (2007) reflete acerca das implicações históricas contidas nas narrativas ficcionais, mesmo de forma involuntária, que não tenham sido o objetivo do escritor. Para tanto, o historiador traz os argumentos levantados por Jean de Chapelain no texto: *Leituras de velhos romances (1647)*. Tal autor indica que no texto de ficção, *Lancelot*, é possível perceber traços dos costumes da história da França medieval. Dessa forma, Ginzburg defende que a narrativa literária pode trazer, comumente, testemunhos involuntários da história, ou seja, é possível estudar aspectos da história a partir da ficção, “não só. Permite-nos, como mostrou Chapelain, construir a verdade a partir das ficções [fables], a história verdadeira a partir da falsa” (GINZBURG, 2007, p 93).

Seguimos a proposta feita por Ginzburg, pois os literatos não escrevem com o compromisso da veracidade dos fatos narrados. Trata-se, antes de tudo, de textos fantasiosos que têm, *a priori*, sua dimensão estética, mas, contudo, a narrativa ficcional está entranhada de ressonâncias históricas e imagens que preservam características de uma época passada, como as modas, os costumes, as formas de viver e amar em um dado tempo já transcorrido, entre outras visualizações possíveis que podem ser acionados pelos historiadores através dos usos indiretos de tais narrativas.

Dessa maneira, as narrativas ficcionais podem ser utilizadas como rastro e fios que diminuem as distâncias entre o presente e os acontecimentos passados. Os escritores e os historiadores narram, ao seu modo, nossa experiência existencial no mundo. Mas, dos ficcionistas, podemos extrair imagens, fragmentos, cores, vozes e detalhes de uma época passada, além do prazer estético da poiéses textual. É por essas veredas que encaminharemos nosso trato metodológico no uso da literatura considerada como fonte histórica – o conto.

O conto é um gênero literário antigo que remonta à tradição oral presente em várias culturas, mas o que nos interessa na pesquisa é o conto moderno: texto advindo das transformações dos grandes centros urbanos ocidentais em plena expansão

industrial<sup>29</sup> durante os séculos XVIII e XIX, ocasionando a ampliação do consumo dos jornais nas cidades; veículos de comunicação que garantiam significativamente espaço para textos literários da época. Dessa forma, o desenvolvimento do conto esteve entrelaçado às páginas dos jornais. Como indica o historiador da literatura e do conto no Brasil, Barbosa Lima Sobrinho:

No começo do século XVIII [...] o jornal, expandindo-se os periódicos e aumentando o número de seus leitores, assim como o público a que se destinavam. Conto ou periódico viviam da mesma seiva, apoiando-se um ao outro, não havendo, dentro da ficção melhor ajustado aos jornais que o do conto em prosa, fácil de publicar de uma só vez e acessível a todos, pela simplicidade do trecho como pela linguagem singela e corrente. À medida que o jornal ganha fôrças, multiplicando suas edições, aumentando seu formato e o número de páginas de cada exemplar, o conto ganha importância, obtendo, de uma só vez, os dois triunfos, o da difusão e o da consagração, como um gênero literário autônomo. (LIMA SOBRINHO, 1960, p.8 -9)

O conto moderno é fruto de uma nova sensibilidade e de uma nova demanda material de consumo inserido no espaço urbano. Narrativa de consumo rápido para uma platéia de leitores progressivamente anônimos. A literatura moderna foi gestada nas cidades, sendo fruto de novas experiências urbanas. A cidade foi palco das transformações da literatura moderna, mudanças essas que, por sua vez, foram registradas pela literatura.

Exemplo interessante sobre esse aspecto está contido no conto *O Homem na Multidão*<sup>30</sup>, de Edgar Allan Poe. O conto apresenta a experiência do narrador em Londres no século XIX, quando ao analisar a multidão da cidade resolve seguir um velho que lhe chamou a atenção. Sua perseguição ao velho se estende de tal maneira que resolve abandoná-lo, pois o velho não queria estar só, e isto fazia com que ele se refugiasse nas várias multidões do dia a dia na capital inglesa. Embora, paradoxalmente, no fim das contas esteja só em meio à multidão.

Esse conto remete as imagens que representam o advento social e cultural das *multidões* típicas do cotidiano da cidade moderna industrial como Londres, entre outras imagens a serem exploradas. Por exemplo, quando o narrador, observando uma rua do centro de Londres, coloca:

---

<sup>29</sup> Aqui indicamos cidades como Paris e Londres, os dois grandes centros urbanos em pleno desenvolvimento industrial da Europa do final dos séculos XVIII e início do XIX.

<sup>30</sup> Escrito por volta do ano de 1844.

Mas, ao aproximar-se o anoitecer, a multidão engrossou e quando as lâmpadas se acenderam, duas densas e contínuas ondas de passantes desfilavam pela porta. Naquele momento particular do entardecer, eu nunca me encontrara em situação similar e, por isso, o mar tumultuoso de cabeças humanas enchia-me de uma emoção deliciosamente inédita. Desisti finalmente de prestar atenção ao que se passava dentro do hotel e absorvi-me na contemplação da cena exterior. De início, minha observação assumiu um feitiço abstrato e generalizante. Olhava os transeuntes em massa e os encarava sob o aspecto de suas relações gregárias. Logo, no entanto, desci aos pormenores e comecei a observar, com minucioso interesse, as inúmeras variedades de figura, traje, ar, porte, semblante e expressão fisionômica. Muitos dos passantes tinham um aspecto prazerosamente comercial e pareciam pensar apenas em abrir caminho através da turba. Traziam as sobranceiras vincadas e seus olhos moviam-se rapidamente; quando davam algum encontrão em outro passante, não mostravam sinais de impaciência; recompunham-se e continuava apressado, seu caminho. Outros, formando numerosa classe, eram de movimentos irrequietos; tinham o rosto enrubescido e resmungavam e gesticulavam consigo mesmos, como se sentissem solitários em razão da própria densidade da multidão que os rodeava (POE, 1965, p 230).

Essa passagem registra o impacto das multidões na vida cotidiana dos grandes centros urbanos, como na Londres do século XIX, experiência social que surgiu com o advento do crescimento das grandes cidades no decorrer do período oitocentista. Nesse período, a população urbana da Inglaterra excedia à rural. Na verdade, a população total aumentou de modo extraordinário, pois, em 1801, havia nove milhões de habitantes; esse número já havia dobrado em 1851<sup>31</sup>.

Nesse contexto histórico, o conto esteticamente desvela essas novas experiências do urbano – as multidões na vida diária das grandes cidades – no caso, Londres. Onde as pessoas já não se conhecem mais, o indivíduo é tragado no meio da aglomeração de pessoas que não se falam e que estão preocupadas com o horário a ser cumprido no trabalho, como na passagem “*muitos dos passantes tinham um aspecto prazerosamente comercial e pareciam pensar apenas em abrir caminho através da turba*”.

A narrativa *O homem na multidão*, de Edgar Allan Poe, rapidamente analisado, é um exemplo das interfaces entre experiências urbanas e relatos literários, e também reflete o gênero literário do conto e suas possibilidades consideradas como fonte histórica.

---

<sup>31</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Companhia das letras. São Paulo, 1989. E sobre o tema da multidão em Londres, ver o capítulo 1: A rua e seus personagens, no livro de Maria Stella Bresciani: *Londres e Paris: o espetáculo da Pobreza*. 8º ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.

No século XIX, boa parte da literatura era publicada inicialmente nos jornais, fossem romances ou contos, e geralmente saía na parte dos folhetins, em geral no rodapé das folhas diárias, local privilegiado para publicações literárias de várias espécies, como poemas, crônicas e outros gêneros literários, e tinham nos periódicos diários seu primeiro espaço de publicação.

O leitor do conto dessa época é, antes de tudo, o dos jornais, adepto da leitura de tempo curto – prática inserida no cotidiano das cidades. O conto moderno corresponde a um novo tipo de gênero literário onde sua leitura não pode se estender no tempo, pois os ritmos modernos das cidades não permitem: tempo é dinheiro e é preciso não desperdiçá-lo. Assim, o conto se adapta a essa necessidade de consumo das classes médias e burguesas da época.

Como situa o crítico literário, Terry Eagleton (2011. P 109):

[...] podemos enxergar a literatura como um texto, mas também como uma atividade social, uma forma de produção social e econômica que existe ao lado de outras formas semelhantes e que se inter-relaciona com elas.

A literatura é, antes de tudo, uma manifestação cultural, artística e poética, mas que está vinculada aos condicionamentos sociais e econômicos do seu tempo. É o que acontece com o surgimento da manifestação literária do conto moderno.

Assim, o gênero do conto foi visto com ressalvas por alguns críticos, tanto que durante grande parte dos séculos XVIII e XIX, tal narrativa foi considerada um gênero literário menor em relação ao romance, que foi o gênero literário por excelência do século XIX. Tanto que no texto *Instinto de Nacionalidade*,<sup>32</sup> Machado de Assis, numa série de reflexões sobre a literatura brasileira, diz sobre o conto: “É gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade, e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele os escritores, e não lhe dando, penso eu, o público toda a atenção de que ele é muitas vezes credor”.

Neste contexto, Edgar Allan Poe (1809-1849) vai ser um dos primeiros a refletir sobre a narrativa do conto numa perspectiva moderna. A crítica literária, Patrícia Lessa Flores da Cunha indica que:

---

<sup>32</sup>Texto publicado originalmente em 1873 na revista *Novo Mundo*, Nova York.

[...] o leitor de Poe é o leitor afeito ao jornal, o leitor cada vez mais anônimo das crescentes núcleos urbanos de uma sociedade que cada vez mais se torna materialista, em que aos poucos desaparecem os vestígios do indivíduo diante da multidão. (CUNHA, 1998, p 37)

Sobre a expansão do consumo de literatura em jornais no contexto da modernização das informações no início do século XIX nos Estados Unidos e sobre a questão da brevidade do relato, diz Poe:

O progresso realizado em alguns anos pelas ‘revistas e magazines’ não deve ser interpretado como quereriam certos críticos. Não é uma decadência do gosto ou das letras americanas. É, antes, um sinal dos tempos; é o primeiro indício de uma era em que se irá caminhar para o que é breve, condensado, bem digerido, e se irá abandonar a bagagem volumosa; é o advento do jornalismo e a decadência da dissertação [...] Há mais pontos conhecidos e registrados, mais coisa para refletir. Somos inclinados a enfeixar o máximo possível de idéias no mínimo de volume a espelhá-las o mais rapidamente que pudermos. Daí nosso jornalismo atual; daí, também, nossa profusão de magazines. (POE, 1965, p.967)

Essa concepção de Poe é partilhada por Machado de Assis<sup>33</sup>, pois com a expansão da literatura nos jornais surgiu certa polêmica entre o possível deslocamento de importância do livro impresso em relação aos jornais<sup>34</sup>. É nesse contexto que Poe defende a legitimidade do jornal e, nessa perspectiva, Machado de Assis na crônica *O jornal e o livro* (publicado originalmente no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 10 e 12 /01/1859) está em sintonia com as propostas de Poe. Diz o cronista:

Tratemos do jornal, esta alavanca que Arquimedes pedia para abalar o mundo, e o que o espírito humano, este Arquimedes de todos os séculos, encantou. O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal? [...] o jornal é verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções. O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é

---

<sup>33</sup>Cabe lembrar que Machado foi um leitor assíduo do escritor norte-americano, inclusive, traduziu o famoso poema *O Corvo*, além de citá-lo em alguns contos, como no texto *Só*. Sobre as influências e distanciamentos entre Machado de Assis contista e Edgar Allan Poe, ver dois estudos: FISCHER, Luís Augusto. **Machado e Borges e outros ensaios machadianos**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008 e CUNHA, Patrícia Lessa das Flores. **Machado de Assis: Um escritor nos Trópicos**. Porto Alegre: Unisinos, 1998.

<sup>34</sup>Cabe aqui a reflexão de que é algo recorrente no advento de novas tecnologias – supor que antigas ferramentas e objetos poderão ser automaticamente descartados, por exemplo, os debates atualmente envolvendo os livros digitais versus livros impressos. Olhar para exemplos do passado pode nos auxiliar a refletir sobre os adventos das novas tecnologias e suas implicações sociais.

um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, areação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e social [...] Ao século XIX cabe sem dúvida a glória de ter aperfeiçoado e desenvolvido essa grandiosa epopéia da vida íntima dos povos, sempre palpitante de idéia. É uma produção toda sua. Depois das idéias que emiti em ligeiros traços é tempo de desenvolver a questão proposta: – o livro absorverá o jornal? O jornal devorará o livro?

É nesse contexto de expansão dos jornais que boa parte da literatura do século XIX vai ser produzida. Tanto romances quanto contos eram publicados geralmente nos rodapés dos jornais no espaço dos folhetins<sup>35</sup>. Poe e Machado defendiam esse espaço, posto que ambos escrevessem boa parte de seus textos nos jornais e revistas da época. De modo que foi a partir daí que o conto se adaptou a esse espaço de publicação, levando Poe a perceber a importância e a riqueza estética de possibilidades do conto.

Esta concepção de Poe vai ser sintetizada no célebre ensaio *A filosofia da Composição*<sup>36</sup>, onde o poeta estabelece reflexões teóricas no processo de construção de seu poema *O corvo*. Este ensaio pode ser lido também como manual de reflexões sobre outras narrativas curtas de ficção. Diz Poe:

Há um erro, acho, na maneira habitual de construir uma ficção. Ou a história nos concede uma tese, ou uma é sugerida por um incidente do dia, ou, no melhor caso, o autor senta-se para trabalhar na combinação de acontecimentos impressionantes, para formar simplesmente a base narrativa, planejando, geralmente, encher de descrições, diálogos ou comentários autorais todas as lacunas do fato ou da ação que se possam tornar aparentes de página a página. Eu prefiro começar com a consideração de um *efeito*. Mantendo sempre a originalidade em vista [...] Se alguma obra literária é longa demais para ser lida de uma assentada, devemos resignar-nos a dispensar o efeito imensamente importante que se deriva da unidade de impressão. (POE, 1965, p 182)

O poeta descreve a necessidade da *unidade de efeito* própria da narrativa curta. Para Poe é importante a síntese de efeito, conseguir em pouco espaço textual um máximo de efeito, onde a leitura possa ser realizada sem interrupção, alcançando a intensidade do efeito poético. O escritor argentino Julio Cortázar - contista e leitor de

---

<sup>35</sup> Segue em anexo um jornal do século XIX e a sua parte de folhetim literário.

<sup>36</sup> Nesse ensaio, Poe estabelece que a criação poética seja antes de tudo fruto do trabalho e da técnica, recusando o argumento romântico de que a criação poética adviria da inspiração. Postura que ganha vários adeptos posteriores, como Machado de Assis e João Cabral de Mello Neto, entre outros.

Poe - reforça e amplia alguns argumentos sobre as características marcantes desse gênero textual. Julio Cortázar (1974, p152) sobre o conto diz que:

Um escritor argentino, muito amigo do boxe, dizia-me que nesse combate que se trava entre um texto apaixonante e o leitor, o romance ganha sempre por pontos, enquanto o conto deve ganhar por *Knouck-out* [...] O contista sabe que não pode proceder cumulativamente, que não tem o tempo por aliado; seu único recurso é trabalhar em profundidade, verticalmente, seja para cima ou para baixo do espaço literário.

Poe e Cortázar examinam o limite constitutivo que o conto impõe aos leitores e escritores. O conto é a arte do narrar o breve, mas em que pese essa limitação estrutural, cabe à argúcia do escritor em aproveitar ao máximo os limites do gênero, dando aos contos, segundo Poe, *unidade de efeito*, e, segundo Cortázar, *intensidade*, que garantem ao conto uma beleza estética singular.

Segundo Machado de Assis (1997, p 252), “não é tamanho que faz mal a este gênero de histórias, é naturalmente a qualidade; mas há sempre uma qualidade nos contos, que os torna superiores aos grandes romances, se uns e outros são medíocres: é serem curtos”.

Portanto, em que pese o fato de o conto ser um gênero literário marcado pelo curto espaço textual, ele permite várias possibilidades estéticas e históricas e isto vai depender do contista, da sua capacidade de sintetizar *um efeito* ou uma *intensidade* no seu texto, bem como as suas possibilidades históricas dependerão do quanto o pesquisador saberá analisá-las. É o que pretendemos fazer com os contos de Machado de Assis, este contista tão desconhecido.

### 1.3. MACHADO DE ASSIS: CONTISTA DESCONHECIDO DO SEGUNDO REINADO

O título do tópico em questão visa apresentar para os leitores o Machado de Assis contista, uma dimensão, a nosso ver, pouco conhecida e importante de ser desvelada para melhor compreensão da presente pesquisa. O título é uma alusão ao texto “*Romancista do Segundo Reinado*”, do crítico literário Astrojildo Pereira, segundo o qual os enredos ficcionais, em especial os romances machadianos, foram centrados neste período. Como bem coloca Pereira (1958, p15),

A sua atividade de escritor começou pouco antes de 1860 e só terminou às vésperas da sua morte, em 1908. Mas o tempo durante o qual se formou e se desenvolveu a sua personalidade coincide quase todo ele com o período histórico do Segundo Reinado. Ao proclamar-se a República, já o escritor havia atingido a plenitude da sua maturidade. Esta coincidência de tempo possui naturalmente muita importância para a caracterização e compreensão da obra de Machado de Assis.

O Bruxo do Cosme Velho viveu boa parte de sua vida durante o Segundo Reinado, o que ficou desdobrado nos enredos de suas narrativas ficcionais. Segundo o crítico literário Luís Augusto Fischer (2008), Machado de Assis ao representar os aspectos sociais do Brasil oitocentista, como as práticas de clientelismo, o patrimonialismo e a escravidão, fez com que a sua obra não fosse bem recebida no exterior, devido às dificuldades de um leitor estrangeiro de compreender características peculiares da sociedade brasileira oitocentista. No dizer de Fischer:

Machado, exatamente onde foi talvez mais genial, que é o campo da vida social do Segundo Império decodificado e transfigurado com sutileza em zonas de sombra [...] era também o campo mais obscuro para o leitor que não compartilhasse dos fundamentos da vida social brasileira de então – que eram o escravismo e o favor, vistos e registrados não por denúncia direta de tipo naturalista, mas pela lente deformadora do retrato da vida de gente de cima, das elites, fossem os velhos proprietários [...] Pois é bem esse mundo flagrado por Machado, trazido da experiência social do Brasil para dentro da estrutura de seus *romances muito mais que seus contos, vale lembrar* (Grifo Meu). (FISCHER, 2008, p124).



Portanto, concordamos com os argumentos de Pereira (1958) e Fischer (2008) sobre como Machado de Assis trouxe as experiências sociais do Brasil da segunda metade do século XIX para dentro de suas narrativas ficcionais. Mas, em que pese o conto ter sido de certa forma eclipsado por tais críticos, queremos destacar os contos machadianos enquanto fonte de pesquisa para se compreender as características da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista. E cabe antes pontuar algumas características do Machado de Assis contista desconhecido por seus leitores e estudiosos.

Machado de Assis foi o autor que deu maturidade ao gênero do conto no Brasil. O gênero apareceu no Brasil<sup>37</sup> na primeira metade do século XIX. Chegou acompanhando na esteira da expansão dos jornais – nas páginas literárias de tais periódicos. Os jornais *O Chronista* (1836) e *O Gabinete de Leitura* (1837) tiveram participação decisiva para a história do conto em terras tupiniquins, pois foi nesses periódicos que tal gênero teve seu primeiro espaço de publicação. Os profissionais da imprensa brasileira estavam atentos ao sucesso do gênero nos principais jornais do velho continente, em especial na França, de modo que logo iniciaram as traduções dos grandes estilistas do gênero, como Honoré de Balzac, George Sand, Henri Merimée, entre outros. O primeiro conto brasileiro publicado foi *As duas órfãs*, de Norberto de Souza Silva, em 1841.

Havia certo entrelaçamento entre jornalismo e literatura na época. Os primeiros contistas brasileiros foram Justiniano da Rocha Pereira da Silva, Francisco de Paula Brito<sup>38</sup>, Josino Nascimento da Silva e Martins Pena. Em seguida vieram outros representantes de uma nova geração de escritores, a saber: Francisco Adolfo Varnhagen; Joaquim Norberto de Souza Silva; entre outros. Estes contistas eram, antes de tudo, jornalistas. Isto se deve, em grande medida, ao caráter recente do gênero. Mas, é com Machado de Assis que o gênero do conto no Brasil ganha emancipação estilística. Claro, entrelaçando-se com técnicas da crônica e de outros gêneros textuais, mas sem deixar de se afirmar com especificidade própria.

Contudo, o romance “na altura de 1880 a 1910, era o gênero narrativo de maior vulto e alcance, e qualquer lista de grandes vultos daquele tempo envolve alguns dos

---

<sup>37</sup> Lima Sobrinho (1960). Op.cit.

<sup>38</sup> Francisco de Paula Brito (1809-1861), o primeiro editor brasileiro do Império. Paula Brito era negro e foi o primeiro editor de Machado de Assis, também sendo precursor da imprensa negra no Brasil, com a impressão do jornal “Homem de Cor” (1833), primeiro periódico a defender a luta contra o preconceito racial.

maiores gêneros em todos os tempos” (FISCHER, 2008, p122). Mas o conto, ainda que tido como um gênero menor, não deixou de conquistar algum espaço.

Entretanto, é preciso destacar que havia poucos leitores no Brasil, o que se configurava como um grande dilema para os escritores oitocentistas: escrever praticamente para os pares e para outros pouquíssimos leitores interessados em literatura. Este aspecto ficou atestado nos resultados do censo de 1872, publicados em 1876. Os dados são estarrecedores:

Em 1875, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo os escravos, sabiam ler e escrever, segundo dados do recenseamento: entre a população em idade escolar (6 a 15 anos), que somava 1.902.454 meninos e meninas, apenas 320.749 freqüentavam escolas, ou seja, 16,9%. Já em 1890, a porcentagem diminuiu: apenas 14,8% sabiam ler e escrever. Ainda segundo censo de 1872, que apurou uma população de 10 milhões de habitantes, apenas 12 mil freqüentavam a educação secundária e havia 8 mil bacharéis no país. Esses dados indicam o leitorado potencial, o que significa que o número de pessoas efetivamente capazes de ler e escrever era certamente muito menor. Certamente muito menor eram os números de leitores de literatura, o que fica indicado pelas tiragens. Os livros saíam em edições de mil exemplares, e apenas títulos muito bem-sucedidos chegavam à segunda edição, que podia demorar dez, vinte ou trinta anos. (GUIMARÃES, 2004, p 66).

O fato de que os literatos escreviam para poucos e que provavelmente suas obras não teriam repercussões maiores entre grande parte da população brasileira era, sem sombra de dúvida, algo preocupante<sup>39</sup>. Todavia, é preciso considerar que a literatura ganhou número de leitores consideráveis com a expansão dos jornais e com as realizações de saraus e nas leituras em voz alta em sessões literárias. De modo que o público audiente dos textos literários tinha um número expressivo no Brasil do século XIX. No entanto, é preciso cautela com a ampliação de leitores de literatura advindas com a expansão dos jornais e as práticas de leituras em voz alta, pois como indica Antonio Candido sobre a relação escritor e público no Brasil:

---

<sup>39</sup>Para maiores detalhes sobre as implicações desses dados na obra Machadiana, ver o estudo realizado pelo professor Hélio Seixas de Guimarães (2004), principalmente os dados levantados no tópico “O isolamento do escritor”, do primeiro capítulo: *Um preto de balaio nos braços a vender romances*. Outro texto interessante é o conto de Machado de Assis: *O Machete* (publicado em 1878 – fevereiro – março no *Jornal das Famílias*), que narra o dilema do personagem Inácio, violoncelista sem público que o entenda ou que compreenda a sofisticação do seu trabalho, nisto seu amigo Barbosa, tocador de machete (cavaquinho – instrumento popular de sucesso), rouba sua mulher Carlotinha; no fim da estória, Inácio propõe algo novo, um concerto para violoncelo e machete. Gledson (2007) supõe que a estória reflete a angústia do próprio Machado de Assis em escrever literatura sofisticada para poucos leitores, um dilema que ainda persiste no Brasil.

Com efeito, o escritor se habituou a produzir para públicos simpáticos, mas restritos, e a contar com a aprovação dos grupos dirigentes, igualmente reduzidos. Ora, esta circunstância, ligada à esmagadora maioria de iletrados que ainda hoje caracteriza o país, nunca lhe permitiu diálogo efetivo com a massa, ou com um público de leitores suficientemente vasto para substituir o apoio e o estímulo de pequenas elites. [...] Correspondendo aos públicos disponíveis de leitores; - pequenas e singelas – a nossa literatura foi geralmente acessível como poucas, pois até o Modernismo não houve aqui escritor realmente difícil, a não ser a dificuldade fácil do rebuscamento verbal que, justamente porque se deixa vencer logo, tanto agrada aos falsos requintados. De onde se vê o afastamento entre o escritor e a massa veio da falta de público quantitativamente apreciáveis, não da qualidade pouco acessível das obras. (CANDIDO, 2006, p94-95).

Sobre a constatação do pequeno número de leitores no Brasil, o Bruxo do Cosme Velho reflete na crônica do dia 15 de agosto de 1876 os resultados dos dados do censo de 1872, onde chama a atenção para as altas taxas de analfabetismo no Brasil e a ilusão de crer que a dita “política oficial” e a “opinião pública” refletiriam a visão de maior parte da população brasileira. Diz o cronista:

Publicou-se há dias o recenseamento do Império do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler. Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos [...] A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão [...] - Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições [...] As instituições existem, mas e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”: mas – “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: “Sr Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem [...]” dirá uma coisa extremamente sensata. (ASSIS, 2009, p.19-20)

Ao refletir sobre as limitações da representação política e da opinião pública no Brasil oitocentista, o cronista indiretamente destaca a limitação de alcance dos literatos. O que deveria ser bem mais desagradável para os escritores que produziam livros de contos, como Machado.

Machado de Assis não produziu um texto mais amplo sobre o conto e suas implicações conceituais e estilísticas. Quando muito, ele tratou do assunto de forma breve. Noutros momentos, há rápidas passagens em prefácios de seus livros de contos.

No prefácio do livro *História da Meia Noite* (1873), diz o seguinte: “Não digo com isto que o gênero seja menos digno de atenção, nem que deixe de exigir predicados de observação e estilo” (ASSIS, 1997, p160). No livro *Papéis Avulsos* (1882) comenta: “Quanto ao gênero deles não sei que diga que não seja inútil [...] Direi somente que se há aqui páginas que parecem menos contos e outros que o não são [...]” (ASSIS, 1997, p252). No livro *Várias Histórias* (1895), diz:

Não pretendem sobreviver como os dos filósofos. Não são feitas daquelas matérias, nem daquele estilo que aos de Merimée, caráter de obra prima, e colocam os de Poe entre os primeiros escritos da América. O tamanho não é o que faz mal a este gênero de histórias, e naturalmente a qualidade; mas há sempre uma qualidade nos contos, que os torna superiores aos grandes romances, se uns e outros são medíocres – é serem curtos. (ASSIS, 1997, p476)

Portanto, ficam evidenciadas, nas passagens acima, certas preocupações do *Bruxo do Cosme Velho* em justificar a importância dos contos tidos como gênero literário. O escritor-leitor atento a grandes contistas, como Edgar Allan Poe e Henri Mérimée, sabia plenamente da potencialidade estética do gênero.

Machado de Assis produziu contos memoráveis, como *A Igreja do Diabo*, *A cartomante*, entre outros, e veio a se tornar um dos melhores contistas da literatura, comparável aos grandes mestres do gênero, como Edgar Allan Poe, Anton Tchekhov, Guy de Maupassant, Jorge Luis Borges, Julio Cortázar, entre outros. Tanto que Lúcia Miguel-Pereira, importante crítica literária, o considera melhor contista do que romancista. Lúcia argumenta que:

Embora qualquer de seus melhores romances – Memórias Póstumas de Brás Cubas, Quincas Borba, Dom Casmurro, – seja superior a tudo o que em seu tempo se escreveu e à imensa maioria dos livros que depois se publicaram, possa e deva perdurar em nossa literatura como modelo de seu gênero, foram incontestavelmente como contista que Machado de Assis fez as suas obras-primas. (PEREIRA, 1973, p.100).

Machado de Assis (até onde se sabe) escreveu duzentos e dezoito contos, mas o número exato está longe de ser definitivo. Desses, apenas setenta e seis foram publicados em livros pelo autor, que publicou sete livros ao todo<sup>40</sup>. Cento e quarenta e

---

<sup>40</sup> *Contos Fluminenses* (1870); *Histórias da Meia Noite* (1873); *Papéis Avulsos* (1882); *Histórias Sem data* (1884); *Várias Histórias* (1896); *Páginas Recolhidas* (1899) e *Relíquias de Casa Velha* (1906). Segue em anexo, a capa original do último livro de contos publicado por Machado de Assis.

seis contos foram publicados em jornais e revistas. Muitos desses textos foram assinados por pseudônimos<sup>41</sup>. Até hoje não existe no Brasil uma edição completa dos contos de Machado<sup>42</sup>. O escritor iniciou sua carreira de contista aos 19 anos com o conto *Três tesouros perdidos*, em 1858, e terminou com o texto *O Escrivão Coimbra*, em 1907, um ano antes de sua morte.

Boa parte dos contos machadianos foi escrita às pressas para os jornais e revistas. Machado de Assis era contratado com a tarefa de agradar os leitores, e em especial as leitoras. Seus enredos, dependendo do periódico, tinham tramas já esperadas, a exemplo dos contos de Machado publicados nos *Jornal das Famílias*, os quais eram geralmente centrados nas relações entre homens e mulheres, casamentos e desencontros. Contudo, o escritor não seguiu meramente os enredos românticos, pois usou muito da sua ironia para criticar severamente certos valores sociais da época que envolvia o matrimônio, principalmente os que disciplinavam os arranjos familiares<sup>43</sup>.

No século XIX, como dito, a literatura era em boa parte publicada nos jornais ou em revistas, e eram geralmente os locais de publicação que antecipavam os livros. De modo que se torna necessário compreender o contexto e a linha editorial onde os contos inicialmente foram publicados para uma melhor compreensão do contista Machado de Assis.

Essa metodologia foi muito bem utilizada por Sidney Chalhoub (2003), Gledson (2006) e Daniela Magalhães da Silveira (2010), os quais demonstraram a importância de se conhecer o contexto histórico onde estavam inseridos os veículos de informações onde eram originalmente publicados os contos de Machado de Assis, pois, muitas das vezes, os enredos dos contos machadianos refletem temas e questões inseridas nos periódicos e na linha editorial de revista e jornais.

Um exemplo disso é o conto *A Sereníssima República: Conferência do Cônego Vargas*, publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, nos dias 20 e 25 de agosto de 1882, e republicado no livro *Papéis Avulsos (1882)*, que narra uma assembléia de aranhas para

---

<sup>41</sup> Ver, nos anexos, os pseudônimos utilizados pelo escritor.

<sup>42</sup> Como dito, o projeto de publicação da obra completa está sendo feita por Edjalma Cavalcanti (2003), e já existem dois volumes dos quatro esperados; muito do que sabemos sobre os contos machadianos deve-se em grande medida, aos estudos de José Galante de Souza no alcorão dos estudos machadianos, livro que, inexplicavelmente, nunca foi reeditado: *Bibliografia de Machado de Assis* (1955). De forma decisiva, Galante organiza e recupera muitos textos de Machado perdidos e faz um trabalho de catálogo da obra machadiana, de modo que boa parte do que sabemos sobre a produção ficcional machadiana se deve à recuperação empreendida por Galante.

<sup>43</sup> O conto, *Confissões de uma viúva moça* – narra a estória de uma mulher que escreve uma carta a uma amiga, confessando um romance – a carta é a narrativa do conto –, quando ainda estava casada. Texto que gerou certa polêmica entre alguns leitores e leitoras do *Jornal das Famílias*.

decidir o novo sistema de contagem de votos na sua República. O conto é uma sátira ao decreto que disciplinou a aplicação da Lei eleitoral de 1881<sup>44</sup>, que por sua vez, fora tema debatido à exaustão pelos jornais da época, sobretudo no jornal Gazeta de Notícias, periódico de caráter liberal. Tal assunto era tema de debates entre seus jornalistas e colaboradores. Na coluna dedicada à literatura, Machado de Assis publicou este conto para satirizar tal sistema eleitoral.

Nisto podemos aferir as interfaces entre contos e veículo de publicação, pois frequentemente os temas dos contos eram sugeridos pelas questões discutidas nos jornais onde estavam inseridos. Estas interconexões entre o local de publicação e o enredo do conto podem ajudar o leitor dos contos machadianos a perceber as questões que estavam na ordem do dia. Para uma melhor compreensão, observe os dados a seguir<sup>45</sup>:

Quadro 01: Veículos de publicação dos contos de Machado de Assis.

Números de contos publicados	Veículo de publicação do conto
A época – 2	Almanaque Brasileiro Garnier – 5
A Marmota – 3	Almanaque da Gazeta de Notícias – 4
A estação – 43	Almanaque das Fluminenses – 1
A Quinzena – 1	Gazeta de Notícias – 53
Gazeta Literária - 3	Jornal das Famílias – 85
O Cruzeiro – 6	Revista Brasileira – 1
O Futuro – 1	Semana Ilustrada – 1
A Semana– 1	Livros – 8

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Essas duas tabelas são esclarecedoras; a segunda revela o número de publicações feitas ano a ano pelo escritor; a primeira acima indica os veículos onde foram publicados os contos. Propomos dividir a produção dos contos em três fases<sup>46</sup>: a primeira vai de 1858 a 1878 (período de maturação); a segunda, de 1878 a 1888 (fase de maturidade), na qual o autor chegou ao grau máximo de complexidade narrativa; a

<sup>44</sup>A reforma eleitoral de 9 de janeiro de 1881 implantou eleições diretas e a elegibilidade para os não católicos e escravos libertos, mas manteve a renda mínima de 200 mil réis anuais para a qualificação de eleitores.

<sup>45</sup> A segunda tabela traz o número de contos publicado ano a ano por Machado de Assis e se encontra em anexo, ela teve como fonte a estrutura de pesquisa elaborada por Edjalma Cavalcanti (2003).

<sup>46</sup> Patrícia Lessa Flores da Cunha (1997) indica a divisão em três fases: 1858 a 1878, primeiro momento, de 1858 a 1874, período de transição, de 1875 a 1882 e, em termos cronológicos, de 1883 a 1907.

terceira vai de 1889 a 1907 (período pós-Monarquia – apenas cronológico). Lembrando que essas fases são divididas metodologicamente para melhor compreensão, mas não impedem a percepção de que ambas as fases relacionam-se mutuamente num processo de aperfeiçoamento técnico e estilístico contínuo.

O processo de amadurecimento acompanha a famosa virada dos quarenta anos<sup>47</sup>, no caso dos contos com a publicação do livro *Papéis Avulsos* (1882). É importante perceber que entre 1878 e 1888, Machado escreveu 80 contos. Na terceira fase (1888-1907), publicou 31 contos<sup>48</sup>, desses textos, poucos retrataram histórias ambientadas no período republicano, mesmo os livros organizados pelo autor (*Várias Histórias – 1889; Páginas Recolhidas – 1899 e Relíquias de Casa Velha – 1906*) não trazem muitas descrições sobre o Brasil republicano. O que nos leva a considerar que os contos machadianos servem de fonte histórica principalmente para se estudar o Brasil e o Rio de Janeiro do Segundo Reinado.

A primeira tabela indica que os três veículos onde Machado escreveu mais contos foram *Jornal das Famílias*<sup>49</sup> – 85 contos; *Gazeta de Notícias*<sup>50</sup> – 53; revista *A Estação*<sup>51</sup> – 43 contos. Chama a atenção o fato de que apenas oito contos foram publicados exclusivamente em livros. O que se destaca é o número de contos

---

<sup>47</sup>Na iminência dos seus quarenta anos, Machado de Assis fez uma viagem a Petrópolis para tratar de problemas oculares. Na volta publicou o livro: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), do ponto de vista formal, revolucionando a literatura brasileira. Uma mudança drástica no seu estilo marcado pelos romances românticos. Esta passagem é um dos grandes mistérios sobre a vida do Bruxo do Cosme Velho, pois muito já se cogitou sobre esse evento. Para Sidney Chalhoub (2003) essa mudança pode ser sugerida após a Lei do Ventre Livre de 1871 e seus impactos no poder senhorial. Para Seixas (2004), esta mudança pode ser indicada pelos resultados e a percepção de que a literatura não teria força representativa entre grande parte da população. Já Gledson (2006) pontua que essa mudança é um processo de mudança de vida, que acompanha a sua estabilidade financeira garantida e a maturidade intelectual, o que fez com que o autor chegasse a seu estilo irônico e de narrativa sofisticada, onde questiona o próprio poder representativo do realismo típico do século 19. Tais autores preenchem partes do mistério que provavelmente nunca será totalmente desvelado.

<sup>48</sup>Esses contos foram lidos e fichados por mim, e ficou detectado que são poucas imagens sobre características do Brasil republicano. Temos algumas imagens sobre o mundo do político e passagens sobre a Guerra Federalista, entre poucas imagens sobre este período histórico.

<sup>49</sup>**Jornal das Famílias (1863 – 1878) – 85 contos escritos.** Revista mensal de propriedade de B. L. Garnier, editado em Paris, voltada às mulheres das classes médias e elites urbanas da Corte, sua venda era por assinatura: ao total foram 192 edições publicadas. Esse jornal era conservador e monarquista. Detalhe importante: apenas em oito contos Machado assinou seu nome próprio. Machado, ao retratar as aparências das mulheres, não no sentido de julgamentos morais, mantinha a distância glacial, o que é característico, e desvelava as contradições e valores morais intrínsecos às relações humanas.

<sup>50</sup>**Gazeta de Notícias (1875 – 1942)**, jornal publicado no Rio de Janeiro. Periódico importante que marcou a história da imprensa no Brasil pelo seu modelo econômico e de trazer inovações para época, como o uso de caricaturas diárias. Abriu espaço para a literatura. Jornal de caráter antimonarquista, abolicionista e liberal. Em suas páginas escreveram José do Patrocínio, Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Eça de Queiroz, entre outros.

<sup>51</sup>**Revista A Estação (1879 – 1904)**, versão brasileira de Lan Saison; existiu durante 25 anos, dedicada ao público feminino, editado por Lombarts.

reutilizados desses veículos em livros publicados pelo escritor. Dos 85 contos publicados no *Jornal das Famílias*, apenas 13 foram publicados em livros; dos 43 da revista *A Estação*, apenas seis foram publicados; no jornal *Gazeta de Notícias*, dos 53 escritos, 43 foram publicados em livros.

Então, podemos aferir que Machado de Assis tinha a percepção dos contos que valeria apenas não se perder nas páginas dos jornais. Mesmo com certa facilidade de publicação de livro pelo próprio Machado, que já na década de 80 do século XIX era consagrado nos mundos das letras brasileiras, permitiu que cerca de 80 % dos seus contos se perdessem nas páginas dos jornais e revistas. Muitos contos interessantes, como “*O machete*”, “*O imortal*”, entre outros, só após a morte do escritor foram recuperados em livros.

Neste contexto de poucos leitores de literatura, onde os contos não eram o gênero preferido dos críticos e leitores da literatura, Machado de Assis soube como poucos produzir pérolas da engenhosidade literária e também destacar sua importância histórica, mesmo os contos fechados nos enredos românticos, com regras e valores de um tempo anterior a Machado.

Carlo Ginzburg (2007) indica este aspecto no posfácio da obra *O Retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis. O historiador, ao discorrer sobre as questões da prova e possibilidades, traz à tona as implicações históricas contidas nas narrativas ficcionais, indo além da compreensão da mera ficção. Para tanto, Ginzburg (2007) retoma as ideias postas pelo escritor francês Honoré de Balzac (1799 – 1850), que defendia no século XIX a importância de se estudar os costumes e o cotidiano das pessoas comuns através da narrativa literária. Diz Balzac<sup>52</sup>apud Ginzburg, “A sociedade

---

<sup>52</sup>Cabe destacar a obra monumental de Balzac: *A Comédia Humana* é o título geral que dá unidade à obra de Honoré de Balzac e é composta de 89 romances, novelas e histórias curtas. Este enorme painel do século XIX foi reunido e ordenado pelo autor em três partes: “Estudos de costumes”, “Estudos analíticos” e “Estudos filosóficos”. A maior das partes, “Estudos de costumes”, com 66 títulos, subdivide-se em seis séries temáticas: *Cenas da vida privada*, *Cenas da vida provinciana*, *Cenas da vida parisiense*, *Cenas da vida política*, *Cenas da vida militar* e *Cenas da vida rural*. Trata-se de um monumental conjunto de histórias, considerado, de forma unânime, uma das mais importantes realizações da literatura mundial em todos os tempos. Cerca de 2,5 mil personagens se movimentam pelos vários livros da *Comédia Humana*, indo e voltando, ora como protagonistas, ora como coadjuvantes. Genial observador do seu tempo, Balzac soube, como ninguém, captar o “espírito” do século XIX. A França, os franceses e a Europa no período entre a Revolução Francesa e a Restauração têm nele um pintor magnífico e preciso. Friedrich Engels, numa carta a Karl Marx, disse: “Aprendi mais em Balzac sobre a sociedade francesa da primeira metade do século, inclusive nos seus pormenores econômicos (por exemplo, a redistribuição da propriedade real e pessoal depois da Revolução), do que em todos os livros dos historiadores, economistas e estatísticos da época, todos juntos”. Texto extraído do site da editora L&PM que está publicando a referida obra de



francesa ia ser historiadora, eu seria apenas o secretário [...] Talvez eu pudesse conseguir escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes” (2007, p. 429).

Neste sentido, Machado comunga com os argumentos levantados por Balzac sobre a importância da narrativa ficcional de preservar aspectos dos costumes e do cotidiano, aspectos pouco estudados pelos historiadores do século XIX. Por exemplo, o conto *Eterno*<sup>53</sup> narra os dilemas de Norberto, que apaixonado pela Baronesa de Magalhães, depois de certo tempo, descobre que ela está novamente casada com seu amigo, o narrador. E, por sua vez, Norberto está casado, e aquela estória de amor com a baronesa que ele tanto esperou sucumbiu diante dos fatos concretos. Ou seja, o conto narra que já não cabe espaço para os amores eternos, a espera de um reencontro que supostamente iria unir o casal para a vida eterna. O texto, ironizando o leitor, narra um enredo que transmite certos valores e tons românticos de outrora, mas, por outro lado, diz:

Mas deixai pingar os anos na cuba de um século. Cheio o século, passa o livro a documento histórico, psicológico, anedótico. Não de lê-lo a frio; estudar-se-á nele a vida íntima do nosso tempo, a maneira de amar, a de compor os ministérios e deitá-los abaixo, se as mulheres eram mais animosas que dissimuladas, como é que se faziam eleições e galanteios, se eram usados xales ou capas, que veículos tínhamos, se os relógios eram trazidos à direita ou à esquerda, e multidão de coisas interessantes para a nossa história pública e íntima. (ASSIS, 1997. p 602).

Fica demonstrada a importância de que o Bruxo do Cosme Velho estabelece à narrativa ficcional de preservar, para os leitores, valores e costumes de época, mesmo tendo em vista que não se trata de uma obra histórica, e sim de uma ficção, mas com amarras sociais e culturais extralinguísticas. Machado de Assis preservou, como poucos, os valores, regras e costumes da sociedade brasileira oitocentista.

Como diz Astrojildo Pereira (1958, p38) “a obra de Machado de Assis acrescentam os direitos incontestáveis, que os seus livros possuem, de ocupar um lugar adequado em qualquer biblioteca onde pontifiquem os tomos da venerada revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

---

Balzac.[http://www.lpmeditores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=935305&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&=](http://www.lpmeditores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=935305&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&=)

<sup>53</sup>Publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, 9 de dezembro de 1887, assinado pelo nome do próprio Machado, e republicado no livro: *Páginas Recolhidas* (1899),

Nos contos, Machado de Assis escreveu pérolas de engenhosidade literária e preservou em tais narrativas aspectos da sociedade brasileira, especificamente preservando imagens da cidade do Rio de Janeiro e cenas da cidade negra, bem como registrando aspectos da escravidão em tais narrativas, que por sua vez foi a instituição mais importante do Segundo Reinado.

Todavia, o Machado contista está mais reservado ao tempo da Monarquia, uma vez que a República e o início do século 20 foram cenários de poucas histórias, tanto que não se pode aferir uma pesquisa mais abrangente sobre aspectos do Rio de Janeiro no início da República.

Neste sentido, é revelador o trecho da carta do dia 20 de novembro de 1904<sup>54</sup>, onde Machado revela sua visão sobre as grandes reformas na qual passava a cidade do Rio de Janeiro, e diz ele:

Terá lido as notícias da inauguração da Avenida Central; mas, por muito tempo que leia e creia, não imaginará a mudança que foi e está sendo, nem a rapidez dos trabalhos. Mudaram-me a cidade, ou mudaram-me para outra. Vou deste mundo, mas já não vou da colônia em que nasci e envelheci, e sim de outra, e sim de outra parte para onde me desterraram.

Portanto, em que pese Machado de Assis ter escritos poucos contos onde as histórias são ambientadas no período republicano e no início do século XX<sup>55</sup>, os contos machadianos são fontes históricas importantes para se estudar principalmente aspectos sociais do Brasil no Segundo Reinado, bem como estudar aspectos da escravidão. E ainda, é possível estudar a cidade do Rio de Janeiro a partir dos contos – desvelando aspectos da Corte de tais narrativas. Uma dimensão de estudo que merece novas reflexões.

---

<sup>54</sup> Carta extraída do livro: *A vida de Machado de Assis*, de Luís Viana Filho, (1971).

<sup>55</sup> Machado escreveu trinta contos depois de proclamada a República no Brasil. Estes contos foram lidos e fichados por mim. E ficaram constatadas as poucas alusões ao período republicano, e quando assim, passagens rápidas, como no conto “Maria Cora” que retrata imagens da revolução federalista de 1893. Publicado no livro *Relíquias de Casa Velha*, 1906. Sendo, a nosso ver, difícil aferir uma pesquisa mais densa sobre o Rio de Janeiro no período republicana a partir destes contos.

#### **1.4. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS CONTOS DE MACHADO: O RIO DE ASSIS**

A cidade, em suas múltiplas configurações sociais e culturais, é manifestada em várias fontes de registros. A narrativa literária é uma delas, que é uma fonte de pesquisa rica em imagens e possibilidades. A produção ficcional de alguns escritores se confunde com características do espaço urbano onde a narrativa é desenrolada. Desta maneira, a cidade é desvelada pelos escritores. Neste sentido, como exemplo, ficaram preservados de forma literária os costumes e o cotidiano dos parisienses retratados por Honoré de Balzac, ou dimensões da pobreza citadina trazida pela revolução industrial na cidade de Londres tão bem descrita e preservada nas ficções de Charles Dickens.

A narrativa ficcional, ao retratar o espaço urbano, não traz descrições “verdadeiras” da cidade, nem tem essa pretensão. A cidade descrita pelos literatos são recriações ficcionais, o que, contudo, pode ser aferida como fonte de pesquisa pelos historiadores. Para Sandra Jathay Pesavento (2002), o escritor que narra a cidade ao seu modo é um expectador privilegiado do social. Partilhamos dessa concepção de Pesavento (2002), pois nossa pesquisa estabelece as interfaces entre experiências sociais da cidade e narrativa literária. Compreendemos que o escritor, à sua maneira, é importante no sentido de representar experiências e imagens da cidade.

Mas, esta concepção deve ser extensiva a outros atores sociais do espaço urbano. Isto depende do enfoque da pesquisa dada pelo historiador. Uma pesquisa interessada nas imagens fotográficas de uma cidade do início do século 20 deve compreender o fotógrafo como um ator privilegiado do urbano. Ou um historiador social da escravidão preocupado em querer entender os valores próprios dos cativos nas relações cotidianas na cidade vai notar que tais escravos tinham uma visão privilegiada da dimensão do qual se interessa a pesquisa.

Pesavento (2002), no seu estudo sobre as representações literárias da cidade do Rio de Janeiro no período da Belle Époque, utiliza da narrativa machadiana como fonte de pesquisa. Especificamente indica que a crônica é gênero literário por excelência para se estudar as transformações sofridas na cidade do Rio de Janeiro. De fato, a crônica machadiana é rica em imagens históricas. Entretanto, indicamos que os contos também são fontes de pesquisa para se estudar a cidade do Rio de Janeiro e suas múltiplas possibilidades históricas.

A relação do homem-escriptor Machado de Assis com a cidade do Rio de Janeiro é visceral. O escritor nasceu e morreu na cidade, e em vida fez apenas duas breves viagens para locais próximos (Petrópolis e Vassouras na província do Rio de Janeiro e Barbacena, Minas Gerais). O mundo ficcional machadiano é criado e recriado a partir do Rio de Janeiro. Em poucos textos a narrativa é ambientada fora, e quando isto acontece é geralmente em locais exóticos ou imaginários, como exemplo a cidade de Itaguaí, do conto *O alienista*.

A cidade está tão presente nas suas narrativas que Gledson (1999, p.11) indica que seria exagero dizer que o Rio de Janeiro era protagonista na sua ficção, “mas por certo é um pano de fundo onipresente, e um conhecimento mais ou menos detalhado da geografia física e (sobretudo) social da cidade dá uma compreensão melhor da obra, e em consequência, um prazer extra<sup>56</sup>”.

Machado de Assis defendia que era possível ser um autor universal sem abdicar das questões e características centrais do seu país, e ele conseguiu ser um escritor universal sem sair das questões envoltas da cidade do Rio. Como Machado mesmo coloca sobre William Shakespeare, que mesmo narrando histórias sem ser ambientado na Inglaterra, como nos textos teatrais *Júlio César*, *Otelo* ou *Romeu e Julieta*, não deixava de ser um autor essencialmente inglês e ao mesmo tempo um gênio universal<sup>57</sup>. Embora as histórias narradas pelo bruxo do Cosme Velho estejam presas em maior parte à cidade do Rio, por ter conseguido ser tão profundo nas análises psicológicas e dos dramas humanos, Machado de Assis tornou-se um autor universal essencialmente fluminense.

Neste sentido, é revelador um trecho da crônica em que o narrador leva um estrangeiro ao Morro do Castelo, o qual era encravado no centro da cidade, local que, por sua vez, deu origem à cidade do Rio de Janeiro. Na crônica *A Semana*, 20 de agosto de 1873, diz:

Há anos chegou aqui um viajante que se relacionou comigo. Uma noite falamos da cidade e sua história; ele mostrou desejo de conhecer alguma velha construção. Citei-lhe várias: entre elas a Igreja do Castelo e seus altares. Ajustamos que no dia seguinte iria buscá-lo para subir o Morro do Castelo. Era uma bela manhã, não sei se de inverno ou primavera. Subimos, eu, para dispor-lhe o espírito, ia-lhe pintando o tempo em que por aquela mesma ladeira passavam os padres jesuítas, a cidade pequena, os costumes toscos, a devoção grande e sincera. Chegamos ao alto, a Igreja aberta e entramos. Sei

---

<sup>56</sup> Prefácio elaborado por John Gledson do livro: *O Rio de Assis*, de Alice Carrer, 1999.

<sup>57</sup> “Instinto de Nacionalidade”, publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.

*que não são ruínas de Atenas; mas cada um mostra o que possui* (Grifo Meu). O Viajante entrou, deu uma volta, saiu e foi postar-se junto à muralha, ficando o mar, o céu e as montanhas, e, ao cabo de cinco minutos; Que natureza que vocês têm!

A cidade do Rio de Janeiro não era referência mundial, não era uma das cidades centrais do capitalismo, como Londres ou Paris, mas para Machado de Assis era a sua cidade, com características próprias que valeria a pena ser descrita e representada literariamente, a exemplo do fato de demonstrar a importância de se preservar a história da cidade ao trazer imagens de locais históricos como o Morro do Castelo.

Miécio Tati (1961) no trabalho pioneiro *A cidade do Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis*, ao analisar vários aspectos sociais e culturais da cidade, utiliza apenas imagens extraídas da sua ficção nos seus vários gêneros. Neste trabalho, Miécio percorre os bairros do Rio e a vida social da cidade através dos fragmentos literários machadianos.

Propomos que, através dos contos machadianos, a Corte brasileira no século XIX pode ser desvelada nos seus vários ritmos e configurações sociais, mas sempre levando em consideração que as relações urbanas não são descritas extensivamente nos contos machadianos. No dizer de Patrícia Flores da Cunha (1997, p.148) “nos contos a cidade está diluída nos outros conflitos do texto – amorosos, políticos, morais – mais como um pano de fundo, determinante da maioria das ações das personagens”.

As histórias narradas nos duzentos e dezoito contos de Machado trazem, com grande frequência, imagens da cidade fluminense. Seja nos enredos de amor e desencontros, seja nas questões políticas, ou no pessimismo diante das relações humanas, os enredos se sucedem na Corte. Portanto, a partir dos contos, é possível estabelecer uma pesquisa dos costumes e hábitos na cidade do Rio. Um exemplo disso pode ser observado no conto *Tempos de Crise* (Jornal das famílias, abril de 1873 – não republicado por Machado de Assis), no qual está representada uma parte da cidade que, para Machado de Assis, era muito importante (a Rua do Ouvidor), pois, segundo ele:

A Rua do Ouvidor resume o Rio de Janeiro. A certas horas do dia, pode a fúria celeste destruir a cidade; se conservar a Rua do Ouvidor, conserva Noé, a família e o mais. Uma cidade é um corpo de pedra com um rosto. O rosto da cidade fluminense é esta rua, rosto eloqüente que exprime todos os sentimentos e todas as idéias. Aqui acharás a flor da sociedade, — as senhoras que vêm escolher jóias ou sedas a Notre Dame, — os rapazes que vêm conversar de teatros, de salões, de modas e de mulheres. Queres saber da política? Aqui

saberás das notícias mais frescas, das evoluções próximas, dos acontecimentos prováveis; aqui verás o deputado atual com o deputado que foi o ministro defunto e às vezes o ministro vivo [...] Dirás. Dirás que eu só menciono a sociedade mais ou menos elegante? Não; o operário pára aqui também para ter o prazer de contemplar durante minutos uma destas vidraças rutilantes de riqueza, - porquanto, meu caro amigo, a riqueza tem isto de bom consigo, - é que a simples vista consola<sup>58</sup>.

O trecho do conto representa a importância da Rua do Ouvidor, que era o centro político e cultural da cidade; trata-se da primeira rua da cidade a ter iluminação a gás, em 1857 e para a qual foi proibido, a partir de 1867, o trânsito de cavalos e carroças, tornando-se rua exclusiva para pedestres. E demonstra que era uma rua onde suas lojas eram de consumo para a fina flor da sociedade fluminense e que para os trabalhadores de baixa renda era uma rua onde seus recursos financeiros não cabiam o consumo, a não ser na contemplação das “vidraças rutilantes”.



59

---

<sup>58</sup> Este conto, em especial, foi retirado do site domínio público que abriga o maior acervo digitalizado da obra machadiana: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn047.pdf> - p2. A leitura deste conto tem como objetivo demonstrar a relação dos contos com a cidade do Rio de Janeiro. Já os aspectos da cidade negra contida nos contos serão apresentados no terceiro capítulo.

<sup>59</sup> Figura 01 – Rua do Ouvidor. Nota: Rua do Ouvidor, 1890, foto de **Marc Ferrez** (1843 – 1923) fotógrafo franco-brasileiro. Retratou cenas dos períodos do Império e início da República, entre 1865 e 1918, sendo que seu trabalho é um dos mais importantes legados visuais daquelas épocas. Suas obras retratam o cotidiano brasileiro na segunda metade do século XIX, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Há fotos da ilha das Cobras, da floresta da Tijuca, da praia de

A Rua do Ouvidor era o centro fulcral da intelectualidade fluminense, da última moda francesa e das notícias políticas, além de abrigar as redações de jornais importantes da época, como *O País*, o *Jornal do Comércio*, entre outros. A rua é retratada em muitos contos do autor, de modo que se pode supor que também era um local frequentado por muitos de seus leitores e leitoras. A rua vai perder sua importância com a abertura da Avenida central (e depois em 1912 denominado de Avenida Rio Branco).

De fato, Machado narrou grande parte das suas histórias representando o mundo da classe média fluminense, diferentemente de Lima Barreto (1882-1922), que representou o outro lado da Corte, os subúrbios e suas dimensões humanas. Os contos de Machado, contudo, expõem várias facetas da cidade, inclusive a presença da cultura negra, posto que representou aspectos da escravidão urbana (dimensão que será abordada no próximo capítulo).

Os contos representam em sua grande maioria a cidade no período do Segundo Reinado. Lendo-os, podemos visualizar a Corte em seus vários aspectos no século XIX, época dos saraus, dos bailes, dos passeios públicos em locais distantes do centro, como o Engenho Velho e Catumbi. Foram retratados também os transportes da época, como o cabriolé, o bonde, a carruagem, entre outros. Além disso, percebem-se certos aspectos da vida social, como as tensões entre senhores, escravos e libertos.

Um conto que bem exemplifica estas questões é intitulado *Anedota do Cabriolet* (Almanaque Brasileiro Garnier, janeiro de 1905, republicado no livro, *Relíquias de Casa Velha*, 1906), que narra a história do sacristão João das Mercês, que foi convocado pelo comendador José Martins de Brito para dar a unção ao casal *nhô* Pedrinho e *nhã* Anunciada. O enredo traz a questão das dúvidas de João das Mercês diante da situação e de pessoas que ele não conhecia. No fim da história, João das Mercês descobre que o casal era de meio irmão por parte de mãe e que tinham fugido da casa dos pais com um cabriolet, daí o título *Anedota do Cabriolet*. A história está presa ao tempo do cabriolet. Como coloca o narrador:

---

Botafogo, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, entre outras. Imagem retirada do Instituto Moreira Salles: <http://ims.uol.com.br/hs/marcferrez/marcferrez.html>

A geração de hoje não viu a entrada e a saída do cabriolet no Rio de Janeiro. Também não saberá do tempo em que o cab e o tilbury vieram para o rol dos nossos veículos de praça ou particulares. O cab durou pouco. O tilbury, anterior aos dous, promete ir à destruição da cidade. Quando esta acabar e entrarem os cavadores de ruínas, achar-se-á um parado, com o cavalo e o cocheiro em ossos esperando o freguês do costume. A paciência será a mesma de hoje, por mais que chova, a melancolia maior, como quer que brilhe o sol, porque juntará a própria atual à do espectro dos tempos. O arqueólogo dirá cousas raras sobre os três esqueletos. O cabriolet não teve história; deixou apenas a anedota que vou dizer. (ASSIS, 1997, p715)

Ao trazer para os leitores um meio de transporte já não muito usado na época da publicação do conto, Machado indica algo muito importante: a questão dos transportes na cidade do Rio de Janeiro.

O cabriolé é uma carruagem pequena, leve e rápida, de duas rodas, sem portas, com toldo e feita para transportar duas pessoas, uma das quais serve como condutora. Por ser leve e rápida normalmente puxada por um cavalo, era muito usada como carro de aluguel. Era praticamente um conversível oitocentista. Meio de transporte popular no Rio depois de 1839<sup>60</sup>. Uma cidade e seu mundo social são desvelados também a partir dos transportes, “nada atesta melhor as transformações que se operam na vida urbana” (FAORO, 1976, p48), pois são objetos materiais e simbólicos de diferenciação e pertencimento social.

Voltando ao conto, o sacristão fica perplexo, não pelo pedido de unção, mas sim em querer saber quem eram aqueles que tinham o veículo cabriolet e que ele não conhecia. João das Mercês, indagando sobre isto, questiona: “que parentes, se nunca ouvi...? Amigos, não sei; conhecidos, talvez simples conhecidos. *Mas então mandariam cabriolé?* Este mesmo preto é novo na casa; há de ser escravo de um dos moribundos, ou de ambos” (ASSIS, 1997, p716).

Esta imagem registra a perplexidade do sacristão diante de uma pessoa de rendas, dona de um cabriolet<sup>61</sup> e escravo que ele não conhecia. O conto termina com a descoberta de toda a estória pelo sacristão, e segue com a seguinte imagem:

---

<sup>60</sup> O coupé foi outro meio de transportes muito citado nas narrativas machadianas. O Coupé possuía quatro rodas e a área de passageiro e fechado, ficando o passageiro virado para frente, geralmente transportando apenas um passageiro. Outro transporte citado por Machado era o Tílburi que era puxado por apenas um animal, era o tipo de carro de aluguel mais comum no Rio de Janeiro oitocentista.

<sup>61</sup> Se no Rio de Janeiro no final do século XIX, o cabriolet era símbolo do passado, no romance “Fogo Morto” de José Lins do Rêgo, o transporte é representado como símbolo de poder e distinção social. Na segunda parte que descreve a decadência do engenho do seu Lula, que quando trouxe o cabriolet do



Não se pode escrever o que sentiu o sacristão, ouvindo-lhe este caso. Guardou-o, por algum tempo, com dificuldade. Soube os nomes das pessoas pelo obituário dos jornais, e combinou as circunstâncias ouvidas ao comendador com outras. Enfim, sem se ter por indiscreta, espalhou a história, só com esconder os nomes em contá-la a um amigo, que passou a outro, este a outros, e todos a todos. Fez mais; meteu-se-lhe em cabeça que o cabriolé da fuga podia ser o mesmo dos últimos sacramentos; foi ao cocheiro conversou familiarmente com um empregado; e descobriu que sim. Donde veio chamar-se a esta página a “anedota do cabriolé” (ASSIS, 1997, p720).

O trecho retrata a estória curta e incomum numa época de usos do cabriolet. Segundo Raymundo Faoro (1976), o cabriolet foi durante um período no século XIX um veículo de luxo, sendo meio de transportes de pessoas abastadas da sociedade, como estrangeiros, políticos e capitalistas. O uso do cabriolet permite a visualização dos objetos materiais e simbólicos de diferenciação social, ou seja, a partir delas é possível estudar-se as relações sociais de uma cidade. Raymundo Faoro indica que:

Do coche ao bonde – é toda a sociedade do Império, sobretudo a do Segundo Reinado que se expressa e se caracteriza. Pelo carro se conhece o homem: símbolo de opulência, da mediania e da pobreza [...] O carro esconde e dissimula cabedais; o carro ostenta e põe a nu o homem, com seus vícios e sua pobreza. Eles se digladiam nas ruas, com impulsos próprios, honra e prestígio derivados das parselhas – num painel autêntico do que vale cada homem no conceito de outro homem. (1976, p. 52-53).

Machado, com sua sutileza habitual, demonstra de forma literária valores sociais da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, onde o cabriolet era o transporte usado por poucos. Podemos indicar que a dimensão do contista se aproxima do historiador.

Machado de Assis, além de ser escritor, também estava preocupado em compreender e preservar, através de suas narrativas ficcionais (os contos), aspectos históricos da cidade do Rio de Janeiro que em grande parte estavam sendo soterrados

---

Recife foi visto como atração no engenho de Santa Fé. Quando da chegada do Cabriolé, “O povo corria para ver passar que tilintava fortemente. Corriam os cavalos ligeiros e o mundo para o capitão Tomás se parecia com aquele quando Amélia tocava o seu piano, de som tão bonito [...] O cabriolé dera muita importância ao Santa Fé. A família do capitão Tomás, quando entrava na vila, chamava a atenção do povo da rua. E ele gozava, de verdade, a importância que lhe vinha de tudo. Caprichava na parselha que puxava a sua carruagem. Via outros mais ricos do que ele mandando a família para as festas em carro de boi. Quando o carro parava na porta da igreja ficava cercado de gente que olhava com admiração. O capitão se enchia com a grande figura que a carruagem do genro fazia [...] Montado no cabriolé olhava para o mundo cheio de satisfação” (REGO, 2004, p227-228).

pelos ventos modernizadores da República. Muitos locais da cidade e práticas sociais já não faziam parte do mundo de seus leitores e leitoras.

Portanto, os contos machadianos representaram vários aspectos da Corte brasileira. Um contista em grande medida ligado ao período do Segundo Reinado, onde a cidade do Rio de Janeiro é transformada literariamente no “Rio de Assis”. Ele também visualizou nas suas tramas ficcionais imagens da escravidão (em especial nos contos): as tensões entre senhores e escravos, bem como outras visualizações da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista.

## Capítulo II

### **Sobre a concepção da Cidade Negra e Machado de Assis e a escravidão**

#### 2.1. SOBRE A CONCEPÇÃO DE CIDADE NEGRA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

Na historiografia brasileira os estudos que tratam da cidade ampliaram-se consideravelmente nos últimos anos. Houve abertura para um leque variado de perspectivas de pesquisas que chamam a atenção pela pluralidade de temas investigados. O historiador Fábio Gutemberg (2001) elabora interessante análise sobre isto na introdução de sua tese de doutorado. Ele indica essa multiface dos estudos da história que envolve a questão da cidade e demonstra como a escrita sobre ela se transformou com o passar do tempo. Fábio pontua as várias possibilidades de se estudar o tema, seja quanto aos aspectos do progresso, seja quanto aos dos conflitos sociais, além de também indicar que a experiência urbana é registrada em várias fontes históricas, desde as que abordam os processos criminais até as crônicas jornalísticas. Portanto, muita coisa foi e está sendo escrita sobre a cidade.

Entretanto, faces e aspectos da questão urbana no Brasil merecem novos estudos por parte dos historiadores. Como exemplo, o que sabemos sobre a história dos portadores de necessidades especiais nos espaços urbanos brasileiros? Como sentiam, imaginavam e viviam os espaços urbanos a partir de suas sensibilidades? Como encaravam as ruas e trajetos urbanos? Quais suas perspectivas? No caso de muitas cidades brasileiras como, por exemplo, Campina Grande, o que sabemos sobre os libertos após a Lei Áurea de 13 de maio de 1888? Como vivenciaram os primeiros anos após a abolição? Para onde foram? Quais as novas sociabilidades? Por ora fiquemos por aqui, para constatar que muitas coisas e aspectos das cidades e seus atores sociais esperam ser desvelados pelos estudiosos da história.

Sobre a relação dos escravos e negros libertos nas cidades brasileiras, bem como sobre a cultura afro-brasileira, existem muitos estudos. Contudo, trata-se de uma relação merecedora de novas reflexões. Senão vejamos.

Diante de alguns textos que trabalham a história das cidades na historiografia brasileira, salta aos olhos o silêncio diante de questões étnicas na composição dos espaços urbanos. No consultado livro “Domínios da História”, organizado por Ciro Flamarion e Ronaldo Vaínfas, há uma série de artigos reflexivos que versam sobre as perspectivas teóricas e metodológicas nos estudos da história. O historiador Ronald Raminelli (1997), no artigo “História Urbana”, estabelece uma série de reflexões sobre a história da cidade na historiografia. Para tanto, recorre a vários autores clássicos da temática, como Max Weber, Walter Benjamim, George Simmel, Fustel de Coulanges, Lewis Mumford, entre outros. Na parte final do ensaio, Raminelli (1997) traça um panorama dos estudos da cidade na América Latina e pontua os dilemas das cidades dessa região, que de colônias passaram abruptamente pelo processo de modernização.

Especificamente sobre o Brasil, Raminelli (1997) coloca que, por muito tempo, os estudos da cidade estiveram atrelados ao campo econômico, salientando os estudos que versam sobre o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro na gestão do prefeito Pereira Passos. Também indica trabalhos relativos ao processo de modernização das cidades brasileiras que têm como paralelo os grandes centros urbanos da Europa e Estados Unidos, principalmente no fim do século XIX, em especial ao tomar a cidade de Paris como referência. Nesse momento, o autor traz um ponto importante sobre os estudos históricos que relaciona modernização das cidades brasileiras com experiências modernizantes européias. Coloca que:

A historiografia caiu em várias ocasiões em uma armadilha teórica, repetindo os mesmos resultados obtidos por historiadores preocupados com outras realidades. Enfim, uma boa parte da historiografia está mais preocupada em seguir os caminhos de Benjamim e Marshall Bermann do que fazer pesquisa histórica. (RAMINELLI, 1997, p. 49).

Concordamos com os argumentos postos por Raminelli quando aponta a importância de se contextualizar as questões históricas específicas de cada cidade pesquisada antes de estabelecer questões comparativas com outras experiências urbanas para, dessa forma, evitar cair em anacronismos históricos.

Nesse sentido, o historiador Gervácio Batista Aranha (2006) no artigo “Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)” estabelece uma metodologia interessante quando analisa aspectos de mudanças das cidades do Norte, em especial quando indica o exemplo da cidade de Campina Grande no início do século 20: esclarece que não é

possível falar em modernização urbana comparando as experiências européias e no Brasil comparando a cidade do Rio de Janeiro. O que faz o autor deslocar a perspectiva em vez de tratar propriamente do processo de modernização campinagrãndense e de outras cidades do Norte do Brasil, aborda a aquisição de equipamentos modernos que representam os símbolos da modernidade trazidos para a cidade, tais como o trem de ferro, a luz elétrica e o telefone, entre outros.

Raminelli faz um trabalho interessante de contextualização histórica sobre a questão do urbano na historiografia. Entretanto, eclipsou as questões negras e da escravidão nos estudos sobre as cidades brasileiras. O silêncio de tal pesquisador é compartilhado por outros historiadores da questão urbana no Brasil.

A historiadora Maria Stella Bresciani elabora um balanço panorâmico sobre os estudos das cidades na historiografia brasileira no texto “História e historiografia das cidades, um percurso”. Inicia o texto indicando que, antes de tudo, “os estudos das cidades é uma experiência visual” (BRESCIANI, 1998, p31). Demonstra que a cidade tem uma dimensão estética, e traz as principais obras e assuntos abordados no campo de estudo acerca das cidades.

Bresciani ainda relata os desafios dos espaços urbanos, como a questão da moradia e suas consequências sociais, e chama a atenção para a política intervencionista do higienismo nas cidades no processo de modernização. No entanto, a autora não indica estudos nem a importância de se estudar as cidades no seu recorte étnico<sup>62</sup>.

Outro trabalho nessa perspectiva de análise foi feito pelas historiadoras Marisa Varanda Teixeira Carpintéro e Josianne Francia Cerasoli<sup>63</sup> no texto “A cidade como história”, no qual é retratado um percurso sobre a história dos estudos das cidades, e pontua historicamente as principais obras sobre tal temática. Tais autoras estabelecem um artigo rico em informações sobre os principais estudos na historiografia brasileira relativamente às cidades, mas também não indicam a importância de se estudar a experiência urbana no Brasil sob o prisma étnico e não recomendam textos sobre tal temática<sup>64</sup>.

O arquiteto Paulo César Xavier Pereira (2001), no ensaio “Cidade: sobre a importância de novos meios de falar e de pensar as cidades”, traça questões importantes sobre a importância de se pensar novas possibilidades de concepções de cidade; nisto o

---

<sup>62</sup> O que, contudo, não tira o mérito do trabalho empreendido pela historiadora que é de extrema valia para os historiadores interessados sobre os estudos das cidades no Brasil.

<sup>63</sup> História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

<sup>64</sup> Idem.

autor argumenta que, para se abordar as complexidades do conceito, criaram-se várias adequações predicais, tais como criações de novas palavras, a exemplo de “cidade-dormitório”, “cidade satélite”, “cidade operária”, “cidade moderna”, “cidade industrial”, entre outras.

Entretanto, semelhantemente aos historiadores citados anteriormente, Paulo César Xavier Pereira (2001) não aborda a necessidade de se repensar as conceituações sobre a cidade no Brasil tendo em vista a participação massiva da escravidão no cenário urbanístico das cidades brasileiras. Podemos aferir, a partir desses exemplos, que a questão étnica não teve destaque por muito tempo em obras dos historiadores que estudaram as experiências urbanas no Brasil.

O que chama a atenção é o fato de que era patente a forte presença de escravos e libertos nas cidades brasileiras, o que se torna evidente quando se pensa nas constituições das cidades na época em que vigorou a escravidão (XVI - XIX), ou seja, três séculos. Foi gritante a presença cotidiana do trabalho cativo na experiência de muitas cidades brasileiras, perpassando muitas partes do tecido social urbano. A presença negra se fazia presente no cotidiano urbano em diversos aspectos, a exemplo da limpeza (efetuadas pelos “tigres”), na venda de produtos nas ruas, na construção de igrejas, estradas e outras obras públicas.

Sobre essa constatação, Jorge Paulo Santiago indica, no artigo “O lado clandestino da cidade brasileira: Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos” (2003)<sup>65</sup>, como o título sugere, existe uma ausência sistemática de conflitos étnicos nos estudos históricos que versam sobre a questão da cidade, em que pese à experiência marcante da escravidão na história brasileira, segundo Jorge Paulo:

O estudo da cidade no Brasil permite constatar que, mesmo sendo apreensíveis, a noção de conflito ou os problemas concernentes às existências de conflitos na cidade, particularmente aqueles de ordem étnica, estão freqüentemente ausentes das análises que tratam desse período de modernização técnica e de instalação efetiva da cultura urbana brasileira. (SANTIAGO, 2003, p. 88).

Para tanto, o autor sistematiza as principais fases dos estudos étnicos no Brasil e suas principais características, e indica como os grupos étnicos ainda são vistos de forma clandestina e muitas vezes incutidos, genericamente, em conceitos de problemas

---

<sup>65</sup> Anuário Americanista Europeu. N 1º, 2003.

sociais sem que haja a especificação dessas tensões sociais. Neste contexto, Jorge Paulo Santiago reflete que:

Ao mesmo tempo, entretanto, o papel desempenhado por uma parte das camadas populares e por certos grupos étnicos nos diferentes processos de construção de identidade em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, de certo modo permanece na esfera do clandestino, tornando os atores do urbano e sua visão da cidade e dos jogos de relações sociais que nela são construídos igualmente clandestinos. (SANTIAGO, 2003, p. 99).

Essa constatação à qual chegou Santiago nos leva a problematizar os estudos da escravidão urbana no Brasil. Antes de adentrarmos na concepção de cidade negra, é preciso visualizar como se estabeleceu, na historiografia brasileira, a questão da escravidão na experiência urbana. Claro que se trata de um tema complexo devido às dificuldades de apreender a totalidade de trabalhos sobre tal temática. Mas é preciso traçar este panorama histórico para uma melhor compreensão da presente pesquisa.

Gilberto Freyre indica, no seu principal trabalho *Sobrados e Mucambos*<sup>66</sup> (1996), o processo de urbanização do Brasil nos séculos XVIII e XIX perscrutando a decadência e a extensão do patriarcalismo brasileiro nas cidades brasileiras, realocado da casa grande para os sobrados; e dos negros, das senzalas aos mucambos, casebres nos bairros menos favorecidos das cidades. Acerca de tal pesquisa Freyre explica que:

Nestas páginas, procura-se principalmente estudar os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça a outra, de uma classe a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio ou o seu prolongamento no patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados urbanos e semi-urbanos; o desenvolvimento das cidades. (FREYRE, 1996, p9.)

Neste sentido, o trabalho de Freyre pode ser visto como um dos primeiros a atentar para a questão dos escravos nas cidades brasileiras. O estudioso indica que a experiência da escravidão no Brasil foi marcante por ter se destacado pelo tom brando nas relações entre senhores e escravos na escravidão urbana brasileira, quando comparado a outras experiências no mundo, especialmente a experiência escravocrata no sul dos Estados Unidos.

---

<sup>66</sup> Obra publicada originalmente em 1936.

Gilberto Freyre, ao interpretar a formação brasileira, trouxe o negro como elemento formador da cultura, de modo que não via tal presença como algo negativo à constituição da identidade do povo. Desse modo, Freyre questionou estudos anteriores que colocavam, de forma negativa, a presença do negro na formação brasileira, a exemplo dos trabalhos de Nina Rodrigues e Oliveira Viana. Freyre defendeu certa integração formadora entre portugueses, índios e negros. Embora houvesse conflitos inerentes às relações sociais, no Brasil prevaleceu certa inclinação conciliadora entre as raças formadoras da nação.

Portanto, Freyre defende que a formação social brasileira – diferentemente de outras experiências no mundo, posto que influenciada pela mão portuguesa – foi marcada pela integração racial, o que redundou numa certa democracia racial<sup>67</sup>.

Mas, a nosso ver, Gilberto Freyre esquece algo de fundamental importância na sua interpretação sobre a formação brasileira. Trata-se do fato de que, supostamente no Brasil as relações entre senhores e escravos eram mais maleáveis do que nos Estados Unidos e outros países, quando na verdade havia algo em comum em todos os sistemas escravocratas: a violência. A ocorrência da escravidão já constitui, por si só, uma violência brutal incontestável. Isso sem falarmos no genocídio empreendido pelos europeus no continente africano, pois se tratou da maior diáspora forçada da história da humanidade, mais de 15 milhões de seres humanos foram retirados de suas terras natais em viagens aterrorizantes nos navios negreiros.

Florestan Fernandes, no livro “A integração do negro na sociedade de classes” (1964), analisa a situação dos negros na integração ao sistema capitalista na cidade de São Paulo, no período da escravidão e pós-abolição. Seu trabalho estava na esteira de outros estudos financiados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), instituição criada após a segunda guerra mundial e que tinha como principal fantasma a tragédia do extermínio dos judeus pelos nazistas. Após o trauma advindo das feridas da grande guerra mundial, experiências terríveis chamavam a atenção das instituições internacionais, como o racismo nos Estados Unidos, a descolonização de países da África e Ásia, a Guerra Fria e os conflitos raciais na África do Sul.

---

<sup>67</sup> Gilberto Freyre não usa na sua obra o termo “Democracia Racial”. Esse conceito foi criado por intérpretes da sua obra, devido à defesa do sociólogo de que as relações de soma entre os povos formadores do Brasil se caracterizaram profundamente pela integração social e cultural.



É nesse contexto que a UNESCO financiou estudos sobre as relações raciais em países do terceiro mundo, em especial no Brasil. No caso brasileiro, os estudos elaborados nos anos 50 foram empreendidos com o intuito de validar e demonstrar ao mundo o exemplo da “democracia racial” no Brasil. Tais estudos foram originados das conclusões de Gilberto Freyre, principalmente no livro “Casa Grande e Senzala” (1934) que, por sua vez, talvez seja o trabalho brasileiro mais conhecido internacionalmente nas áreas das ciências humanas.

Mas os pesquisadores demonstraram o contrário, através dos dados levantados sobre a sociedade brasileira. Destacaram-se, nesse contexto, os trabalhos de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, entre outros<sup>68</sup>.

No trabalho de Florestan Fernandes ficou constatado o processo de exclusão ao qual foram submetidos os negros na cidade de São Paulo. Mesmo após o término da escravidão as estruturas de desigualdades entre brancos e negros na sociedade brasileira permaneceram, embora tenha havido mudanças, como a implementação do regime político republicano, o advento do trabalho assalariado, o processo de industrialização urbana e o crescimento das cidades.

Segundo Florestan Fernandes (1978) os libertos não foram preparados para as exigências modernas do capitalismo. No tópico três do terceiro capítulo, “A expansão urbana e desajustamento estrutural do negro”, o sociólogo trabalha mais detidamente sobre a situação do negro na cidade de São Paulo no começo do século XX. Segundo Florestan:

Tudo isto permite concluir que a cidade não foi especialmente “desumana” ou “hostil” ao negro. Ela repeliu, nele, o “escravo” e o “liberto”, por não possuírem os atributos psicossociais requeridos para a organização do horizonte cultural e do comportamento social do homem livre. *Na medida em que o negro só sabia afirma-se como “escravo” ou “liberto”, embora desejando ser outra coisa, ele só agravou as condições de vida anômica da senzala, transplantando-se para a cidade (Grifo Meu) (FERNANDES, 1978, p 93.)*

Foram muito importantes os resultados obtidos nos estudos produzidos por Florestan e que foram baseados numa sólida pesquisa empírica. De forma contundente, ele indicou as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira. Entretanto,

---

<sup>68</sup> Cabe destacar que, em 1949, o estudioso da questão do negro no Brasil, Arthur Ramos, era diretor do departamento de ciências sociais da UNESCO. Sobre os estudos financiados pela UNESCO no Brasil nos anos 50 do século XX, vide o artigo de Marcos Mio Chor: **Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Revista brasileira de Ciências Sociais. V 14, nº41, 1999.

o sociólogo eclipsou os negros considerados como agentes de suas histórias, e perdeu de vista suas perspectivas próprias, suas próprias visões de liberdade e de luta por melhoria de vida, isto devido ao contexto teórico que orientou sua pesquisa na época. O que não diminui a importância dos resultados da sua pesquisa para uma melhor compreensão da sociedade brasileira no que tange às questões das desigualdades raciais.

Deste modo, até a primeira metade do século XX, os estudos de destaque sobre a relação dos escravos e libertos nas cidades foram feitos pelos sociólogos nos ensaios panorâmicos interpretativos sobre o Brasil, em especial Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

Todavia, o historiador estadunidense Richard C. Wade pesquisou profundamente em seu trabalho intitulado “Slavey in the Cities: the south 1820 - 1860”, publicado em 1964, as especificidades da escravidão urbana no sul dos Estados Unidos, comparando-as à escravidão no campo. Wade abriu novos horizontes nas pesquisas sobre o tema ao trazer a complexidade da dimensão da escravidão urbana ao lume dos estudos historiográficos. Os dados levantados por Wade se situam no contexto de luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos na década de 60, principalmente nos estados do sul, onde a segregação racial era mais contundente.

O argumento polêmico de Wade reside no fato de que ele defendia a incompatibilidade entre a instituição da escravidão e o desenvolvimento urbano, devido às dificuldades de controle da vida dos cativos por parte dos senhores, e haja vista que a cidade se abria em possibilidades para os cativos. O que gerou, nos Estados Unidos, muitos estudos comparativos entre a escravidão urbana e a rural.

Como indica Sidney Chalhoub (1990, p. 185), a grande contribuição para os estudos sobre a escravidão urbana levantada por Richard Wade se situa no fato de que “é impossível discutir escravidão urbana, seja no Brasil, seja nos Estados Unidos no século XIX, sem lidar com a questão do ‘desmanchar’ da política de domínio característica da escravidão”. Essas discussões tinham como pano de fundo a questão da autonomia dos cativos e suas próprias políticas em luta pela liberdade e melhoria de vida. Sidney Chalhoub indica que:

Desde pelo menos o início da década de 1970, a historiografia norte-americana sobre a escravidão tem girado em torno da tentativa de resolução do aparente paradoxo entre a constatação da eficácia da política de domínio senhorial e a contínua descoberta de práticas culturais autônomas por parte dos escravos. Em outras palavras, o problema é reconhecer a presença da classe senhorial na forma como

os escravos pensavam e organizavam seu mundo mesmo sob a violência e as condições difíceis do cativo, sendo que a compreensão que tinham de sua situação não pode ser jamais reduzida às leituras senhoriais de tal situação. (CHALHOUB, 1990, p.26)

Esse debate sobre escravidão urbana foi explorado por pesquisadores de outros países, ganhando muitos adeptos no Brasil dos anos 80. Isto se deveu, em grande medida, ao intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores estadunidenses interessados sobre o Brasil –os chamados brasilianistas – principalmente a partir dos anos 60 do século passado<sup>69</sup>.

É nesse contexto que surge a inovadora pesquisa da historiadora estadunidense, Mary C. Karasch, que em sua tese de PhD “Slave life in Rio de Janeiro, 1808 – 1850”, defendida na Universidade de Wisconsin em 1972 (que só foi publicada em 1987)<sup>70</sup>, inova nos estudos sobre escravidão, ao centrar sua pesquisa na escravidão urbana, especificamente ao analisar a vida dos escravos em várias dimensões na cidade do Rio de Janeiro entre 1808 e 1850.

Releva observar que chamou a atenção na pesquisa as citações diretas e indiretas as ideias defendidas por Richard Wade nos principais trabalhos sobre escravidão urbana no Brasil como, por exemplo, Algranti (1988), Chalhoub (1990), Soares (2007), Karasch (2000), entre outros. De modo que situar o leitor sobre as questões da cidade negra no Brasil sem passar pelas ideias de Wade é ter uma visão míope da questão levantada.

Karasch desfez o “mito de Rui Barbosa”, segundo o qual quando ele era Ministro da Fazenda em 1890, lhe foi atribuída a ordem para queimar os documentos relativos à escravidão, levando à crença, por parte de muitos estudiosos, de que seria difícil estabelecer uma pesquisa empiricamente sólida sobre a escravidão no Brasil<sup>71</sup>. Como coloca Karasch (2000, p 12) sobre o início da sua pesquisa: “quando contei aos brasileiros que estava pesquisando sobre a escravidão no Rio de Janeiro, disseram-me

---

<sup>69</sup>Podemos destacar alguns nomes importantes como: Stuart B. Schwartz, Robert W Slenes, Mary Karasch, Robert Conrad, Thomas H. Holloway, Thomas Skidmore, entre outros. A contribuição da historiografia norte-americana para os estudos da escravidão no Brasil é tema merecedor de novas pesquisas.

<sup>70</sup>No Brasil, sua publicação ocorreu tardiamente no ano de 2000. Mas a tese foi consultada por alguns historiadores brasileiros desde o final dos anos 70.

<sup>71</sup>Sobre essa questão, vide o artigo: **Escravos, cartórios e desburocratização**: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In: Produção e transgressões. ANPUH - RBH, editora Marco Zero, 1985. Robert W. Slenes estabelece uma revisão bastante rigorosa sobre essa temática e demonstra o avesso da questão, a considerável documentação que sobreviveu à ordem de Rui Barbosa. Essa discussão será melhor abordada no terceiro capítulo.

que não encontraria nada, pois todos os documentos haviam sido queimados na época da abolição”.

Embora Rui Barbosa, o águia de Haia, tivesse sido responsabilizado por uma atitude considerada, no mínimo, criminosa, Mary Karasch demonstrou na sua pesquisa que havia uma grande variedade de documentos sobre a vida dos cativos na cidade do Rio de Janeiro, desde relatos dos viajantes estrangeiros, de registros da alfândega, e de jornais até dados do cemitério da Santa Misericórdia.

Outra contribuição inestimável trazida por Karasch foi deslocar a análise da escravidão para além das discussões do sistema *plantation*, do trabalho escravo empregado nas grandes plantações de cana de açúcar. Trouxe a lume cenas dos cativos no dia a dia da urbe; demonstrou imagens das quitandeiras, dos barbeiros, dos cirurgiões nas ruas, entre outras. A obra de Karasch se resume em um guia sobre a vida cotidiana dos escravos, suas ações e atitudes na vida diária na cidade do Rio de Janeiro.

Entre as várias temáticas levantadas na inovadora pesquisa empreendida pela historiadora, destaca-se também a profunda pesquisa sobre as origens dos escravos africanos e as principais características dos *modus operandi* do mercado de escravos, e como estabeleceu uma interessante análise dos dados terríveis sobre as péssimas condições de vida dos escravos. Expostos a insuficientes condições de alimentação, eles ficavam mais vulneráveis às doenças e, por conseguinte, aos altos índices de mortalidade entre a população cativa da cidade; outro ponto que chama a atenção é a parte dedicada às diversas práticas de resistências elaboradas pelos escravos.

Karasch, a partir de sua sólida pesquisa empírica, colocou em xeque vários pressupostos então assentados na interpretação dada por Gilberto Freyre, como certa visão de que a escravidão urbana no Brasil se caracterizaria por uma relação amena entre senhores e escravos (o que será mais pormenorizadamente abordado no terceiro capítulo).

A historiadora Leila Mezan Algranti estabelece na sua dissertação de mestrado intitulada “O feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808- 1822” (1983) uma importante análise sobre a escravidão urbana no Rio no período joanino.

O trabalho de Mezan pode ser lido como pioneiro no Brasil ao sistematizar, pela primeira vez, um estudo mais acurado do ponto de vista histórico sobre a relação entre escravos e espaço urbano. Uma parte da sua pesquisa (capítulo 2 – O escravo e a cidade) é dedicada exclusivamente a analisar essa questão.

Em linhas gerais, ao dialogar com autores que estudam a temática da escravidão urbana como Gilberto Freyre, Richard Wade e Eugene Genovese, Leila Mezan Algranti defende que, no caso da cidade do Rio de Janeiro (1808-1822), a escravidão urbana é configurada de forma diferente do espaço rural, principalmente no que tange às atividades econômicas nas quais os escravos eram empregados, merecendo destaque os usos dos escravos de ganho e de aluguel, que possibilitavam aos cativos deterem certa liberdade de trânsito no espaço urbano. E complementando essa análise, investiga os mecanismos de controle e punição dos cativos diante dessa configuração social, daí o título provocativo: “O Feitor ausente”.

Segundo Algranti (1988), o Estado e seus aparelhos repressivos, em parceria com os senhores, realizavam a tarefa de controle e punição dos escravos. Contudo, ao analisar as documentações policiais, Algranti chama a atenção para algo que será melhor apreciado em estudos posteriores sobre a escravidão: trata-se de apreender-se o escravo como agente histórico que usufrui das oportunidades que o sistema lhe oferece na cidade e que estabelece mecanismos de defesa para viver no interior desse mesmo sistema. “Circulando pelas ruas nas suas tarefas diárias, eles criam um universo próprio, padrões de relacionamento com os demais grupos da sociedade e formas de contestação ao regime”. (ALGRANTI, 1988, p. 24).

O historiador João José Reis na tese de PhD “Slave Rebellion in Brazil: The African Muslim Uprising in Bahia, 1835”, defendida na Universidade de Minnesota, em 1983<sup>72</sup>, constrói importante pesquisa sobre a revolta dos Malês na Bahia em 1835, ao analisar a configuração da religião e da revolta escrava na cidade de Salvador. Sua pesquisa, embora não centrada na discussão da escravidão urbana, levanta pontos importantes, como as complexidades que envolveram as relações entre os próprios escravos, diferenças culturais e religiosas entre eles, as lógicas próprias dos cativos tidos como agentes históricos, como também suas relações com os senhores, sendo essas relações sociais configuradas no espaço urbano de Salvador.

Luiz Carlos Soares, sob orientação de Leslie Bethell, na sua tese de PhD, “Urban Slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro”, concluída em 1987 e defendida em 1988<sup>73</sup> na University College London, elaborou outra importante pesquisa sobre a

---

<sup>72</sup>A pesquisa saiu em livro com o título: **A rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês, 1835**. 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>73</sup> O texto foi publicado em livro com o seguinte título: “**O povo de “Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**” em 2007, segundo o próprio autor, levemente modificado do texto original da tese.

escravidão urbana da cidade do Rio de Janeiro nos oitocentos. Soares (2007) estabelece, na introdução da pesquisa, uma discussão sobre a questão da escravidão urbana na historiografia e logo centra sua análise sobre os estudos da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, dando destaque aos trabalhos de Mary Karasch e Leila Mezan Algranti.

Luiz Carlos Soares analisou um interregno mais abrangente frente aos recortes temporais das historiadoras citadas (Karasch e Algranti), as quais localizaram suas pesquisas na primeira metade do século XIX, que é considerado o período áureo da escravidão no Rio de Janeiro. Soares constrói sua pesquisa sobre a escravidão por todo o século XIX. Dessa forma, segundo o historiador, percebem-se elementos para a comparação da dinamicidade e do desenvolvimento da escravidão na cidade do Rio antes e após a Lei Eusébio de Queiroz que aboliu o tráfico negreiro. Fato esse que modificou os *modus operandi* da instituição no Rio de Janeiro. No mais, Soares destaca pontos até então pouco analisados, a exemplo do roubo de escravos que gerou toda uma intensa rede de negócios paralelos, a prostituição e a mendicância por parte dos cativos, entre outros fatores poucos explorados.

Neste momento, é preciso destacar a influência das contribuições do historiador inglês Edward Palmer Thompson para os estudos sobre a escravidão no Brasil. Thompson está vinculado a tradição historiográfica inglesa marxista. A produção historiográfica elaborado por ele foi marcada pelo interesse em desvelar os aspectos da vida social dos homens em suas múltiplas dimensões, posto que estimava a cultura, os costumes, as tradições, os valores morais e as histórias das pessoas comuns: “History from Bellow”.

Em linhas gerais, Thompson renovou os estudos marxistas, levantando pontos importante até então eclipsados pela tradição dessa escola teórica. Thompson centrou sua análise em vários conceitos importantes como “agenciamento”, “paternalismo”, “economia moral”, entre outros. Na sua reflexão teórico-metodológica, a noção de “experiência” ganha destaque, pois é por ela que os homens desenham e constroem suas práticas e ações, pois, segundo Thompson (1981, p. 111) interessa pesquisar a vida dos “homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, em sua autoconsciência dessa experiência”.

A historiadora Silvia Hunold Lara defende que a influência de Thompson sobre os estudiosos da escravidão se dá no plano teórico-metodológico e não no plano temático. Inspirado pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises

thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão brasileira<sup>74</sup>.

Portanto, vários estudos sobre a escravidão no Brasil, surgidos nos anos 80 do século passado, tiveram forte influência das concepções teóricas de Thompson e dos trabalhos historiográficos estadunidenses. Principalmente na preocupação dos historiadores brasileiros em pesquisar a história das ações dos escravos e libertos a partir de suas próprias experiências, concepções, desejos, sonhos e vontades.

Para tanto, revisaram-se e alargaram-se as fontes documentais de pesquisas e estudos anteriores sobre a escravidão, de modo que foi nesse contexto histórico que o historiador Sidney Chalhoub (1990) utilizou o termo “Cidade Negra” de forma pioneira nos estudos sobre escravidão urbana no Brasil.

Sidney Chalhoub (1990) analisou, em trabalho de sua autoria, as várias visões de liberdade gestadas pelos escravos e libertos no processo de abolição na Corte e, com isso, verificou esse processo a partir das experiências dos cativos e libertos nas suas lutas pela liberdade e nas suas redes de solidariedade.

Chalhoub (1990) se contrapõe à perspectiva do sociólogo Fernando Henrique Cardoso na sua concepção de escravo-coisa, na qual o cativo é visto, supostamente, como sujeito sem autonomia e vontade própria na sociedade escravista do Rio Grande do Sul, realidade extensiva para os escravos de outras regiões no Brasil. Sobre essa concepção de escravo-coisa posta por Fernando Henrique, no dizer de Chalhoub (1990, p38) “com rara felicidade e precisão, tudo aquilo que eu não vou argumentar neste livro”.

O trabalho de Sidney Chalhoub é importante também pelo uso metodológico das fontes documentais, principalmente no trato dos processos criminais que envolveram os cativos e libertos, demonstrando como foi possível a partir dessas fontes traçar o entendimento sobre os interesses e percepções dos escravos sobre a liberdade.

Como já foi dito, é nesse estudo que Chalhoub emprega de forma pioneira o termo *cidade negra*, no qual empreendeu análises do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX a partir dos pressupostos dos escravos e libertos, mostrando como a partir das suas ações cotidianas instituíram uma cidade própria, arredia e alternativa à escravidão.

---

<sup>74</sup>Para uma leitura mais profunda sobre a influência de Thompson e os estudos sobre a escravidão no Brasil, vide o artigo; “**Blowin it the Wind**”: E.P Thompson e a experiência negra no Brasil. LARA, Silvia H In: Projeto histórico. PUC/ São Paulo, 1995.

Portanto, estudar a experiência urbana a partir da concepção de cidade negra é vislumbrar as experiências dos africanos e seus descendentes, libertos ou cativos, como atores que constroem espaços urbanos a partir de práticas e lógicas próprias, pois a concepção de cidade negra vem na esteira de novas conceituações nos estudos sobre a escravidão, a exemplo dos conceitos de “diáspora negra”, “campo negro”, “atlântico negro” e “literatura negra”.

Observe-se que trabalhar tal concepção não se restringe às cidades que tiveram um número expressivo de escravos na sua história, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maranhão, entre outras. O conceito de cidade negra pode ser estendido às experiências de outras cidades no Brasil. Pode-se estudar o espaço urbano do Recife, Porto Alegre, Belém do Pará, Campina Grande, entre outras, mas tendo em vista as experiências sociais locais próprias.

Como exemplo, o historiador Luciano Mendonça de Lima (2006), a partir da análise das ações de liberdade, visualiza um variado painel social da escravidão na cidade de Campina Grande no século XIX e as práticas dos escravos nesse cenário urbano. É emblemática a história descrita pela escrava Maria e a sua luta pela liberdade levada aos tribunais de justiça para que se reconhecesse que ela tinha chegado ao Brasil após o ano de 1831, quando foi aprovada a lei que decretava liberto todo escravo desembarcado no Brasil após essa data, uma lei que foi desrespeitada, ganhando alcunha de “lei para inglês ver”.

Outro exemplo nesse sentido é o trabalho elaborado pelo historiador Luiz Augusto Pinheiro Leal (2008), ele analisa a capoeira e suas práticas na região do Pará no início do período republicano com suas peculiaridades, que diferem das experiências da Bahia e do Rio de Janeiro. Principalmente a utilização dos “capoeiras” nas festas dos folguedos e os vínculos dos grupos envolvidos na festa do boi-bumbá, algo só existente no Pará, definido pelo autor de “política da capoeiragem”.

Esses dois exemplos de trabalhos de historiadores de regiões diferentes no Brasil foram trazidos para demonstrar as experiências de negros em cenas da cidade negra e de seus agentes na configuração urbana, mesmo em regiões onde a estrutura da escravidão não foi tão marcante do ponto de vista numérico como Salvador, Rio de Janeiro e Recife<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Releva observar o livro: “**Cidades Negras: africanos e crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**” (2006) que traz vários capítulos dedicados as experiências negras em muitas cidades do Brasil. O texto é importante por estabelecer uma série de reflexões sobre a escravidão urbana no Brasil no



Trazer concepções como as que estão incrustadas na ideia de cidade negra para se estudar a experiência urbana no Brasil constitui uma das formas de enriquecimento metodológico quanto às possibilidades pelas quais se podem entender as transformações sofridas nas cidades brasileiras, para, dessa forma, “alargar ou mesmo subverter o conceito de ocidental-moderno de cidade, que é certamente incapaz de dar conta de todo o espectro de fatos e aspectos encontráveis na universalidade da experiência urbana”. (RISERIO, 2012, p. 13).

É preciso ir além da questão restrita dos trabalhos sobre a escravidão urbana. A perspectiva pode ser redimensionada, de modo que é possível analisar a cidade no Brasil a partir do seu aspecto étnico, tido como espaço constitutivo historicamente de algumas experiências urbanas brasileiras, principalmente em época da escravidão.

Estudos dessa natureza se justificam principalmente se considerarmos as experiências históricas acontecidas no Brasil, um país marcado pela extensão continental e com a experiência da instituição da escravidão de mais de três séculos, além das presenças indígenas na nossa cultura, principalmente nas cidades da região Norte.

Portanto, é possível se estudar, historicamente, a experiência urbana no Brasil a partir do recorte étnico, possibilitando a ampliação dos instrumentos de análises das cidades brasileiras, de modo que o que se pretende neste trabalho é desvelar cenas da cidade do Rio de Janeiro nos oitocentos, a partir dos contos machadianos.

---

século XIX. Os textos que compõe o livro foram escritos pelos historiadores: Juliana Barreto Farias, Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eduardo de Araújo Moreira.

## 2.2 A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NA OBRA MACHADIANA, O CASO DOS CONTOS.

O presente tópico visa apresentar algumas características da relação do escritor Machado de Assis (1839-1908) com a escravidão. Machado nasceu e viveu numa cidade negra. Antes de analisar propriamente os seus contos, vamos articular o contista com o tema da escravidão, questão esta central na sociedade brasileira do século XIX. Cabe destacar que na formação da sua juventude até seus vinte anos, a instituição estava no auge na cidade do Rio de Janeiro, tendo o jovem escritor visto a força da escravidão na sociedade, bem como os seus malefícios. A relação de Machado de Assis com a escravidão talvez seja um dos aspectos mais intrigantes entre os seus leitores e estudiosos.

Trata-se de um tema muito presente, “os críticos que estudaram Machado de Assis, nunca deixaram de inventariar e realçar as causas eventuais de tormento social e individual: cor, origem humilde, carreira difícil, humilhações, doença nervosa” (CANDIDO, 1977, p17).

O crítico literário Mário de Andrade afirma sobre Machado de Assis que ele “não profetizou nada, não combateu nada, não ultrapassou nenhum limite infecundo. Viveu moral e espiritualmente escanchado na burguesice do seu funcionalismo garantido e muito honesto, afastando de si os perigos visíveis. Mas as obras valem mais que os homens” (ANDRADE, 1972. p.20).

Segundo o crítico, Machado de Assis optou pela abstenção aos acontecimentos políticos de seu tempo, após a garantia da estabilidade financeira de funcionário público. Isto supostamente teria feito o escritor recuar em discutir sobre as questões polêmicas e tensas de sua época, como a questão da escravidão. Cabe lembrar que existem teorias de que o escritor teria se esforçado para embranquecer-se, sendo uma estratégia para melhor ser aceito nos meios elitistas literários – essa leitura se deve provavelmente as publicações das cartas do seu grande amigo Joaquim Nabuco, o famoso abolicionista sobre Machado, escreve que:

A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele escreveu e que tom lhe deu. O Machado

para mim era um branco, e creio que por tal se tomava: quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego (...). (NABUCO Apud BROOKSHAW, 1983 p.57).

É interessante observar que, no seu atestado de óbito, está registrado com a “cor branca”, pois até hoje não se sabe se foi um pedido seu ou uma indicação de um amigo. É interessante notar que a máscara mortuária contraria o laudo, pois os dados negroides saltam a vista, como a boca e o cabelo, como bem está explicitada na foto de seus trinta anos<sup>76</sup>.

José do Patrocínio<sup>77</sup>, outro abolicionista da época, tinha sobre Machado de Assis várias críticas a seu suposto alheamento e conivência com a escravidão. Sobre o escritor, Patrocínio escreve:

Pago ódio que esse homem volta à humanidade com meu desprezo [...] Nunca olhou para fora de si; nunca deparou, no círculo de suas idealidades e reverências outro homem que não fosse ele. Outra causa que não fosse a sua, outro amor que não fosse o de si mesmo [...]. O país inteiro estremece; um fluido novo e forte capaz de arrebatrar a alma nacional, atravessa os sertões, entra pelas cidades, abala as consciências [...] *Só um homem, em todo Brasil e fora dele, passa indiferente por todo esse clamor e essa tempestade [...] Esse homem é mau; odeiam-no porque odeia a sua raça, a sua pátria, o seu povo.* (PATROCINIO apud SANDRONI, 2009, p 47).

Patrocínio, um combatente abolicionista da época não suportava o fato de Machado de Assis não se posicionar na luta contra a escravidão, definindo-o como um escritor alheio às questões da abolição. Segundo Patrocínio, transparece na narrativa machadiana certa aversão em descrever as questões do seu tempo e do seu país.

A opinião de José do Patrocínio não era única, pois o gramático Hemeitério dos Santos, nascido no Maranhão, em 1858, e falecido no Rio de Janeiro em 1939. “Autor da “Gramática da língua portuguesa” (1879) e de “O livro dos meninos”, “contos brasileiros”, entre outras obras. Professor do Colégio D.Pedro II, tido, quase por unanimidade, como um dos maiores conhecedores da língua portuguesa no seu tempo”. (LOPES, 2006, p 77).

---

<sup>76</sup> Segue anexas as imagens aludidas. Recentemente (2011), mais uma vez, houve a tentativa de embranquecimento do escritor realizada pela propaganda da Caixa Econômica, que devido à polêmica levantada, logo foi retirada do ar.

<sup>77</sup> Sobre a vida do abolicionista, vide a tese de doutorado: **De “Papa-Pecúlios” ao Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX.** Ana Carolina Feracin da Silva, sob orientação da Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha. Departamento de História – IFCH – Unicamp, 2006.

Hemetério Jose dos Santos posicionou-se ostensivamente contra o racismo, chegando mesmo a acusar Machado de Assis pela sua omissão em relação à escravidão problema. Hemetério diz que:

A arte de Machado de Assis esgota as energias, não tem ela uma relação com o sentimento nacional que, apesar dos prismas pigmentais já se impõe naturalmente ao observador, porque o primeiro não o excita e não o satisfaz. Quem ler duas ou três páginas de Dom Casmurro, Brás Cubas e Memorial de Aires, tem lido a sua obra. Esse ódio disfarçado e felino que Machado teve para com todos, parentes e íntimos, amigos e patrícios, revelando-o, ora pelo silêncio, que esmaga e anula, *ora pela criação de hetaíras em épocas em que não as tínhamos em família, porque a escravidão era o trabalho que conforta e a luxúria que alivia, teve-o ele sinceramente, ou foi uma simples inocente ficção nevrótica?*<sup>78</sup> (Grifo Meu) (SANTOS apud SANDRONI, 2009, p46)

Hemetério dos Santos, conceituado gramático e filólogo do século XIX, é de opinião que Machado de Assis, na sua narrativa ficcional, apenas relata o mundo das elites, em especial das relações amorosas, resultando em uma arte efêmera e vazia de interesse pelo Brasil.

Chama-nos a atenção a opinião de intelectuais negros (Patrocínio e Hemetério) críticos ferrenhos da produção ficcional do escritor em que ambos ressaltam o absenteísmo político do Bruxo do Cosme Velho.

Mas é Silvio Romero, crítico e historiador da literatura brasileira, que o escritor vai ter seu maior crítico. O estudioso das letras brasileiras definia a arte machadiana como “sem cor local” e ia além, levantando críticas pessoais ao escritor. No famoso texto “Sr Machado de Assis” coloca que:

O Sr. Machado de Assis passa atualmente pelo mestre incomparável do romance nacional. É para o Brasil o que Zola é para França. Diante de um talento, de um estilista, de um crítico sincero, de um romancista de força, de um homem, avista um meticuloso, um lamuriento, um burilador de frases banais, um homenzinho sem crenças [...] é um irrissão [...] *Sem convicções políticas, literárias ou filosóficas, não é, nunca foi um lutador. Esse auxiliar de todos os ministérios, esse rábula de todas as ideias, é, quando muito, o conselheiro da comodidade letrada* (Grifo Meu). O que ele quer é representar o seu papel equívoco. O autor de Brás Cubas, o bolorento pastel literário, assaz o conhecemos por sua obras. Ele está julgado. “Continue a burilar frases inúteis, a produzir suas bombinhas da China, mas tenha

---

<sup>78</sup> Texto original: – Almanaque Garnier, 1910. “Fructos Cadivos” 1919.

o cuidado de conter-se na vacuidade embaumée pelos elogios de seus comparsas inconsiderados<sup>79</sup>. (ROMERO apud SANDRONI, 2009, p 48)

O texto de Silvio Romero é famoso pelo tom ácido de críticas à produção ficcional de Machado. Compartilhando de opiniões de outros estudiosos da época, defende seu alheamento às questões políticas de seu tempo. Mas as restrições de Silvio Romero caem no campo pessoal, e isto se deve ao seu descontentamento às críticas feitas por Machado ao seu livro “Cantos do fim do século” (1878), quando daí em diante o crítico sergipano criou famosa ojeriza à produção intelectual machadiana.

Cabe recordarmos que o negro e tudo que o lembrasse eram tidos como algo negativo, pois várias representações depreciativas se tornaram “verdades” que perpassavam todas as esferas da sociedade brasileira, se constituindo num processo sofisticado de rebaixamento do descendente de escravo. Isto acontecia da vida cotidiana ao plano das artes. Tanto que o artista francês Montabert, no século XIX, estabelece um manual para os artistas sobre os símbolos das cores e diz:

O branco é símbolo da divindade ou de Deus. O negro é o símbolo do espírito do mal ou do demônio. O branco significa a beleza suprema. O preto a feiúra. O branco, cor favorável, indica a felicidade. O negro, cor nefasta, indica a infelicidade. O combate do bem contra o mal é indicado simbolicamente pela oposição do negro colocado perto do branco. (TRÍPOLI, 2006, p.36)

O trecho que retrata as preocupações estéticas do artista francês representa bem a simbologia das cores branca e negra no século XIX. No tempo de Machado de Assis, ser negro ou ter pigmentações negroides era carregar a cor que simbolizava o atraso, os valores negativos, era o tom “natural” do escravo.

O poeta Cruz e Souza, no texto “Emparedado”, escrito em 1898 pouco tempo antes de sua morte, sintetiza argutamente a angústia de viver e conviver em uma sociedade racista (O Brasil no fim do século XIX), preconceito este que se encontrava no dia a dia e também na esfera intelectual – o negro intelectual não aceito pela mera questão da cor da pele, angustiosamente é emparedado nessa sociedade, segundo o lapidar texto:

---

<sup>79</sup> Trecho extraído do livro “Estudos de Literatura Contemporânea, 1885” In: SANDRONI, CÍCERO e BUENO, Alexei. **Machado vive**: exposição comemorativa de 100 anos de morte de Machado de Assis. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 2009.

Deus meus! Por uma questão banal de química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável. Mas que importa tudo isso?! Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre? (...) Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável de Egoísmo e Preconceito! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de Ciências e Crítica, mais alta do que a primeira te mergulhará profundamente no espanto! Se caminhares para frente, ainda nova parede, feita de Despeito e Impotências, tremenda de granito, bruscamente se elevará ao alto! Se caminhares, enfim, para trás, ah! Ainda, uma derradeira parede, fechando tudo, fechando tudo o horrível! – parede de Imbecilidade e Ignorância, te deixará num frio espasmo de terror absoluto (...). (SOUZA Apud BROOKSHAW, 1983, p159-160).

O cortante trecho descrito pelo poeta simbolista preserva poeticamente o drama de um afrodescendente de viver e tentar ascender numa sociedade profundamente marcada pelo preconceito, como era a sociedade brasileira oitocentista. Era lidar e defrontar-se diariamente com ‘verdades consolidadas’ e reproduzidas em quase todas as esferas do conhecimento e da sociedade.

Machado de Assis sofria de epilepsia e vivia numa sociedade onde existiam ideias da escola de medicina francesa que defendiam doenças típicas para o povo negro, como se a cor negra fosse sinônimo de algumas doenças. Gilberto Freyre (1996, p71) chama a atenção, por exemplo, para os anúncios de negros fugidos nos jornais, sendo que muitos se referem a numerosos casos de escravos gagos. De modo que, supõe o sociólogo, isto se devia aos maus tratos e muitas vezes ao sadismo dos senhores sobre as crianças cativas, realidade extensiva aos meninos de formação patriarcal. A título de exemplo, “o médico particular de d.Pedro I, o Frances Dr. Sigaud reservou uma arte de seu livro *Du Climart et des maladies Du Brésil* (1844) às doenças nervosas dos negros: a epilepsia, a loucura e o suicídio”. (ALENCASTRO, 1997, p 80).

Outro estudioso da literatura afro-brasileiro, o americano David Brookshaw defendia que:

Machado de Assis, que era mulato, mas cujo trabalho nunca se preocupou com o problema racial e raramente tocou em questões da escravidão cuja abolição ocorreu quando ele ainda vivia. Antes pelo contrário, a maioria de seus romances tem por cenário as classes mais altas da burguesia [...] exemplo clássico do mulato que devotou sua vida para ser aceito acima da linha de comportamento e, por isto, evitou cuidadosamente qualquer referencia às suas origens [...] a não

participação de Machado na campanha abolicionista, o seu comportamento social testemunhado por pessoas que o conheciam, a sua evasão ao termo mulato, que nunca usava em seus escritos, e sua profunda erudição e formação cultural antipopular, tornaram-no representante típico daquilo que Innes considerava escritor de primeira categoria (BROOKSHAW, 1983. p.153-154).

Para tal crítico, Machado de Assis foi um bom escritor, mas um comentarista do mundo das elites urbanas do seu tempo, e intencionalmente alheio à escravidão e seus desdobramentos sociais. Essas concepções dos críticos Mário de Andrade e David Brookshaw, embora tenham sua importância, são limitadas, pois perdem de vista a complexidade do contexto histórico em que viveu o escritor.

O escritor era um homem do seu tempo, influenciado pelos valores culturais e sociais da sua época. O debate sobre a escravidão era assunto de ordem da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. “A existência da escravidão e a luta abolicionista constituem as duas faces do mesmo fator dominante na caracterização social da vida brasileira durante o Segundo Reinado. Tudo, naquele período, mas absolutamente tudo, girava em torno do negro escravo.” (PEREIRA, 1958, p24).

Joaquim Maria Machado de Assis, antes de tudo, foi funcionário público, trabalhando durante trinta e cinco anos na função pública. Passou por vários ministérios e gabinetes, dentre liberais e conservadores, passando também pela Monarquia e República. A experiência do escritor na função pública reflete indelevelmente na sua produção ficcional. Machado de Assis foi funcionário do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras, e depois, com a República, do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. No primeiro Ministério, sua função era trabalhar com a aplicação da Lei do Vente Livre de 1871. Um funcionário de Ministério contemporâneo escreveu:

A propósito, dizemos: o trabalho do elemento servil foi sempre um dos mais bem cuidados da Secretária da Agricultura. Todos os ministros dão testemunho da lucidez e nítida consciência com que foi sempre êle dirigido pelo ilustre chefe de seção e eminente homem de letras Sr Machado de Assis, auxiliado por companheiros que procuraram sempre imitar-lhe a dedicação e o zelo. – “A esse grupo de distintos funcionários deve-se a liberdade de milhares de escravos, liberdade que provinha da fiscalização vigilante dos dinheiros públicos, e da qual resultava grande aumento no número das alforrias pela diminuição do exagerado valor do escravo, pela irregularidade de matrículas e não cumprimento de preceitos legais (BARROS, Apud PEREIRA, 1958, p 94).

Esse relato está em consonância com os dados documentais levantados por Chalhoub (2003), que demonstrou toda a participação ativa do funcionário Machado de Assis em favor dos escravos no Ministério da Agricultura. Sua experiência no ambiente de trabalho deixa de forma indelével marcas em sua literatura. O escritor trabalhou por vários anos na seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura, órgão que se ocupava justamente da política de terras e do acompanhamento da aplicação da Lei do Ventre Livre, e que chegou a ser dirigido por Machado.

Sidney Chalhoub (2003), apoiado em minuciosas pesquisas de fontes primárias, destaca os inúmeros pareceres e réplicas escritas por Machado na “arena de luta” constituída nos escalões burocráticos do poder imperial. E ressalta seu papel de cidadão empenhado em fazer cumprir o preceito que libertava os filhos de escravos nascidos depois da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871.

Machado de Assis, por não ter sido um militante abolicionista, foi visto como um intelectual conivente a tal instituição. Seu estilo estava longe de abolicionistas famosos como Luis Gama, Joaquim Nabuco, entre outros. Todavia, seu estilo retraído e sutil não sugere que o autor estivesse longe de estabelecer críticas contundentes à instituição. Chama a atenção imagem do seu último romance “Memorial de Aires” (1908), texto este notadamente marcado pelo tom autobiográfico. Diz o narrador, conselheiro Aires, sobre a abolição:

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube do voto final do Senado e da sanção [...] Mas, os meus hábitos quietos,<sup>80</sup> os costumes diplomáticos e a própria índole e a idade me retive melhor as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro. (ASSIS, 1999, p37)

O crítico literário Eduardo de Assis Duarte (2007) o denomina de “Machado de Assis afrodescendente”. Ao reavaliar sua obra, indica seu posicionamento crítico diante das questões da escravidão. Todavia, não podemos afirmar que era um militante abolicionista e defensor da cultura de raízes africanas. Outros escritores da época optaram por uma postura mais ostensiva em defesa da cultura negra e africana, a

---

<sup>80</sup> Pode-se supor que o autor descreve as suas próprias impressões do dia 13 de maio de 1888. Como já foi dito, este romance tem traços autobiográficos, tanto que em carta ao amigo Alencar, confessava que a personagem Carmem era inspirada em sua falecida esposa Carolina.



exemplo de Luís Gama<sup>81</sup>, que nos seus versos declarava suas raízes históricas e seus ideais ideológicos raciais. Como nos versos do poema “Lá Vai verso!”:

Ó Musa da Guiné, cor de azeviche,  
Estátua de granito denegrado,  
Ante quem o Leão se põe rendido,  
Despido do furor de atroz braveza;  
Empresta-me o cabaço d’urucungo,  
Ensina-me a brandir tua marimba,  
Inspira-me a ciência da candimba,  
Às vias me conduz d’alta grandeza.

Quero que o mundo me encarando veja  
Um retumbante Orfeu de carapinha,  
Que a Lira desprezando, por mesquinha,  
Ao som decanta de Marimba augusta;  
E, qual outro Arion entre os Delfins,  
Os ávidos piratas embaindo  
As ferrenhas palhetas vai brandindo,  
Com estilo que presa a Líbia adusta.

Nem eu próprio à festança escaparei;  
Com foros de Africano fidalgo,  
Montado num Barão com ar de zote —  
Ao rufo do tambor e dos zabumbas,  
Ao som de mil aplausos retumbantes,  
Entre os netos da Ginga, meus parentes,  
Pulando de prazer e de contentes —  
Nas danças entrarei d’altas caiumbas<sup>82</sup>

Esses versos demonstram que a poética do “Orfeu de carapinha” tem orgulho de ser um legítimo descendente de africano e declama amor as suas raízes, quem tem sua história, beleza e valor próprio. Machado de Assis optou por uma postura mais sutil de crítica à escravidão e suas implicações sociais<sup>83</sup>, diferentemente de Luís Gama e de outros escritores da época. Até porque era um tema de difícil abordagem, para os

---

<sup>81</sup> Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi um abolicionista negro que muito se empenhou na libertação do escravo durante décadas do século XIX. Nasceu, provavelmente, em Salvador, a 21 de junho de 1830. Sua mãe teria sido Luiza Mahin, africana livre e suposta líder do movimento revolucionário dos malês de 1835. Seu pai, um português, o teria vendido como escravo em 1840. Não há informações precisas sobre a juventude de Luiz Gama. Conseguindo a liberdade em São Paulo, aos 17 anos, tornou-se rábula, um advogado sem diploma. Como abolicionista, libertou mais de quinhentos escravos. Publicou um livro de poemas, em duas edições, intitulado “Primeiras Trovas Burlescas de Getulino, no qual reúne sátira e lirismo. A sua produção poética valoriza a presença do negro no Brasil”. (SOUZA, 2006).

<sup>82</sup> GAMA, Luiz. Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas. (Edição organizada por Lígia F. Ferreira). São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Poetas do Brasil). Para maiores detalhes vide o trabalho de Elciene Azevedo, “Orfeu de Carapinha: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo”. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999.

<sup>83</sup> Como melhor será abordado no próximo capítulo.

valores da época, admitir que em suas origens, por mais relativo que fosse, se encontrava resquícios de africano em algum ponto do passado.

Sobre esta questão, é emblemático o texto de Voltaire, filósofo iluminista, levantado por Carlo Ginzburg no ensaio: “Tolerância e comércio – Auerbach lê Voltaire”. Sobre o africano, Voltaire indica que:

A membrana mucosa dos negros, reconhecidamente negra e que é a causa da cor deles, é uma prova manifesta de que há em cada espécie de homens, assim como nas plantas, um princípio que os diferencia. A natureza subordinou a esse princípio esses diferentes graus de gênio e essas características das nações, que vemos mudar tão raramente. É por causa disso que os negros são escravos dos outros homens. São comprados nas costas da África como animais, e multidões desses negros, transplantados para nossas colônias da América servem a um pequeníssimo grupo de europeus. (GINZBURG, 2007, p.122)

Esse trecho narrado por Voltaire reforça a complexidade em lidar com os valores sociais do século XIX. Pois se trata de um pensador das luzes, que defendia acima de tudo a liberdade e o uso da razão, mas que por outro lado restringia essa liberdade aos povos africanos, sustentando esse impedimento na questão da cor negra. É certo que Voltaire não viveu a época oitocentista, mas essa concepção vai ter ressonâncias durante muito tempo. Quero destacar a criação dos discursos de inferioridade dos negros e dos africanos que vão sedimentar certa visão existente do século XVI ao XIX de que o negro é sinônimo de escravo<sup>84</sup>.

Principalmente no Segundo Reinado, pois “perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referentes ao seu caráter de não cidadãos” (CASTRO, 1997, p357). Dessa forma, para se analisar o Bruxo do Cosme Velho é preciso ter o conhecimento desses valores arraigados na sociedade do seu tempo.

Para Machado de Assis, no plano estético e cultural, as referências européias tinham valor dominante. A passagem do seu célebre texto<sup>85</sup> diz: “é certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum”. Como levanta Fischer (2009 p32): “o que diria se tivesse dito sobre o elemento africano e sua influência na dita civilização brasileira?”. Uma pergunta sem resposta e

---

<sup>84</sup> Sobre esta questão recomendo a leitura do texto “Negro igual a escravo”, de Alberto da Costa e Silva. Texto contido no livro: “**A Manilha e o Libambo**: a África e a escravidão”, de 1500 a 1700.

<sup>85</sup> Instinto de Nacionalidade (1873)

provavelmente ficará assim, pois, como já foi dito, não se tem encontrado texto do escritor sobre tal questão.

Um dos argumentos também utilizados, no que se refere à “suposta convivência” do autor à escravidão, se sustenta no fato da ausência de negros nos seus textos – o que é uma leitura superficial. De fato, nos 218 contos produzidos pelo autor não existe nenhum narrador negro, escravo ou liberto. Na maioria dos contos pesquisados<sup>86</sup>, ficou a constatação de que os escravos faziam parte da composição da paisagem das histórias, sendo os escravos dos pequenos serviços, o do recado, o que pega e serve a água, entre outros serviços.

Algo que chama a atenção é o fato de que os contos mais críticos sobre a escravidão foram escritos após da década de 80 do século XIX, o que é compreensível, pois, se fosse antes, isto implicaria mexer no “vespeiro” da condição escrava, tema que para ele era espinhoso, tema ao qual não se furtou, mas que na prática só abordou com clareza em sua maturidade, depois de os fatos mais candentes do processo abolicionista entrarem para a conta da história”. (FISCHER, 2008, p46).

De fato, Machado não colocou nos contos personagem negro (a) como protagonista principal, muito menos uma narrativa narrada por um personagem negro (a). Isto não significa que o autor estivesse alheio ou conivente a tal instituição. Como coloca Trípoli:

A escravidão está em muitas das obras de Machado, não como moldura, ou pano de fundo, no desenrolar da narrativa, mas como elemento com o qual ela interage. A história é fermento no bolo da ficção machadiana. Ficção que ele recheia com sua visão humanista, sua crítica mordaz, sua astúcia e ironia (TRÍPOLI, 2006, p130)

Sobre a escravidão no Brasil, cabe notar que Machado de Assis era crítico ferrenho da instituição. Mas suas críticas eram de forma sutil, usando de uma fina e sofisticada ironia, quase imperceptível a um leitor desatento. O que não significa pensar que não fossem críticas e representações contundentes (como veremos melhor no próximo capítulo, na leitura dos contos machadianos), servindo os contos machadianos como documentos de uma época e que preservou literariamente aspectos das relações que a escravidão impunha à sociedade brasileira do século XIX. Em especial a cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista

---

<sup>86</sup> Para a presente pesquisa foram lidos e fichados 218 contos. Neles foram constatadas estas características.

### **Capítulo III:**

## **Representações da Cidade Negra do Rio de Janeiro Oitocentista e outras imagens da escravidão nos contos machadianos.**

### **3.1. Apresentação do capítulo:**

O escritor Machado de Assis expõe nos contos umas das suas principais características literárias: os segredos escondidos por trás das sutilezas e ironias. De modo que ao trabalhar esses textos é preciso atenção redobrada aos pequenos detalhes e as breves imagens descritas, haja vista que a brevidade do relato é marca central do gênero, o que torna as dificuldades maiores na pesquisa. Fora o conto “Pai contra Mãe” que tem o tema da escravidão como centro, as mais de duas centenas de contos de Machado de Assis pouco fazem referência à escravidão e geralmente quando aparecem são descritas em passagens breves, o que é típico do gênero literário pesquisado. Entretanto, essas sucintas descrições são imagens ricas sobre a escravidão urbana e são esses fragmentos que servirão como fonte para se analisar aspectos da cidade negra do Rio oitocentista, bem como outras imagens da escravidão.

Para tanto, utilizamos o método do “paradigma indiciário” proposto por Carlo Ginzburg (1989), no qual indica a importância de se analisar os pequenos detalhes e as minúcias, para se compreender melhor a questão ou o fato analisado. No caso da análise dos contos machadianos, esse procedimento se torna imprescindível, pois de um conto completo, apenas uma frase ou parágrafo adensa a referência histórica que procuramos pesquisar.

O capítulo está dividido em três tópicos que se entrelaçam e se completam. O primeiro, “Cenas de torturas e violência: faces desveladas da escravidão urbana da Corte”, analisa práticas de torturas aplicadas aos cativos na cidade do Rio oitocentista. Para tanto, selecionamos o conto “Pai contra Mãe” e, (por ser o mais emblemático sobre a cidade negra do Rio, estará presente nos outros tópicos, servindo como fio conduto do capítulo, mesmo assim o texto não dá conta de outras imagens da escravidão, daí o capítulo abrange outros contos machadianos), informações de jornais da época e relatos de viajantes, em especial do naturalista, Charles Robert Darwin (1809-1882). O seu testemunho estará presente nos outros tópicos.

O segundo tópico, “Cenas do cotidiano e de resistências: fugas, precariedade da liberdade, capoeiras e quitandeiras”, pretende perscrutar algumas características do dia a dia dos negros cativos e livres na Corte, como os atos de resistências dos escravos que tinham na fuga o seu elemento principal de ação e por outro lado, analisar como a cidade do Rio oitocentista era uma cidade perigosa para negros livre e cativos. Pretende também analisar as práticas da capoeira e quitandeiras. Para tanto, analisaremos os contos “Mariana”, “O Espelho”, “A Causa Secreta”, “Um homem Superior” e “Um Erradio” bem como crônicas e jornais da época.

O terceiro tópico, “O medo dos maus tratos e histórias de contrabando na Corte oitocentista: um crime quase perfeito?”, se servirá dos contos “Mariana”, “O Caso da Vara”, “Dívida Extinta”, “O imortal” e “Entre Santos”, e de jornais da época e relatos de viajantes (Baquaqua e Darwin). O tópico irá analisar o pavor dos maus tratos e suas consequências para os cativos, muitas das vezes sendo o ato do suicídio a atitude limite diante dessa situação, como também se detém em discorrer sobre a escravidão ilegal existente na Corte, pois a Lei de 1831 que decretava livre os escravos desembarcados no Brasil após essa data foi constantemente desrespeitada, tanto que mais de 750 mil escravos foram trazidos e escravizados ilegalmente, o que foi um acontecimento importante para se analisar a escravidão urbana no Brasil e no Rio oitocentista e bem como considerar seus desdobramentos sociais e políticos.

### **3.2. Cenas de torturas e violência:** faces desveladas da escravidão urbana no Rio de Janeiro oitocentista.

Depois da queda do Império, os republicanos projetaram toda uma política de reconstrução da história e memória oficial do Estado brasileiro. Para tanto, bandeira, constituição, hino e heróis foram construídos, como o caso de Tiradentes. Nesse contexto, a história de mais de três séculos de escravidão e suas consequências foram sistematicamente alocada para debaixo do tapete da memória oficial do país.

Por exemplo, em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, “determinou que os papéis, documentos e livros presentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos à escravidão, matrículas dos escravos, ingênuos, filhos livres e

libertos sexagenários fossem levados à capital para serem queimados” (SLENES, 1985, 167).

O historiador Robert Slenes (1985) indica que por muito tempo a historiografia brasileira interpretou a determinação de Rui Barbosa de forma equivocada, como se toda documentação relativa à escravidão tivesse sido destruída, quando de fato foi específica bibliografia queimada, como as listas de matrículas (registros nacionais) de cativos de 1872-73 e 1886-1887. Slenes (1985) indica que muita documentação sobre a escravidão restou e que era preciso uma política urgente de preservação.

Contudo, a atitude de Rui Barbosa enquanto Ministro de Estado demonstra muito o caráter da política de Estado empreendida pelos republicanos, isto sem mencionarmos o silêncio oficial do Estado brasileiro diante da escravidão ilegal existente por muito tempo no Brasil oitocentista.

Com o advento republicano, a cidade-capital do Rio de Janeiro foi refigurada. Desde o tempo do prefeito Barata Ribeiro (1892-1893), a cidade vinha sendo remodelada, mas é na gestão do engenheiro Pereira Passos (1893-1908) que a cidade vai se transformar. A capital irradiante<sup>87</sup> estará supostamente em sintonia com os grandes centros urbanos da Europa, em especial a Paris de Haussmann. Nessa conjuntura foi aplacada a política do “bota abaixo”, a era do fim dos cortiços do centro da cidade, a ampliação das avenidas centrais, os soterramentos dos aspectos antigos e coloniais do Rio de Janeiro, principalmente os que lembrassem a escravidão e as memórias dos escravos e suas sociabilidades.

O escritor Lima Barreto, atento morador da capital, exterioriza essas mudanças: “De uma hora para outra, a antiga cidade [do Rio de Janeiro] desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia” (BARRETO, 1956, p. 106). Desta forma, a escravidão, os negros e tudo que os lembrassem foram ficando de fora da paisagem oficial.

Neste contexto histórico, o já consagrado escritor Machado de Assis escreveu um texto com um tom bem pessoal sobre os tempos da escravidão no Brasil. No Jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, do dia 26 de junho de 1892, na crônica “A semana”, o cronista destaca a imagem da máscara de folha de flandres. Diz a crônica:

---

<sup>87</sup> SEVCENKO, 2004.

Dizem telegramas de S. Paulo que foi ali achado, em certa casa que se demolia, um esqueleto algemado. Não tenho amor a esqueletos; mas este algemado diz-me alguma coisa, e é difícil que eu o mandasse embora, sem três ou quatro perguntas. Talvez ele me contasse uma história grave, longa e naturalmente triste, porque as algemas não são alegres. *Alegres eram umas máscaras de lata que vi em pequeno na cara de escravos dados à cachaça; alegres ou grotescas, não sei bem, porque lá se vão muitos anos, e eu era tão criança que não distinguia bem.* A verdade é as máscaras faziam rir, mais que as do recente carnaval. *O ferro das algemas, sendo mais duro que a lata, a história devia ser mais sombria* (Grifo Meu).

Interessante notar que o uso da máscara marcou Machado. O escritor relata na crônica, quatro anos após a abolição, as memórias do grotesco utensílio. No texto temos um depoimento mais direto do escritor sobre o tal utensílio de tortura. Foi uma imagem que pode ter marcado sua infância. Machado termina lembrando *o ferro das algemas* que de forma mais direta pontua uma memória histórica mais obscura dos tempos da escravidão no Brasil. O tema da máscara de flandres vai ser retomado por Machado de Assis dezesseis anos depois, sendo narrado no conto ‘Pai Contra Mãe’. Sobre tal texto, vejamos.

O conto “Pai contra Mãe” foi publicado em 1906 no livro “Relíquias de Casa Velha<sup>88</sup>”, último livro de contos de Machado de Assis. A narrativa em 3º pessoa descreve a estória de Cândido Neves, pessoa humilde que casa-se com Clara. O casal é agraciado com um filho e os três vão morar com a tia Mônica. Candinho resolve sobreviver a partir das recompensas dadas com a captura de escravos “fujões” encontrados nos anúncios de jornais. Só que devido à falta de êxito nessa empreitada profissional, o casal se vê pressionado diante da extrema situação de penúria e, a pedido da tia Mônica, resolvem doar o filho à “roda dos enjeitados”. Diante desse ato doloroso, no momento da entrega, Cândido Neves encontra Arminda, escrava grávida e “fujona”, segundo tinha lido num anúncio de jornal. Logo a captura e entrega ao seu senhor, mas no momento que recebe sua gratificação pelo feito, a cativa perde seu bebê. Dessa forma termina o conto: “nem todas as crianças vingam, bate-lhe o coração” (ASSIS, 2007, p. 475) - daí o título “Pai contra Mãe”.

---

<sup>88</sup> Destaca-se que foi um dos poucos contos escritos por Machado exclusivamente em livro e o único conto onde a escravidão é o tema central. O que é algo que merece ser refletido, pois a esmagadora maioria dos contos de Machado de Assis foi publicada em jornais, revistas e outra grande parte republicada em livros. Quais razões levaram Machado a produzir o conto apenas para o livro? São questões em aberto e que dificilmente terão uma única resposta.

O conto tem como tema central a escravidão e seus desdobramentos sociais, o que fez chamar a atenção de muitos críticos literários e historiadores. Destacamos as interpretações de dois historiadores, Antonio Torres Montenegro (1988) e Luís Carlos Soares (2007). O primeiro pontua que o texto machadiano reforça o imaginário senhorial e destaca determinadas contradições da sociedade escravista da época. Antonio Montenegro coloca que:

Machado de Assis teceu muitos perfis psicológicos dos seus personagens. Para alguns, ao abstrair o mundo que o rodeava, Machado denotava algo incompreensível e passível de críticas. Para outros, tudo era uma questão de características, estilo, idiosincrasia do gênio. O seu conto “Pai contra Mãe” é ambas as coisas [...] No entanto, vemos como Machado surpreende. Por um lado, reforça todo tradicional imaginário senhorial em relação à escravidão; por outro, faz eclodir no conto e nos leitores, o paradoxo profundamente enraizado na sociedade da época (MONTENEGRO, 1988, p 14-15).

Montenegro ressalta o tom contraditório do texto, pois se de um lado reforça certo imaginário senhorial, de outro demonstra o enraizamento da escravidão e seus desdobramentos na sociedade brasileira do século XIX. Luiz Carlos Soares (2007), ao analisar o conto, indica uma leitura próxima à elaborada por Montenegro (1988). Soares indica que:

Machado de Assis, num conto escrito logo depois da escravatura, forneceu uma breve descrição de alguns instrumentos de torturas para castigos de escravos, falando sobre o aspecto grotesco que eles apresentavam. *Entretanto, como se estivesse aceitando a inevitabilidade da escravidão, dos castigos e desses instrumentos*, o grande romancista escrevia que a “ordem humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (Grifo Meu) (SOARES, 2007, p 201-202).

Ambos os historiadores interpretam que o conto descreve aspectos importantes da escravidão, mas que de certa forma indica a instituição e suas práticas como fatores inevitáveis. As interpretações de Montenegro (1988) e Soares (2007) estão bem colocadas. Entretanto, defendemos que o conto deve ser lido a contrapelo à política republicana de obscurecimento da história e memória da escravidão no Brasil. Em especial, o conto representa aspectos fundamentais do sistema escravocrata, como a violência ostensiva e cruel ao qual eram submetidos os escravos.

O conto “Pai Contra Mãe” abre o livro “Relíquias de Casa Velha” (1906). Nos primeiros parágrafos do conto, o leitor se depara com imagens dilacerantes da



escravidão – o que torna o texto uma crítica contundente à política oficial republicana de omitir a escravatura da história brasileira e a qualquer leitura da escravidão brasileira enquanto cordial e isenta de violência. Portanto, segue a transcrição inicial do conto:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e honestidade certas. *Era grotesca tal máscara, mas ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel* (grifo meu). (ASSIS, 2007, p. 466)

No começo do conto temos destilada toda fina e cortante ironia machadiana. Cabe refletir o início do conto, pois remete a algumas características da escravidão, negligenciadas pelo Estado brasileiro do início do século XX. Nesse contexto, Gilberto Freyre (1996, p 522-523) indica que “no Brasil dos fins do século XVIII - a escravidão parece ter sido desde o século XVI mais benigna para o escravo do que na América inglesa – quando, no sul dos Estados Unidos, nos princípios do século XIX”.

De fato houve casos em que alguns escravos tiveram certas experiências de flexibilidades na sociedade escravista brasileira, mas acreditamos ser difícil mensurar escravidão mais benigna ou menos, haja vista que a espinha dorsal da escravidão é a violência. No Brasil, as práticas de maus tratos e outras violências contra os cativos era parte constitutiva do cotidiano das cidades, presente também na Corte do século XIX.

A passagem machadiana pode ser lida como uma crítica contundente à interpretação da escravidão brasileira enquanto cordial e isenta de violência para com os escravos. O ápice da crítica em forma da ironia se dá na seguinte passagem: “*Era grotesco tal máscara, mas ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel*”.

É preciso destacar que a ironia machadiana, dá-se muitas das vezes a partir da afirmação, expediente utilizado para ironizar e criticar aquilo que está se afirmando, de modo que essa sofisticada imagem machadiana traz a percepção de que a “civilização” baseada na escravidão é algo “grotesco”, e o cerne da questão é o fato de que tal instituição e suas práticas vis fossem aceitas e naturalizadas pela sociedade brasileira.

O primeiro parágrafo representa detalhadamente os usos de instrumentos de “torturas”. Sobre outros objetivos da máscara de folha-de-flandres, o historiador João Alípio Goulart indica que:

A máscara foi o instrumento usado preferencialmente para castigar escravos dados a excessos alcoólicos, ao furto de alimentos, à ingestão de terra ou barro; sendo que, neste último caso, como castigo e como elemento auxiliar na cura dos geófagos [...] Confeccionada em zinco, ou fôlhas-de-flandres, a máscara cobria todo o rosto, prendendo-se ao occiput (parte trazeira do pescoço – cagote) por uns prolongamentos que se fechavam a cadeado. O aparelho era provido de pequenos buracos através dos quais o “mascarado” via e respirava, sem, contudo poder levar qualquer alimento à bôca. Havia máscaras que, como se fôssem bridões, vendavam sômente a bôca do seu portador. O castigo da máscara tinha, em regra, duração prolongada, sendo necessária permissão do senhor para retirada do aparelho a fim de poder o paciente alimentar-se. Além do sofrimento físico, que aquêlê instrumento não podia deixar de acarretar, passava ainda seu portador pela humilhação do andar por tôda parte de rosto tapado. (GOULART, 1971, p. 71)

Segundo Karasch (2000), muitos relatos de viajantes indicam que alguns escravos de determinadas nações, como os monjolos, comiam terra para se matarem. Karasch pondera, indicando que, devido à péssima nutrição e a fome aviltante, muitos cativos ingeriam terra na tentativa última de aliviar a dor da fome, enquanto a morte os abraçasse de forma definitiva.

O alemão Carl Schlichthorst, que esteve no Rio entre 1825 a 1826, relatou que “quando tiravam a máscara para que o escravo pudesse comer, ele tinha de ser alimentado à força. Muitos novos africanos tentavam morrer de fome até serem forçados a comer. Com alguns, no entanto, nenhuma tortura ou alimentação forçada tinha sucesso e morriam lentamente de inanição” (KARASCH, 2000, p417).

Para além de apenas tão somente descrever instrumentos de torturas, a passagem inicial do conto representa o processo de desumanização e violência a que os escravos eram submetidos na Corte oitocentista.

O conto é carregado de perspicaz ironia quando, por exemplo, o narrador diz que não cita aparelhos e logo depois traz imagens detalhadas de alguns objetos de tortura, como “a máscara de folha-de-flandres”. A forma minuciosa que Machado de Assis, já em idade avançada, retrata tal utensílio é a de alguém que conviveu com essas imagens diariamente. E que provavelmente marcou sua trajetória, pois não traria tais imagens de forma tão minuciosa e reflexiva para o leitor do século XX em diante. Ressalta-se que,

quando publicado o conto, o escritor era presidente da Academia Brasileira de Letras e consagrada como o maior escritor brasileiro.

Sobre a máscara de folha-de-flandres, vejamos a imagem:

Jean-Baptiste Debret.<sup>89</sup> “Escravo com Máscara de Flandres”, 1835.



É preciso mencionar que existiram no Brasil vários tipos de máscara de folha-de-flandres que variavam no formato. A descrita no conto era uma delas - no caso, a imagem acima. Existiam outras, e uma muito comum era a que fechava apenas a boca. Ao escolher a máscara de folha-de-flandres, o escritor preservava as lembranças e imagens para os leitores futuros de uns dos instrumentos mais abomináveis de torturas usados durante a escravidão no Brasil.

Mary Karasch (2000) demonstra que o cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro (1808 -1850) foi marcado pelas práticas e ameaças de torturas. Desde chibatadas em público à ida forçada ao calabouço<sup>90</sup>. Senhores e senhoras se

---

<sup>89</sup> Debret (1768 - 1848), pintor e desenhista francês que fez parte da missão artística Francesa (1816), quando de volta à França (1831), publicou o livro “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, documentando aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileira no início do século XIX. Imagem retirada de: <http://historiadesaopaulo.wordpress.com/escravidao-negra-em-sao-paulo-e-no-brasil/>

<sup>90</sup> O Calabouço foi uma prisão construída para escravos na época da colônia onde eram torturados mediante pagamento. Tinha a função disciplinar de mostrar aos outros escravos o que poderia acontecer caso infringissem as regras das quais eram submetidos. Era localizado no forte da Praia de Santa Luzia. Personalidades políticas da época usavam do Calabouço para com seus cativos, entre eles pode-se destacar o Marquês de Olinda, Barão de Cotegipe, Conde de Benpedi, Barão do Mauá, Dr Miguel José Tavares e até mesmo D. Pedro II. O calabouço foi fechado em 1874 e os escravos foram transferidos para “A Casa de Detenção”, como melhor esmiúça Luiz Carlos Soares (2007).

especializavam em torturas exóticas. Cabe lembrar o uso comum dos “anjinhos”, que era um instrumento que prendia os polegares em dois anéis gradualmente comprimidos por meio de chave ou parafuso. Bem como o “aprisionamento com ferro ou tronco; diversas formas de humilhação e torturas públicas” (KARASCH, 2000, p174). Destaca-se ainda o uso forçado do ferro nos pés e pescoços, enforcamentos, desmembração, venda de integrante da família a senhores de outras regiões, entre outras torturas vis.

O naturalista inglês Charles Darwin, quando esteve no Rio em 1832, ficou encantado com a exuberância natural da cidade do Rio, como também ficou perplexo diante das torturas sofridas pelos escravos (as). Darwin escreve no seu diário que no Rio de Janeiro, morou em frente de uma velha senhora que possuía parafusos para comprimir os dedos de suas escravas e esteve numa casa onde um jovem mulato sofria, diariamente e a cada hora, aviltamentos, castigos e perseguições suficientes para despedaçar o espírito mesmo do animal mais desgraçado. De modo que a violência e o medo perpassavam a existência social do cativo urbano.

Continuando o parágrafo do conto:

[...] Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos da máscara. O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. *Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (ASSIS, 2007, p. 466).

O narrador continua a descrição etnográfica dos horrores da escravidão, e traz à tona o ferro no pescoço, não menos grotesco que a máscara, e lembra: “*pesava, naturalmente, mas era menos castigo*” (ASSIS, 2007, p. 466). Pois, além do caráter visual e da dor física, o autor evidencia o aspecto simbólico, ou melhor, o sinal deixado por tal coleira, que tinha como um dos objetivos deixarem marcas nos escravos, caso conseguissem fugir. Essas marcas serviriam como rastro de marcas identitárias, o que era comum de se encontrar descritos nos jornais da época.

Tanto que o senhor Santos, morador da Corte, anunciou no Jornal do Comércio em fevereiro de 1880 uma gratificação em dinheiro para quem recuperasse seu escravo fugido, Antonio, pardo de 30 anos de idade. O anúncio detalha algumas características físicas de Antonio: é ele cheio de corpo, tipo cearense, altura mais que regular, rosto

redondo, dentes bons, quase imberbe, cabelos pretos e anelados, *tem signal de ferro no pescoço e sobre o tornozelo de um dos pés, e de sevícias nas costas; falla baixo e tem voz um pouco rouca, usar andar com lenço no pescoço, com o fim de encobrir o signal do ferro*<sup>91</sup>.

O senhor Santos avisa, a quem prender o escravo Antonio, que deve comunicar na Corte a Antonio Gomes de Souza, na rua de S. Bento n.34, ou a José Benedicto da Cunha, e receberá 200\$ réis de gratificação, e levando-o pessoalmente a estes senhores, receberá do primeiro 300\$ réis e do último 400\$ réis. E por fim, avisa aos leitores interessados que o fugido Antonio se encontra na Parahyba do Sul, onde vive como livre. Todavia, como lembra Machado de Assis, Antonio tinha marcas de torturas da escravidão que mostrava ser *reincidente*, e assim teria grandes chances de ser pego, embora, Antonio sabedor disto, andasse com um lenço no pescoço para cobrir as marcas da corrente e de ser escravo.

Já Carlos, escravo de 33 anos e solteiro, cozinheiro, natural do Rio de Janeiro, trabalhava normalmente para seu senhor, Moura Filho. Quando no dia 12 de novembro de 1875 entrou numa contenda com Manuel Alvares na casa de Veiga & C, que na hora estava na cozinha preparando uma ceia, e a discussão entre Carlos e Manuel se tornou áspera e terminou com Manuel esfaqueado por Carlos. Por esta infração, Carlos em 1875 foi condenado a 6 meses e 15 dias de prisão, tendo sua pena reduzido a 70 açoites e, por ser escravo, a trazer ferro ao pescoço por 3 meses<sup>92</sup>.

Carlos e Antonio tinham sinais deixados pelo uso forçado do ferro ao pescoço, e sua função social era marcá-los, identificá-los materialmente e simbolicamente enquanto escravos ou de ter no passado sido cativo, e mesmo que estivessem livres, correriam o risco de serem presos ilegalmente. Machado sutilmente colocou sobre tal utensílio que *pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado*.

Machado de Assis, de forma irônica e sutil, no início do conto “Pai contra Mãe”, recupera imagens históricas de aspectos marcantes da escravidão urbana na Corte oitocentista, como a violência física e simbólica, que são instrumentos basilares para a legitimação e sustentação da instituição.

---

<sup>91</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Jornal do Comércio em fevereiro de 1880.

<sup>92</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias, Terça - feira, 23 de Maio de 1876.

Mas mesmo com toda a força da repressão e de torturas sob os escravos, as práticas de resistências, de luta pela liberdade e dignidade se fizeram presentes no cotidiano da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista. E os contos de Machado preservaram literariamente e historicamente essas imagens. Então, vejamos...

### **3.3 Cenas do cotidiano e de resistências: fugas, precariedade da liberdade, capoeiras e quitandeiras.**

A cidade do Rio de Janeiro foi o espaço urbano que mais recebeu escravos no Brasil durante o século XIX. No período de 1808 a 1850, primeira metade do século XIX, a escravidão na Corte teve seu período áureo. Era a cidade com o maior contingente de cativos do mundo em 1849, como indica Karasch (2000), e o contingente alcançava a surpreendente cifra de quase 80 mil escravos. Mesmo com o crescimento vertiginoso da população do Rio no decorrer da segunda metade do século XIX, a cidade não alcançou o número tão alto de escravos quando comparado a população livre.

Isto se deu por vários motivos. Podemos elencar alguns, como: o fim do tráfico negreiro em 1850; a falta de condições dignas de sobrevivência; as doenças como a cólera, febre amarela e tuberculose entre outras que ceifaram milhares de vidas; o tráfico de cativos para regiões cafeeicultoras; a pressão inglesa pelo fim do tráfico; e por fim as próprias ações de liberdades empreendidas pelos cativos na vida cotidiana da Corte.

Tanto que não existiu nenhuma cidade escravocrata moderna no mundo com o número tão elevado de libertos como no Rio de Janeiro da segunda metade do período oitocentista, resultando que nos anos 70 e 80 a instituição se via seriamente abalada. “Sociedade em que mais de 70% dos negros eram de condição livre no final do terceiro quartel do século XIX” (CHALHOUB, 2012, p 233).

De modo que era uma cidade marcada pela presença social e cultural da população negra, livre, fugida, liberta e cativa. A escravidão era a instituição central para o funcionamento da Corte que estava conectada à lógica internacional de comércio lucrativo subsidiado na diáspora africana. Mary Karasch indica que:

O Rio era uma cidade burocrático-comercial na qual quase toda a atividade econômica estava dominada por senhores de escravos e

negociantes estrangeiros que se concentravam em comércio e governo e em campos intimamente relacionados e subordinados. A rápida expansão da economia cafeeira depois de 1830, com sua pesada dependência de suprimentos externos de mão-de-obra (européia e africana) e capital (ingleses, franceses e norte-americanos) e sua quase total devoção aos mercados externos, tinha estimulado o crescimento de um importante centro administrativo e de câmbio. Em 1850, o Rio já estava bem integrado na economia mundial do século XIX. (KARASCH, 2000, p138).

É nesse contexto histórico que Machado narra suas histórias quando toca na questão da escravidão no Brasil. Mas voltando ao conto “Pai contra Mãe”, chama-nos atenção outra imagem, logo na primeira página:

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancadas. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. [...] (ASSIS, 2007, p. 466-467).

Podemos indicar que a informação contida nesse parágrafo esmera-se por representar a escravidão durante o século XIX, quando as fugas foram constantes, o que de forma iniludível contribuiu para o fim da instituição no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, existia um número tão elevado de negros (as) livres e cativos que a “oposição senhor\escravo desdobra-se numa tensão racial que impregna toda a sociedade” (ALENCASTRO, 1997, p 24). O elemento de tensão perpassava todo o tecido social do sistema escravista da Corte.

O que por sua vez realça o fato de que os escravos não eram agentes passivos às práticas de torturas e muitas vezes, a partir de suas ações, negavam a própria condição de escravo. Na fina ironia machadiana, “nem todos gostavam de apanhar pancadas”.

Dessa forma, a fuga, como indica Soares (1997), foi a principal modalidade de rebeldia e resistência ao cativo na Corte oitocentista. O ato da fuga era uma atitude que podia gerar resultados esperados e inesperados por parte dos cativos: primeiro, o fim do domínio por parte do senhor e a maior liberdade diante dos seus desejos, mas, por outro lado, podia resultar na volta ao cativo e as consequências em torturas do ato praticado. Mais do que apenas uma atitude individual ou coletiva, o ato de fugir de

forma deliberada era uma atitude que questionava a própria base do sistema escravista, que era “o poder privado do senhor sobre seus escravos que define essencialmente uma ordem escravista” (CASTRO, 1997, p 338).

O conto “O Espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana”<sup>93</sup> capta o sentimento dessa tensão social que envolve a fuga de escravos. A narrativa conta a estória de Jacobina (quarentão e capitalista), sobre sua teoria das duas almas humanas—uma social e outra natural. Reflete Jacobina que “cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro pra fora, outra que olha de fora pra dentro” (ASSIS, 2007, p130). Essa teoria passa a existir a partir de um acontecimento passado por ele. Após receber o título de Alferes da Guarda Nacional<sup>94</sup> aos vinte cinco anos, a pedido, visita a tia D. Marcolina num sítio distante. A festa é grande, sempre denominado de Alferes por todos da casa, inclusive pelos escravos. Nas palavras do narrador, o alferes eliminou o homem. Mas entra em crise de identidade ao se deparar com o espelho, que:

Era um espelho que lhe dera a madrinha, e que esta herdara da mãe, que o comprara a uma das fidalgas vindas em 1808 com a corte de D. João VI. Não sei o que havia nisso de verdade; era a tradição. O espelho estava naturalmente muito velho; mas via-se lhe ainda o ouro, comido em parte pelo tempo, uns delfins esculpido nos ângulos superiores da moldura, uns enfeites de madrepérola e outros caprichos do artista. (ASSIS, 2007, p 157)

O espelho representa a tradição histórica da fundação do Estado nacional. Apesar de velho, havia resto de ouro na moldura, ou seja, preservaria o suposto poder desse passado pomposo das elites escravagistas do século XIX. Mas são as atitudes dos escravos que irão inquietar o jovem alferes. Quando a tia vai visitar uma filha doente, ele fica com os escravos durante alguns dias cuidando do sítio. Nesse momento surge no alferes um sentimento de prisão, insegurança, pois sente sua alma exterior de alferes sem a mesma representação de outrora, e repara que:

Os escravos punham uma nota de humildade nas suas cortesias, que de certa maneira compensava a afeição dos parentes e a intimidade doméstica interrompida. Notei mesmo, naquela noite, que eles redobravam de respeito, de alegria, de protestos. Nhô alferes de

---

<sup>93</sup> Conto inicialmente publicado no jornal Gazeta de Notícias de 8 de setembro e depois no Livro: Papéis Avulsos (1882). John Gledson (2006) estabelece uma interpretação mais aprofundada sobre as relações históricas contido na narrativa. Lembrar que este conto de Machado de Assis é um dos mais analisados pelos estudiosos da literatura.

<sup>94</sup> A Guarda Nacional, milícia estabelecida em 1831 pela oligarquia escravocrata para se opor à influência do exército, tinha, sobretudo um papel de controle social (por exemplo, nas eleições) era altamente hierarquizada. Seus uniformes eram particularmente vistosos e imponentes (Gledson, 2007)



minuto a minuto. Nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser coronel; nhô alferes há de casar com moça bonita, filha de general; um concerto de louvores e profecias, que me deixou extático. Ah! Pérfidos! Mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados — Ouçam-me. Na manhã seguinte achei-me só. Os velhacos, *seduzidos* por outros, ou de movimento próprio, tinham resolvido fugir durante a noite; e assim fizeram. Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada [...] “Galos e galinhas tão somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois. Os mesmos cães foram levados pelos escravos” (Grifo Meu) (ASSIS, 2007, p158-159).

O conto representa a perplexidade do senhor diante do golpe sofrido pela fuga dos cativos, o que gera uma profunda crise de identidade – que representa fraturas sociais de uma época. O uso da farda de alferes representa um mundo tradicional de controle social que não mais existe e que só vive na ilusão do narrador da estória e dos seus pares. Após esse fato, segue-se todo o sofrimento do alferes sem saber como comunicar aos familiares e amigos o ocorrido, nas palavras do alferes: “*a terrível situação moral*” que se encontrava. O alferes alimentava-se mal e ficava triste, vivendo dos sonhos que a farda outrora lhe proporcionava. Pois quando por fim reencontrar a alma exterior (alferes) “essa alma ausente com a dona do sítio, dispersa e fugida com os escravos, ei-la recolhida no espelho” (ASSIS, 2007, p 161).

Machado ironiza a estrutura oficial que sustentava a escravidão brasileira nos oitocentos, pois o controle deste mundo baseado na escravidão dos negros não existe por completo, e quando existe é num mundo que se despedaça nas atitudes diárias dos cativos que tinha na fuga sua principal atitude de resistência e rebeldia diante da instituição. Práticas que questionavam seus senhores e o mundo do qual se sustentavam, os deixando muitas das vezes, como lembra Jacobina, numa *terrível situação moral*.

No trecho do conto “Pai contra Mãe”, quando se coloca que os senhores moderavam suas ações sob seus escravos, pois “dinheiro também dói”, Machado indica o fato de o escravo ser antes de tudo um investimento que custava dinheiro. Isto fazia com que o senhor mantivesse uma relação tênue e complexa com seus cativos. Destarte, tinha que demonstrar certo controle e regras, usando de recursos de torturas físicas e simbólicas, e ao mesmo tempo tinha que respeitar os pontos de vista dos escravos que, mesmo em uma relação desigual de forças, impunham limites ao controle senhorial.

Contudo, nessa tensão social cotidiana entre escravos fugidos e seus senhores e seus domínios, geralmente os cativos entravam em desvantagens, pois os recursos

jurídicos e econômicos se detinham nas mãos dos senhores. Continuando o parágrafo do conto:


Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, - ou “receberá uma boa gratificação”. *Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo rigor da lei contra quem o açoitassem* (ASSIS, 2007, p. 467).

De modo que Machado de Assis, pelo fato de ser jornalista e um leitor vivo dos periódicos da época, pode ter criado a narrativa do conto com base em uma ou mais notícias retratando a fuga de escravos (as) e cartazes de recompensas. A descrição minuciosa trazida no conto sobre os anúncios de recompensas na captura de escravos fugidos no século XIX é uma fonte histórica importante quando confrontada com outras fontes da época, como no anúncio a seguir:

1854

**CRIOULO FUGIDO.**

**RS. 50000**



**DE ALVICARAS**

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome

**FORTUNATO,**

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na côrte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50000 de gratificação.

Rio de Janeiro. — Typ. Universal de LAEMMERT, Rua dos Invelidos, 61 B.

O anúncio descrito na Almanak Laemmert de 1854<sup>95</sup> está em consonância com as informações literariamente narradas no conto, e chama a atenção pelo fato de citar que Fortunato, escravo fugido, costuma andar calçado, pois, dessa forma, ele pretendia tentar ostentar que era livre, pois não cabia apenas estar livre, era preciso também ostentar a liberdade para os outros. E estar calçado era um dos símbolos de liberdade no Brasil do século XIX.

Gilberto Freyre (1996) destaca que, no Brasil oitocentista, o tratamento dos pés e os calçados vistosos foram ostentação de pessoas brancas, de classes altas e regalia de pessoas livres. Tanto que se destaca no Almanak Brasileiro de 1876<sup>96</sup>, no item “Estrada de Ferro”, que na viagem entre Prainha e Raiz da Serra os preços da passagem variavam. A passagem de 1º classe custava 3.000 réis, de 2º classe 2.500 réis, e para os descalços 1.000 réis, e ainda trazia uma observação: para os bilhetes de 1º classe só seriam admitidas pessoas decentemente vestidas; por sua vez, os bilhetes de 2º e 3º classe só seriam vendidos a descalços e escravos. Então estar calçado no Brasil oitocentista tinha a função social de indicar a posição na sociedade hierarquizada que era marcada pela extrema desigualdade.

O que na cidade do Rio de Janeiro era um fator marcante devido ao grande contingente de escravos e libertos. Era comum que o escravo conseguisse o calçado logo que fugido ou conquistado a liberdade<sup>97</sup>. Como assim fez, segundo seu senhor, Oscar, escravo de dezoito anos, que fugido, estava andando calçado pelas ruas do Rio de Janeiro e em especial pelas áreas do Andaraí. Embora o anúncio<sup>98</sup> descreva que ele se vestisse de forma mais ou menos decente, era o fato de estar calçado que dava o estado de se portar como liberto. Sobre a questão do calçado como símbolo de liberdade, Freyre indica que:

Se voltarmos ao assunto é para acentuar o fato de que a distancia entre classes, no Brasil, teve no cuidado com os pés e com os sapatos uma das suas expressões mais características, fazendo-se os pés dos homens senhores uma espécie de pés de montar a cavalo e dos pés dos

---

<sup>95</sup> Imagem extraída do texto: Ameaça negra! Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia. REIS, João José. In: **A era da escravidão**. Rio de Janeiro, Sabin: Revista História da Biblioteca Nacional, 2009.

<sup>96</sup> Fundação Biblioteca Nacional- Almanak Brasileiro do ano de 1876.

<sup>97</sup> Era muito comum, nos anúncios de escravos fugidos, a informação de escravos estarem calçados para se passarem como livre. Como exemplo, na nossa pesquisa dos jornais Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro entre 1875 a 1879 foram encontradas 47 citações e passagens sobre o fato, o que era uma realidade extensiva para outros periódicos da época.

<sup>98</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro, 13 de maio de 1876.

homens servis [...] Debret impressionara o fato, no Rio de Janeiro que ele conhecera em 1816, de haver tanta loja de sapateiro numa cidade onde cinco sextos da população eram, então, formados por indivíduos que caminhavam pelas ruas sem sapatos (FREYRE, 1996, p 512).

Machado como “escritor-historiador” delinea com detalhes esmiuçadores aspectos da escravidão urbana do Rio. Voltando ao conto “Pai contra Mãe”, Candinho, oprimido pela pobreza e pela falta de oportunidade de acesso a emprego formal, resolve viver de capturar escravos fujões.

Sobre essa nova empreitada profissional do personagem, Candinho ajuíza: “pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda” (ASSIS, 2007, p. 470). É significativa essa parte, pois o movimento de fuga era tão corriqueiro no cotidiano da Corte que era preciso utilizar-se de trabalho privado para tentar resultados satisfatórios à política de controle dos cativos. De modo que Luiz Carlos Soares (2007) indica que o trabalho de caçar escravo estava disseminado na Corte oitocentista. Soares indica que:

Mais tarde, em 1846, as autoridades governamentais reativaram a Companhia de Pedestre e uma das principais atribuições destes soldados, até 1866, foi a captura de escravos fugidos. Era muito comum que, nos jornais da cidade em meados do século XIX, os anúncios de escravos fugidos viessem endereçados principalmente “aos Senhores Pedestres”, oferecendo-lhes também alguma recompensa. Entretanto, qualquer indivíduo livre podia ser aventurar na captura de escravos evadidos, bastando apenas copiar os anúncios de jornal, providenciar os apetrechos necessários e sair à procura dos fujões pela cidade e arredores. Depois dos anos 1830, muitos indivíduos pobres tiveram nas recompensas, pela captura de escravos fugidos, o seu único meio de vida, sendo muito grande a concorrência que eles desenvolviam com os mal remunerados soldados da Polícia. (SOARES, 2007. p. 237).

O conto “Pai contra Mãe” ressalta o retrato do drama da escravidão urbana e as tensões sociais relacionadas a Candinho e Arminda que representa alguns aspectos do Rio de Janeiro oitocentista. Em outro momento do conto temos: “Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes [...]. Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem” (ASSIS, 2007, p. 470).

Essa imagem pode estar em consonância com a queda no número de escravos no Rio de Janeiro e, por conseguinte, as dificuldades encontradas por Candinho em discernir negros livres e escravos, pois as redes de atuações próprias dos negros dificultavam a política de dominação senhorial. Como indica Sidney Chalhoub:

O meio urbano misturava os lugares sociais, escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres, e desmontando assim uma política de domínio em que as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, enquadravam imediatamente os indivíduos e suas ações. A cidade que escondia, porém, ensejava aos poucos a construção da cidade que desconfiava que transformasse todos os negros em suspeitos (CHALHOUB, 1990, p.192).

Por outro lado, o trecho do conto acima aludido também destaca o fato de que a experiência da liberdade para o negro na cidade do Rio de Janeiro era algo precário, pois resultava da cumplicidade do Estado com suas estruturas políticas e dos senhores proprietários. O fato de Candinho ter prendido um negro sem ter uma informação detalhada sobre sua procedência representa bem isso.

Sobre esta questão, Gilberto Freyre (1996, p 521) já destacava que essa cidade era perigosa para os homens de cor, fossem livres ou escravos:

Em 1825, outro edital, este do Intendente-Geral da Polícia da Corte do Brasil, Francisco Alberto Teixeira do Aragão, declarava que os escravos poderiam ser apalpadados a qualquer hora do dia ou da noite [...] era proibido, sob pena de açoites, o uso de qualquer arma: não só uso de qualquer arma de defeza como trazerem paos.

A vigilância era tamanha que também recomendava o edital que o escravo, como todo homem de cor parado nas esquinas sem motivo “esclarecido” ou que assobiasse e qualquer outro sinal suspeito, seria severamente punido. Nesse contexto histórico foi noticiada, na “Gazeta de Noticia do Rio de Janeiro, no dia 3 de agosto de 1876”, a prisão da parda Vicência três dias antes, sem maiores informações. Ou melhor, sem a versão de Vicência, foi relatado que ela fora detida por “suspeita de fugida”, pois não possuía o bilhete de seu senhor e andava a provocar desordens. Não se sabe quais

desordens, mas a notícia termina de forma capciosa: “em boa dansa se metteu a tal Vicencia<sup>99</sup>”.

Portanto, a experiência da liberdade dos negros na cidade do Rio e no Brasil oitocentista era marcada pela incerteza. Um exemplo desta questão foi a “revolta do Ronco da Abelha” (1851- 1852), ocorrida inicialmente em cidades, vilas e povoados da província da Paraíba, tendo reverberações em outras províncias do Norte, como Sergipe, Alagoas e Pernambuco. As principais causas dessa revolta foram os decretos 797 e 798 instaurados pelo governo Imperial. O primeiro decreto 797 estabelecia o Censo Geral do Império. O segundo 798 determinava que os registros civis de nascimento em óbitos seriam tutelados pelos escrivães e juizes de paz. Ambos deslocavam regras e costumes da vida cotidiana dos homens e mulheres pobres da época.

Especificamente sobre o decreto 797, ao ter o item relacionado à cor, fez nascer de forma generalizada por parte da população pobre livre e liberta o medo de serem escravizados e, para muitos, reescravizados. Daí uma das características da revolta ter sido a destruição dos documentos dos cartórios. Essa característica da revolta tem sua lógica social assentada nas experiências cotidianas, pois os pobres e libertos sentiam na pele que a liberdade no Brasil oitocentista era uma experiência marcada pelo medo e a insegurança, tanto que a lei era conhecida pela população pobre como “lei do cativoiro”<sup>100</sup>.

Para piorar a precariedade da liberdade dos escravos na cidade do Rio, cabe destacar que, na primeira metade do século XIX, os roubos de escravos eram algo comum e rotineiro na vida dos cativos e libertos (SOARES, 2007).

No Rio de Janeiro oitocentista, por ser a Corte e pelo elevado números de escravos e libertos, a perseguição e vigilância era maior. Sidney Chalhoub (2012, p227) destaca que “negros presos pela polícia por suspeição de que fossem escravos, ainda que alegassem liberdade, permaneciam escravos até que conseguissem provar a sua condição de livres. Eram corriqueiros os leilões dessas pessoas, para que fossem

---

<sup>99</sup>Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Noticia do Rio de Janeiro, dia 3 de agosto de 1876. Essa passagem é sugestiva para levantar um ponto eclipsado por estudiosos da escravidão consultado nesse trabalho: o fato de que boa parte da imprensa da época corroborava para essa política ostensiva de policiamento e vigilância aos homens de cor na Corte oitocentista. Como parte da imprensa fazia parte da estrutura de repreensão às experiências de liberdades dos negros no Brasil oitocentista? Uma questão, a meu ver, merecedora de novas pesquisas. Fizemos questão de colocar parte da imprensa, pois no Brasil e no Rio de Janeiro do século XIX existiam periódicos comprometidos com a questão da abolição, como por exemplo, o periódico O abolicionista.

<sup>100</sup> Para melhor se entender a lógica no contexto histórico maior dessa revolta, vide a introdução do livro: “**A força da escravidão: ilegalidade e Costumes no Brasil Oitocentista**” (CHALHOUB, 2012).

arrematadas por quem se interessasse em tê-las como propriedade”. Diferente das desculpas ditas por Candinho ao negro liberto confundido como escravo, desfecho assim era exceção e não a regra no dia a dia dos negros da Corte.

Noutra passagem do conto *Pai contra Mãe*, no momento em que os destinos de Arminda e Cândido Neves se encontram pela primeira vez, o personagem Candinho reviu as notas de escravos fugidos: “uma, porém, subia a cem mil réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e vestido e Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abrira mão do negócio, imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido” (ASSIS, 2007, p. 473).

É sintomático Candinho ter nesse momento desistido de capturar a escrava “fujona”, pois era comum se encontrar nos anúncios de jornais da época que cativas eram muitas vezes “seduzidas” (termo utilizado na época) por terceiros.

Tanto que o conto “Mariana”, publicado no *Jornal das Famílias* em janeiro de 1871 e não republicado por Machado, narra a estória de amor de Mariana, escrava apaixonada por Coutinho, filho de sua dona que é mãe do narrador. Este estava para se casar com a prima Amélia, na impossibilidade de seu amor vir a se realizar. Mariana foge, mas é encontrada por Coutinho, que perplexo diante da ação da subordinada da família, indaga a Mariana: “Alguém te seduziu para fugir?” (ASSIS, 1997, p779). Coutinho, mesmo sabendo que a fuga era por sua causa, levanta a pergunta de algo comum na época, o fato de muitos escravos serem seduzidos, ou seja, de terem sua fuga agenciada por outras pessoas. Isto, claro, decidido pelos agentes envolvidos, o que demonstra as relações de redes de contatos subterrâneos entre os negros livres, escravos e fugidos na Corte.

Tanto que, nos jornais do Rio de Janeiro do século XIX e nos ofícios de justiça, o termo “seduzido” era muito utilizado. Machado representou literariamente essa imagem e suas implicações sociais. Neste contexto, chama a atenção que o dono da escrava Josephina, jovem de 20 anos, ficou em dúvida ao anunciar a recompensa a quem a recuperasse. Diz: “fugiu, ou foi seduzida no dia 16 de abril de 1876”, e por fim, promete protestar legalmente a quem a acoitou<sup>101</sup>. Postura semelhante teve a proprietária da menina Julia, pardinha de 13 anos, seduzida no mesmo ano de Josephina, e também promete proceder com todo rigor da lei se descobrisse que a

---

<sup>101</sup> Fundação Biblioteca Nacional - *Gazeta de Notícias* – RJ - Segunda-Feira, 21 de abril de 1876.

seduziu<sup>102</sup>. “A sedução era um problema tão crônico nas cidades escravistas que muitos senhores colocavam nos jornais não o nome dos escravos desaparecidos, mas sim o do sedutor” (MOREIRA, 2006, p 42).

Portanto, o fato de os proprietários de Josephina e Julia prometerem punir os sedutores demonstra as tensões sociais que envolviam as fugas e revela que as conexões entre negros livres, escravos e fugidos eram parte constitutiva do tecido social urbano da Corte e que perturbavam a suposta *ordem moral* dos senhores proprietários.

Mas mesmo assim, “os homens e mulheres de cor” possuíam seus espaços próprios. Em que pese toda a força da escravidão, lutavam como podiam por melhores condições e por liberdade. A história das lutas dos negros da Corte pela liberdade ao longo do século XIX é parte inerente à história da própria cidade do Rio de Janeiro no período.

Os negros cativos, fugidos e libertos tinham seus próprios espaços e redes de sociabilidades no Rio de Janeiro oitocentista. Os “capoeiras e a “capoeiragem” (nome dado a prática de tal atividade) é um exemplo disto. Machado de Assis, no conto “A Causa Secreta”, inicialmente publicado no *Gazeta de Notícias*, 1 de agosto de 1885, republicado no livro “Várias histórias” (1896), narra a estória de desumanidade de Fortunato, homem estranho e frio, que fazia terríveis experiências com animais no seu laboratório. Sua difícil personalidade e suas práticas traziam sofrimento a esposa Maria Luísa, que se tornara a paixão do seu colega, Garcia. Fortunato, no início da estória, é ajudado por Garcia, pois ele sofreu ataques de malta de capoeiras durante a noite no Rio de Janeiro por volta dos anos 60 do século XIX. Fortunato morava no Catumbi, local distante do centro da cidade. O ataque sofrido se deu assim:

Sabendo que o Garcia era vizinho e estudante de medicina pediu-lhe que ficasse para ajudar o médico. Em seguida contou o que se passara. — *Foi uma malta de capoeiras*. Eu vinha do quartel de Moura, onde fui visitar um primo, quando ouvi um barulho muito grande, e logo depois um ajuntamento. Parece que eles feriram também a um sujeito que passava, e que entrou por um daqueles becos; mas eu só vi a este senhor, que atravessava a rua no momento em que um *dos capoeiras, roçando por ele, meteu-lhe o punhal* (Grifo Meu). (ASSIS, 2007, p369)

A passagem acima destaca algumas características marcantes sobre a capoeira, prática que teve origem com os escravos, uma mistura de dança e luta que é marcada pela rara habilidade de jogos de pernas e cintura. Segundo Luiz Carlos Soares (2007),

---

<sup>102</sup>Fundação Biblioteca Nacional - *Gazeta de Notícias* – RJ - Terça-Feira de abril de 1876.



com o passar do tempo na cidade do Rio de Janeiro a capoeira deixou de ser arte exclusiva dos cativos e tornou-se também uma atividade de negros libertos. E destaca que nos anos 80 foram agrupados nos grupos radicais abolicionistas<sup>103</sup>.

Com o passar do tempo os escravos praticantes da capoeira se uniram em grupos que tinham função de proteger e ampliar seus respectivos territórios, o qual ficou denominado de “Maltas”. Muitas freguesias tinham suas respectivas “maltas” e vez por outra entraram em conflitos com outros grupos.

Os capoeiras nessa época usavam objetos cortantes como facas, punhais, navalhas e pedras nas suas luta-danças. Eram temidos nas ruas do Rio por suas habilidades. Geralmente era à noite, nas sombras, que resolviam suas questões. Essas informações são destacadas no trecho do conto, pois Fortunato morava na região do Catumbi. Ele estava à noite em outra parte da cidade e, sem saber o motivo real por que fora atacado, o que o texto indica é que foi um grupo de maltas que provavelmente estava numa contenda e nisto ele também foi atingido a punhaladas.

Pesquisando alguns jornais da Gazeta de Notícia do século XIX<sup>104</sup> encontramos algumas referências a ataques sofridos por pessoas à noite na Corte pelos capoeiras, bem como contendas de maltas, entre outras imagens. Chamou-me a atenção o destaque dado na sexta-feira, do dia 10 de setembro de 1875, à atitude preventiva estabelecida pela polícia, três dias antes, de revisitar os bolsos dos indivíduos suspeitos de serem capoeiras e terminar a notícia pedindo que “Oxalá que esta precaução não caia em desuso!”. Destaca-se que havia uma repressão pelas forças policiais das práticas da capoeiragem e isso fica patente nas leituras dos jornais da época. Pois a imprensa pressionava as autoridades da Corte para que se punissem severamente os capoeiras.

Machado de Assis, numa crônica publicada alguns meses antes de publicado o conto “A causa Secreta”, na Gazeta de Notícias, do dia 14 de março de 1885, defende que umas das possibilidades para lidar com os capoeiras era evitar o sensacionalismo dado pela imprensa as ações dos capoeiras. Diz o cronista que:

---

<sup>103</sup> Para uma visão aprofundada da capoeira e suas relações sociais no Rio de Janeiro oitocentista, vide tese de doutorado de SOARES, Carlos Eugênio, **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

<sup>104</sup> Como exemplo vide o periódico dos dias: Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias - terça – feira, 17 de agosto de 1875; Sábado- 23 de Outubro; sexta-feira dia 10 de Setembro. Entre outros pesquisados.

Trago aqui no bolso um remédio contra os capoeiras [...]A minha droga pode dizer-se que tem em si o sinal da imortalidade. Agora, principalmente, que a guarda urbana foi dissolvida, entregando ontem os refletores, receiam alguns que haja uma explosão de capoeiragem (só para os moer), enquanto que outros crêem que a substituição da guarda é bastante para fazer recuar os maus e tranquilizar os bons[...] Vamos, porém, à droga, e comecemos por dizer que estou em desacordo com todos os meus contemporâneos, relativamente ao motivo que leva o capoeira a plantar facadas nas nossas barrigas. Diz-se que é o gosto de fazer mal, de mostrar agilidade e valor, opinião unânime e respeitada como um dogma. Ninguém vê que é simplesmente absurda. Com efeito, não duvido que um ou outro, excepcionalmente, nutra essa perversão de entranhas; mas a natureza humana não comporta a extensão de tais sentimentos. Não é crível que tamanho número de pessoas se divirtam em rasgar o ventre alheio, só para fazer alguma coisa [...] Já o leitor adivinhou o meu medicamento. Não se pode falar com gente esperta; mal se acaba de dizer uma coisa, conclui logo a coisa restante. Sim, senhor, adivinhou, é isso mesmo: não publicar mais nada, trancar a imprensa às valentias da capoeiragem. Uma vez que se não dê mais notícia, eles recolhem-se às tendas, aborrecidos de ver que a crítica não anima os operosos [...] enquanto as navalhas, restituídas aos barbeiros, passarão a escanhoar os queixos da gente pacífica. Ex fumo dare lucem<sup>105</sup>

Machado de Assis, tanto na crônica como no conto, capta o sentimento de insegurança e perplexidade causada pelos capoeiras nas suas ações no dia a dia da Corte oitocentista. Releva observar que tanto o conto e crônica foram inscritos inicialmente no mesmo jornal e que também as fronteiras de gênero no século XIX eram maleáveis. O cronista ressalta que a visão da imprensa sobre a capoeiragem é uma visão generalizada que acaba ressaltando certo sensacionalismo e reiterando estereótipos. Para o escritor, a imprensa deveria não dar tanto destaque às ações dos capoeiras, pois essa seria uma das soluções. De modo que a capoeiragem se tornou um ato de rebeldia e resistência da cultura afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro oitocentista e que permaneceu nas primeiras décadas da República a ser ostensivamente reprimida pelas forças policiais.

As quitandeiras também ocupavam espaços nas ruas da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista. Como os capoeiras, elas estavam presentes na vida cotidiana, tanto que era comum, diariamente vir nos jornais anúncios de aluguéis e vendas de seus serviços, o que demonstra sua popularidade. Essa atividade foi uma das mais praticadas entre as negras de ganho e entre as livres. Tanto que “quitandeiras foram, por exemplo, Justina Maria do Espírito Santo, mãe de José do Patrocínio, e Maria Patrícia, mãe de Francisco de Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim” (LOPES, 2006, p 140).

---

<sup>105</sup> Expressão em latim que seria algo próximo a oração: “onde existe fogo, tem fumaça”

Machado de Assis no conto “Um Homem Superior<sup>106</sup>” narra que após uma noite de insônia, Clemente, personagem principal, caminhava lento e pensativo. E de repente se depara com uma quitandeira que se dirigia para as praças do mercado com o cesto ou o tabuleiro à cabeça, acompanhada de um preto que levava outro cesto e a barraca.

Já no conto “Um erradio”<sup>107</sup>, que descreve o personagem Elisiário, que tinha por hábito pensar enquanto perambulava pelas ruas e pontos históricos da cidade do Rio, a estória é narrada em 1862: ele apresenta ao jovem Tosta os locais e regiões de fundação da cidade, como o Morro do Castelo e a igreja dos jesuítas. Nisto uma imagem chama a atenção:

Fomos até o Campo da Aclamação, que ainda não possuía o parque de hoje, nem tinha outra polícia além da natureza, que fazia brotar o capim, e das lavadeiras, que batiam e ensaboavam a roupa defronte do quartel. Eu ia cheio do discurso do Elisiário, ao lado dele, que levava a cabeça baixa e os olhos pensativos. *De repente, ouvi dizer baixinho: — Adeus, Ioiô! Era uma quitandeira de doces, uma crioula baiana, segundo me pareceu pelos bordados e crivos da saia e da camisa. Vinha da Cidade Nova e atravessava o campo. Elisiário respondeu à saudação: — Adeus, Zeferina. Estacou e olhou para mim, rindo sem riso, e, depois de alguns segundos:— Não se espante, menino. Há muitas espécies de Vênus. O que ninguém dirá é que a esta lhe faltem braços, continuou olhando para os braços.* (Grifo Meu) (ASSIS, 1997, p589)

Mais uma vez, Machado de Assis realça a presença das quitandeiras no espaço urbano da Corte oitocentista. No trecho acima, Tosta e Elisiário (o erradio) saíram do Campo da Aclamação<sup>108</sup> e encontraram a Zeferina, quitandeira de doces, provavelmente era baiana, pois foi reconhecida pelos bordados e crivos das saias. Primeira questão para

---

<sup>106</sup> Publicado originalmente em *Jornal das Famílias*, agosto, 1873, e não republicado em livro pelo autor. O conto "**Um Homem Superior**" conta a história de Clemente Soares, homem que não tinha dinheiro nem para se alimentar e que se utiliza da bajulação para obter favores. Também acaba tendo um casamento arranjado. Dessa forma, passa da condição de guarda-livros para a de proprietário de terras. Típico medalhão da sociedade fluminense do século XIX que se ascende socialmente não pelo mérito, mas sim pelos conchavos políticos e favores.

<sup>107</sup> Publicado na revista *A estação*, setembro – novembro de 1894 e republicado no livro *Páginas Recolhidas*, 1899 – narra a estória do jovem Tosta (estudante recém chegado ao Rio) com Elisiário, meio poeta, grande orador, mas sem aplicação nos estudos. Elisiário tem o hábito de andar pelos pontos históricos da cidade. Tosta tem uma profunda admiração pela força intelectual de Elisiário, mas esse se casa por conveniência com D Jacinta, filha de seu protetor Dr Lousada, casamento mais por admiração do que amor, mas que se esvai com a rotina do matrimônio, para ambas as partes. O jovem Tosta atribui a queda na intelectualidade e na falta de inspiração ao casamento. Ledo engano, pois isto se deve ao seu caráter típico de um *erradio*.

<sup>108</sup> Antes se chamava Campo de Santana. Após o 7 de setembro de 1822, ficou conhecida como Campo da Aclamação, e por um intervalo de tempo ficou conhecido como Campo da Honra. Com o advento da República, foi renomeado para “Praça da República” (BRASIL, 1954).

se destacar é que a personagem Zeferina vinha da Cidade Nova<sup>109</sup>. Não é por acaso que ela vinha dessa região, pois esse local compreende um “território negro” na cidade do Rio de Janeiro oitocentista.

Machado não descreve esse encontro como mera coincidência, pois esse local, no decorrer do século XIX, vai ser uma das regiões que compõem posteriormente a “Pequena África”, espaço urbano que historicamente abrigou muitos baianos recém-chegados a cidade do Rio, bem como os seus descendentes. Releva destacar, que a famosa “Tia Ciata” (Hilária Batista de Almeida, 1854-1929) morava na “rua Visconde de Itaúna, na Cidade Nova, que é tradicionalmente considerada um dos berços do samba carioca. Ainda sobre a Pequena África, Nei Lopes informa que:

Expressão consagrada pelo escritor Roberto Moura, no livro *Tia Ciata e a Pequena África da Praça Onze* (Funarte, 1983). A expressão denomina a base territorial da comunidade baiana do Rio de Janeiro, estabelecida, a partir dos anos de 1870, na região que se estendia dos arredores da antiga Praça Onze até as proximidades da atual Praça Mauá. Compreendendo as antigas localidades e freguesias de Cidade Nova, Santana, Santo Cristo, Saúde e Gamboa, e constituindo-se em importante pólo concentrador de múltiplas expressões da cultura afro-brasileira, da música à religião, a Pequena África foi o berço onde nasceu o samba em sua forma urbana e onde se estabeleceram os primeiros terreiros de candomblés baianos no território carioca e fluminense (LOPES, 2006, p133).

As denominadas quitadeiras eram mulheres negras livres ou cativas que vendiam comidas (doces, frutas e angus entre outros), nas ruas de muitas cidades brasileiras, e tinham uma forte presença em muitos logradouros e praças do Rio de Janeiro no século XIX. O nome *Quitanda* é de origem africana, originário do dialeto quimbundo (língua dos Ambundos ou Bundos - grupo étnico da região de Luanda). Vem do termo *Kitanda* que significa dono (a) de quitanda. Foi uma atividade que teve origem na África Central e Ocidental, sendo realizada para alimentar as pessoas envolvidas no comércio da escravidão atlântica. No fluxo e refluxo da escravidão, os escravos trouxeram a prática para o Brasil, que aqui se tornou “quitanda” e fora atividade dominada pelas mulheres, conhecidas como “quitadeiras”<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> Era uma região alagadiça era rota de passagem entre a zona urbana e zona rural como Tijuca e São Cristovão, foi sendo melhorado no decorrer do século XIX e depois se torna um bairro onde muitos operários vão estabelecer moradias (BRASIL, 1954).

<sup>110</sup> Nisto, uma das ruas comerciais mais importantes da cidade do Rio no século XIX se denominava “Quitanda” (BRASIL, 1954).

Os fragmentos machadianos descrevem vestimentas e adereços que caracterizam as quitandeiras como *baianas*. Como descreve o conto, geralmente usavam vestidos brancos e colares de búzios, camisa de crivo, balangandãs, amuletos protetores e turbantes, haja vista que eram roupas e objetos típicos usados por algumas mulheres africanas da África Ocidental. Tanto que Nei Lopes define como Baiana:

Denominação da indumentária usada tradicionalmente pelas mulheres negras da Bahia, sobretudo as vendedoras de iguarias em tabuleiros. Compõem-se principalmente de bata rendada, saia comprida e armada, turbante, panos-da-costa e chinelinhas. As mulheres de posses adicionam a essa indumentária ricos adornos, como colares, pulseiras, braceletes e balangandãs de ouro ou prata. O traje, que vestia as negras de ganho na época colonial [...] (LOPES, 2006, p25-26).

Os trajes acompanham as baianas quitandeiras no decorrer dos oitocentos na Corte. Com a decadência da produção de açúcar no mercado internacional e o crescimento da produção de café na região Sudeste, e aliado ao fim do tráfico de escravos em 1850, houve um comércio intenso de vendas de escravos da região Norte do Brasil para o Sudeste e em especial para a Corte.

Para termos uma ideia, “somente entre os anos de 1872 e 1876 chegam ao Rio de Janeiro 25.711 escravos vindos do Norte e Nordeste” (MOURA, 1983, p17). A Bahia foi uma das províncias que mais se destacaram no tráfico interprovincial, de modo que as baianas se destacaram na vida social e cultural do espaço urbano da Corte.

As quitandeiras se tornaram hábeis conhecedoras das ruas do Rio de Janeiro, e ao mesmo tempo essa atividade expunha a precariedade e dificuldades dos trabalhos reservados para as mulheres negras na época. Tal atividade estava presente diariamente nas páginas dos jornais, nos anúncios de vendas e alugueis<sup>111</sup>, tanto que na Gazeta de Notícias<sup>112</sup> se anunciava: “vende-se por 800 réis uma preta boa engomadeira, lava e cosinha e é boa quitandeira de doces: á Rua do Lavradio n.6”.

Por sua vez, as cativas usavam desses expedientes para agenciar fugas de seus malungos ou até mesmo, diante de seus argutos conhecimentos do perímetro urbano da Corte, para suas fugas. Como fez Egylda, quitandeira que fugiu dos domínios de seu senhor e andava tranquilamente pelas ruas da Uruguaiana e Alfândega<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> Basta pesquisar no site, <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>, da Biblioteca Nacional na parte de jornais digitalizados do século XIX.

<sup>112</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícia, segunda-feira, 20 de setembro de 1875.

<sup>113</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias, 3 de Junho, Domingo, 1877.

Chama-nos a atenção a analogia que Machado faz com Zeferina, quitandeira baiana, com a famosa escultura *Vênus de Milo*. O que as diferenciavam eram os braços que a baiana possuía. O nome “Milo” se refere à ilha grega de Milo, onde foi encontrada a escultura em 1820. A obra de arte se encontra atualmente no museu do Louvre. Representa Afrodite, deusa helênica do amor, da beleza e sexualidade, que na cultura romana ganhou a denominação de Vênus. A peça foi encontrada sem braços, o que até hoje é fonte de debate interminável sobre quais razões teriam levado a isso. Depois da “Monalisa” de Leonardo da Vinci é a obra de arte mais conhecida da Europa

Podemos interpretar essa metáfora como uma das principais características da narrativa machadiana, o fato de que se podia ter uma arte (literária) universal, a partir das nossas referências culturais, como, por exemplo, as quitadeiras, uma das práticas sociais e culturais marcantes dos negros na cidade do Rio Oitocentista.

Portanto, as fugas dos negros, a precariedade da liberdade, os capoeiras e as quitadeiras eram partes integrantes do espaço da cidade negra da Corte do século XIX. Imagens dessas práticas sociais e culturais afro-brasileiras ficaram preservadas nas fontes históricas da época, como também nos contos machadianos.

### **3.4 O medo dos maus tratos e cenas de contrabando na Corte oitocentista: um crime quase perfeito?**

Na parte final do conto “Pai Contra Mãe”, Candinho, desesperado sem encontrar nenhum escravo fugido, resolve acatar o conselho de tia Mônica de entregar o filho à “roda dos enjeitados”<sup>114</sup>. Nisto faz o percurso com o filho, passa pela “Rua dos Barbonos”, com medo, anda devagar pela “Rua da Guarda Velha”, e quando passa a Rua da Ajuda em direção ao “Largo da Ajuda” encontra Arminda (escrava fujona)<sup>115</sup>.

Essas ruas compõem regiões das cidades que se modificaram e que algumas não existiam mais na época da publicação do conto. Como exemplo, após a abolição, a Rua da Guarda Velha, se denominará Treze de Maio. Esta característica do texto tem

---

<sup>114</sup> Roda dos enjeitados ou Casa dos Expostos – criada em 1738 por Romão de Mattos Duarte, sob os cuidados da Santa Casa da Misericórdia, para receber as crianças rejeitadas por suas famílias. Era uma roda de madeira, que se introduzia numa abertura no muro da instituição, mantendo-se o anonimato dos pais, que nunca mais poderiam reclamar o filho. Após colocar a criança, os pais giravam a roda, batiam uma campainha e uma freira recolhia a criança. Foi estabelecida inicialmente na Rua de Santa Luzia, sendo depois transferida para a Rua dos Barbonos a atual Evaristo da Veiga (SILVA, 2005, p 47).

<sup>115</sup> Segue em anexo o mapa da cidade do Rio com as ruas citadas e percebe-se a fidelidades dos dados descritos por Machado sobre boa parte da cidade que já não existia em 1906, quando foi publicado o conto “Pai contra Mãe”. Vale observar o mapa com atenção.

uma função literária complexa, pois se relaciona com as imagens das contendas de Candinho e Arminda: ela resistindo em voltar para o seu senhor e ele querendo o dinheiro, tendo por pano de fundo as ruas que existiam e com nomes alusivos ao acontecimento da narrativa<sup>116</sup>.

Enfim, Candinho enlaça Arminda:

Era mesma, era a mulata fujona. – Arminda bradou, conforme nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível [...]. Estou grávida meu senhor! Exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele quem me solte [...] Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites – coisa que, estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites [...] Foi arrastando a escrava pela rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta, a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente (ASSIS, 2007, p 474)

Da rua da “Ajuda”, Candinho arrasta Arminda pela “Ourives” até a rua da “Alfândega”, onde residia o proprietário da cativa. Gerson Brasil (1954) indica que a rua do “Ourives” ia desde a rua da “Ajuda”, diante da *igreja do Parto*, até a subida do Morro da Conceição, e com abertura da Avenida Rio Branco vai sofrer drásticas transformações quando, em 1936, ganha o nome de Miguel Couto.

A fina ironia destilada de Machado de Assis coloca que Arminda, grávida, é capturada na Rua da Ajuda, que continha a Igreja do Parto, e passou pela Rua do Ourives (que foi assim denominada em 1742, por concentrar muitas joalheiras e ourives, que expõe a opulência da riqueza material) até chegar a Rua da Alfândega<sup>117</sup>

Detalhe: os personagens passaram pela esquina do Ouvidor nesse percurso, rua essa marcada por abrigar a fina flor da elite fluminense e várias lojas francesas, para as elites da época, o coração francês do Rio, mas que tinha artérias negras de origem africana, pois por muito tempo a famosa rua abrigou requisitadas casas de vendas e leilões de escravos ladinos.

O conto expõe uma sociedade de relações complexas, onde a pobreza de maior parte da população e a falta de oportunidade de melhoria de vida afligia tanto pessoas

---

<sup>116</sup> Essa questão das ruas no conto “Pai contra Mãe” foi interpretado por Alessandro Castro da Silva (2005).

<sup>117</sup> Gerson Brasil (1954) indica que, em 1716, a rua ganha o nome de Alfândega porque diante dela estava à praia e durante o século XIX concentrava muitos africanos de várias etnias.

pobres livres, brancas e negras, quanto escravos, embora os escravos(as) carregassem a parte mais pesada dessa sociedade desigual e excludente.

De modo que podemos indicar que Machado estava preocupado em preservar nos contos o espaço urbano do Rio oitocentista, bem como registrar aspectos da escravidão e suas práticas no cotidiano da Corte.

Ainda sobre a passagem do conto acima analisado, duas imagens chamam a atenção. A primeira é a de Arminda, que justifica a Candinho que sua fuga teria sido motivada pelos maus tratos dados pelo seu senhor e que a sua captura resultaria em agressivas surras e torturas. Essa imagem está em consonância com dados levantados por Chalhoub na sua pesquisa sobre os escravos nas últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro: “[...] de qualquer forma, talvez haja aqui a constância de que um dos motivos mais recorrentes alegados por escravos que agrediam seus senhores ou feitores era o de que estes aplicavam castigos rigorosos ou sem motivos justos” (CHALHOUB, 1990, p. 201).

Os maus tratos também eram o principal motivo de fuga alegado pelos cativos, como indicam os jornais da época e os relatos de viajantes. O medo das torturas era sentimento permanente para os escravos. Os contos “O caso da Vara<sup>118</sup>” e “Mariana” representam e reforçam esse aspecto.

O conto “O caso da vara” narra o drama do seminarista Damião, que foge da vida eclesiástica, encontrando refúgio na casa de Sinhá Rita, que o protege do suposto castigo futuro dos seus pais e da moleza da proteção do seu padrinho, João Carneiro. Nisto o seminarista encontra a menina escrava Lucrécia, que sofre torturas por parte da senhora. A estória se desenrola antes de 1850. Na passagem do conto, Sinhá Rita adverte:

Lucrécia, olha a vara!”A pequena abaixou a cabeça, aparando o golpe, mas o golpe não veio.<sup>119</sup> Era uma advertência; se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrécia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. (ASSIS, 2007, p428).

---

<sup>118</sup> Conto inicialmente publicado no jornal Gazeta de Notícias em 1 de fevereiro de 1891- Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>119</sup> Grifo Meu



Essa passagem capta a sensação de pavor e desespero às punições que os senhores(as) impunham aos cativos<sup>120</sup>. Essa passagem está em consonância com o relato descrito por Charles Darwin quando esteve no Rio no dia 14 de abril de 1832, o qual coloca que ficou muito impressionado pela crueldade que presenciou quando atravessando um ferry em companhia de um negro, quando tentava ser compreendido:

Passei a falar alto e a gesticular. Devo, em algum momento, ter-lhe passado a mão próximo ao rosto, pois, julgando talvez que eu estivesse irado e fosse batê-lo, deixou penderem os braços, com a fisionomia transfigurado pelo terror, e os olhos semicerrados, na atitude de quem espera uma bofetada da qual não pretende esquivar-se. Nunca me hei de esquecer da vergonha, surpresa e repulsa que senti ao ver um homem tão musculoso ter medo até de apurar um golpe, num movimento instintivo.(DARWIN,1983, p9).

O naturalista no período que esteve no Brasil ficou chocado com a indiferença dos senhores diante de tantas atrocidades aplicados aos escravos. Os maus tratos atingiam os cativos adultos, mulheres e crianças, como é representado no conto. Na passagem final do texto, temos a seguinte imagem:

*“Nhanhã,nhanhã! Pelo amor de Deus! Por Nossa Senhora que está no céu. Malandra! Nossa senhora não protege vadias! ”* “Onde está a vara? A vara estava à cabeceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista. — Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?”Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho... — Dê-me a vara, Sr. Damião! [...] A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor... — Me acuda meu sinhô moço! Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita. (ASSIS, 2007, p431-432).

Damião, mesmo devoto aos ensinamentos de Cristo, não ajudou Lucrecia. Preceitos cristãos como “amar o próximo a si mesmo” tinham algumas restrições pragmáticas. Antes o seminarista estava preocupado com o desfecho favorável de sua fuga que dependia da Sinhá, então não cabia contrariá-la. Já Rita não aceita o fato de uma escrava ser atendida por Nossa Senhora. Algo que deixou perplexo Mahommah

---

<sup>120</sup> Sobre imagens de pavor aos maus tratos e as prisões arbitrárias dos negros no Rio dos oitocentos cabe a visualização dos quadros do pintor inglês, Paul Harro-Harring. O abolicionista captou nas imagens de suas pinturas, de forma precisa, essas imagens. Vide: (ALENCASTRO, 1997).

Baquaqua<sup>121</sup> (1997) quando foi escravo de uma família católica no Recife, extremamente religiosa, mas que não media esforços na hora de torturá-los: mesmo no ato de reza, o chicote acompanhava.

Mesmo com toda brutalidade aplicada aos cativos no cotidiano da escravidão no Rio de Janeiro oitocentista, as práticas de resistências surgiam com a grande quantidade de escravos que fugiam dos seus proprietários. Homens, jovens, mulheres e crianças compunham esse cenário da cidade negra da Corte.

Tanto que quem estivesse andando pelas ruas do Rio de Janeiro no dia 17 de março de 1875 e por acaso avistasse ou esbarrasse com uma menina de 11 anos vestindo rosa, carregando uma trouxinha na mão e levando um vestido, talvez estivesse defronte a Balbina, escrava fugida. E se realmente fosse a Balbina descrita na Gazeta de Notícia do mesmo dia, ganharia uma gratificação se a levasse à Rua 7 de setembro, 2º andar. Alguns meses depois, na terça-feira, 12 de outubro de 1875<sup>122</sup>, o Dr. Rodrigo Pereira Barreto recebeu da polícia seus dois escravos que se encontravam fugidos. Embora eles tivessem alegado maus tratos por parte do senhor, os policiais, agentes mantenedores da “ordem” do Estado, tranquilizaram o direito de posse do Doutor.

Essas histórias refletem os argumentos de Luiz Carlos Soares (2007) que a tentativa de controle da população cativa do Rio de Janeiro no século XIX estava subsidiada em dois níveis que se completavam. O primeiro, a saber, o privado ou doméstico, onde os próprios proprietários se encarregavam do controle e da disciplina dos escravos; o segundo, o nível público ou estatal, que se dividia em duas esferas, a ação preventiva através da vigilância policial e a segunda, punitiva através do sistema judiciário e penal.

---

<sup>121</sup>A trajetória de Mahommah Gardo Baquaqua narrada por ele ao pastor americano Samuel Moore foi posteriormente publicada em livro (1854). É uma fonte histórica interessante para se visualizar as entranhas do comércio escravo moderno a partir de dentro. Nascido em uma família mulçumana abastada em Djougou, na região do Daomé (atual Benin na África Ocidental), cai nas amarras do comércio escravo atlântico e se torna escravo ilegal no Brasil de 1845 até 1847, primeiro chega a Pernambuco onde é comprado por um padeiro. Depois é levado ao Rio de Janeiro, Porto Alegre e volta ao Rio onde consegue fugir para Nova York, onde é libertado por abolicionistas norte-americanos em Boston. Depois vai ao Haiti como educador missionário da igreja batista, visita o Canadá, torna-se cidadão desse país, e retorna aos Estados Unidos. Segue para a Inglaterra na intenção de voltar à sua terra natal na África. Em 1857 não se tem mais notícia de Baquaqua e ficamos sem saber se conseguiu voltar a Djougou. Algumas ressalvas é preciso ser tomado quando se utiliza a narrativa de Baquaqua, pois o texto que temos foi preparado por Samuel Moore, de modo que muitas vezes na narrativa se detecta a opinião cristã protestante do editor e não propriamente do Baquaqua, o que não tira a importância da narrativa. Sobre essa problemática vide o artigo de Paul Lovejoy: **Identidade e a Miragem da etnicidade**: a jornada de Mahommah Baquaqua para as Américas. Revista Afro- Ásia, nº27, UFBA, 2002.

<sup>122</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias, terça-feira, 12 de outubro de 1875.

Mesmo diante dessa cumplicidade entre proprietários de escravos e estado na tentativa de controle dos escravos, com todo o aparato da força legal e ilegal, as práticas de resistências continuavam nas fugas, nas compras de alforrias e na situação limite do suicídio.

No conto “Mariana”, Coutinho (narrador que sabe que a escrava sofre por estar apaixonado por ele) destaca o fato dela ser bem tratada por todos da família, como se fosse filha, embora “não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre” (ASSIS, 1997, p 773). E nem teve a mesma educação da irmã do narrador, na ótica de Coutinho. Mesmo assim era supostamente bem tratada, e embora estivesse sofrendo de amor, não havia razão para ter fugido pela segunda vez, mesmo Coutinho tendo-a ameaçada na primeira vez que a capturou: “minha mãe saberá interrogar-te. Mariana estremeceu” (ASSIS, 1997, p 776).

Nesse conto, Machado expõe características marcantes da escravidão no Brasil, como o “paternalismo”<sup>123</sup>. Uma das chaves dessa política residia no fato de que o poder senhorial transformava em concessão condicionada qualquer ampliação do espaço de autonomia no cativeiro. Geralmente, a “violência era ainda parte integrante desse sistema, mas passava a responder a certas regras ou expectativas que acabavam por legitimá-la perante os próprios escravos” (CASTRO, 1997, p 354).

Voltando ao conto, Coutinho inicia certa admiração por Mariana, mas algo os separava: o fato de ela ser escrava não permitia um relacionamento mais sério. No fim, Mariana toma uma atitude extrema diante do sofrimento, se mata. O que deixou Coutinho perplexo, não pela perda da vida dela em si, mas sim pelo limite de domínio da suposta escrava-mercadoria da sua família.

O conto expõe uma questão interessante. Na ótica do membro da elite que narra a estória, é difícil admitir que a suposta “segurança” dada pela família a Mariana não a impedisse de fugir e no fim se suicidasse. Não se aceita de bom grado as atitudes de Mariana, pois são ações que deslocam o poder senhorial e que quebram a espinha dorsal da estrutura do contrato da escravidão, que é o suposto controle do senhor sobre a vida do seu subordinado. Como reflete a historiadora Hebe M. de Mattos de Castro sobre essa questão que:

A relação desse procedimento com o contexto pré-Abolição e perda de legitimidade da instituição escravista pode ser melhor situada quando se alarga o arco de observação. Uma certa visão contratualista da

---

<sup>123</sup> Para uma leitura mais aprofundada dessa questão no conto *Mariana*, vide o trabalho de Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador* (2003).

escravidão, de reciprocidade entre partes desiguais, sempre esteve presente nas tentativas de legitimação do cativo no Brasil, desde os escritos dos jesuítas Benci e Antonil no início do século XVIII. Essa face paternalista não se opunha à violência necessária da instituição escravista. Ao contrário, o paternalismo só se fazia possível em contraponto à pedagogia da violência, que instituía a desigualdade essencial sobre qual as relações pessoais poderiam desenvolver-se. Diversas pesquisas, centradas em períodos anteriores à extinção do tráfico, enfatizam que os cativos freqüentemente souberam reverter em seu favor as estratégias senhoriais (CASTRO,1997,p 358).

O ato do suicídio era uma das formas mais extremas de reação à escravidão, atitude tomada muitas vezes pelo medo dos maus tratos e das torturas. Sobre essa questão, Darwin, logo quando chega ao Rio em 1832, no dia 8 de abril de 1832, registra e reflete que “uma velha escrava, no entanto, preferindo a morte à vida miserável que vivia, lançou-se do alto do morro, indo despedaçar se contra as pedras da base. Se se tratasse de alguma matrona romana, esse gesto seria interpretado como nobilante *amor à liberdade*, mas, numa pobre negra, não passava de simples caturrice de bruto.” (DARWIN, 1983, p. 7). Darwin reitera sua perplexidade diante da indiferença dos senhores diante da vida dos escravos.

Sobre a questão do suicídio, Baquaqua estabelece uma reflexão interessante. Quando da sua estadia no Recife, ele segue o trabalho forçado de vender pães nas ruas, realizando sua atividade ao pé da letra, como determina seu senhor, mas o que recebe de gratificação são castigos. Revoltado com a situação, tenta fugir, mas logo é capturado e volta ao trabalho forçado. Daí resolve investir parte do dinheiro acumulado na venda dos pães em prazeres étlicos. Quando o senhor verifica os prejuízos, Baquaqua é açoitado severamente. Então decide tomar a decisão limite de se matar, mas fracassa, pois é salvo quando tentava se afogar. E depois da fracassada tentativa, as torturas foram aplicadas de forma implacável: pancadas na cabeça, açoites, entre outros, o que deixou cicatrizes para vida toda, não só física, mas na alma. Quando vendido a um capitão no Rio de Janeiro, os maus tratos continuam e se matar mais uma vez passa por sua cabeça, pois segundo Mahommah:

Certamente não me atrevi a fazer outra tentativa. Eu era apenas um escravo, sem esperança, sem perspectiva de liberdade e sem amigos. Eu não tinha nenhuma esperança neste mundo e não sabia nada do outro, tudo era escuridão, tudo era medo. O presente e o futuro eram um só, sem divisor, apenas Trabalho! Trabalho! Crueldade!

Crueldade! “Não havia miséria fim para minha miséria a não ser a morte” (BAQUAQUA, 1997, p95).

Na situação de Baquaqua e de muitos escravos, o fim da vida era a única solução para o fim de tanto sofrimento. Semelhante a Mariana e Baquaqua, Emília<sup>124</sup>, escrava, que em consequência dos maus tratos que seu senhor lhe dava, resolveu pôr termo à sua existência. Declarou esta sua deliberação a uma companheira, que não consentiu que ela praticasse o ato. Semelhante a Baquaqua e Emília, a preta Felizania, escrava de Manoel Soares, devido aos maus tratos sofridos, resolve procurar descanso na morte. Lança-se pela janela da casa, e é levada para a Santa Casa da Misericórdia<sup>125</sup>, onde foi tratada. Mas muitos cativos no Rio de Janeiro oitocentista conseguiram tal intento.

O conto “Mariana” termina com a indiferença do narrador, um protótipo filho da elite escravagista brasileira do século XIX. Diz Coutinho, após contar o fim de Mariana: “daí a pouco saíamos pela Rua do Ouvidor a fora, examinando os pés das damas que desciam dos carros, e fazendo a esse respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas. Duas horas de conversa tinha-nos restituída a mocidade” (ASSIS, 1997, p779).

No “Pai contra Mãe”, os gritos dilacerantes de Arminda não comoviam as pessoas que assistiam à cena dantesca em que é amarrada por seu algoz: “quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia”. Já no texto “O caso da Vara”, o seminarista Damião não deixa de entregar a vara para que a Sinhá Dona Rita torture a escrava Lucrecia.

É preciso ter a compreensão de que nessas passagens, Machado de Assis não está naturalizando as práticas de violência da escravidão, mas refletindo sobre a naturalização dos horrores da escravidão e as contradições do pacto social de uma sociedade que se pretendia moderna e civilizada, mas que aceitava tal instituição e tais práticas grotescas, principalmente setores que dirigiam a sociedade e o Estado brasileiro oitocentista. Algo que tinha deixado também perplexo Charles Darwin e Mahommah Baquaqua.

Dessa forma, o contista Machado de Assis, como coloca Eduardo de Assis Duarte (2007, p 262), “produziu narrativas em que a condição social e humana dos afro-brasileiros emerge de forma explícita e desvela o ponto de vista autoral, identificado

---

<sup>124</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias. Terça – Feira de Outubro de 1875

<sup>125</sup> Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias. Quinta - feira-22 de agosto de 1877.

com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista” (DUARTE, 2007, p 262).

A crítica de Machado, ao contrário do que afirma Luiz Carlos Soares (2007), não está em naturalizar os horrores da escravidão, mas sim em denunciar, de forma irônica e cruel, o pacto social do Estado brasileiro e da sociedade brasileira com a escravidão e seus horrores. O que é uma demonstração marcante de como o escritor trazia em sua narrativa a temática da escravidão. Como diz o crítico Astrojildo Pereira, (1958, p. 26):

Machado de Assis não via na escravidão apenas o aspecto sentimental, mas sim o fenômeno social em seu conjunto – e sobre este fenômeno é que incidia a sua lente de analista, servindo-se dos indivíduos como componentes e como expressão de um todo complexo.

A narrativa machadiana traz aos leitores a impressão de que a escravidão carregava tragédias humanas no seu enredo cotidiano e de que é preciso não esquecer que a escravidão foi o acontecimento mais importante no processo de formação do Brasil e que foi sustentada pela violência física e simbólica. Machado de Assis, na sua ironia habitual utilizadas nos contos, retrata as cenas da cidade negra do Rio oitocentista e destaca a indiferença dos senhores, seminaristas e sociedade diante das violências sofridas pelos escravos.

Machado de Assis, nos contos, também representou a indiferença das elites diante da escravidão ilegal ocorrida no Brasil durante boa parte do século XIX. Provavelmente os proprietários de escravos advindos do contrabando não sofreram como Jacobina, *a terrível situação moral*. Inclusive, Baquaqua fora uma das vítimas do comércio ilegal, mas não só ele como milhares de africanos foram escravizados de forma ilegal no Brasil. Foi este fato um crime quase perfeito? Vejamos.

A indiferença dos senhores descritas por Machado de Assis nos seus contos ganha contornos interessantes quando se assenta a questão do tráfico ilegal de escravos no Brasil. Esse infame comércio fez parte do cotidiano da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista, embora se tenha tentado apagar sistematicamente essa passagem histórica da cidade no decorrer do século XIX - uma política oficial do Estado em conivência com as elites dirigentes da época.

Sidney Chalhoub (2012) defende que o romance *Memória Póstumas de Brás Cubas* pode ser lido como um texto que reflete as questões do tráfico ilegal de escravos

no Brasil. Podemos alocar essa análise para alguns contos machadianos, em especial os contos “Pai contra Mãe” e “Entre Santos”. Mas o tráfico é citado em outros contos. Vejamos.

No conto Imortal<sup>126</sup>, Machado estabelece uma releitura da formação do Brasil a partir da saga Dr Rui Leão, que, após ingerir o elixir da imortalidade, atravessa as transformações ocorridas no país. Passa pela conquista a duras penas do Quilombo dos Palmares; participa das guerras holandesas no Norte; e integra os soldados que combateram os franceses no Rio de Janeiro no século XVIII, entre outros acontecimentos. O primeiro é participação no tráfico negreiro, como diz o narrador:

Com dez mil cruzados, e pouco mais de que apurou. Teve então a idéia de meter-se no negócio de escravos: obteve privilégio, armou um navio, e transportou africanos para o Brasil. Foi a parte da vida que mais lhe custou; mas, afinal, acostumou-se às tristes obrigações de um navio negreiro. Acostumou-se, enfarou-se, que era outro fenômeno na vida dele. (ASSIS, 1997, p894)

Nessa passagem, o narrador supera as dificuldades financeiras após investir suas economias no comércio negreiro, logo após deixa o ofício. Neste conto, onde está elaborado um pequeno retrato da formação do Brasil, não por mera coincidência, o tráfico negreiro inicia a trajetória do narrador imortal, Dr Leão.

Já no conto “Dívida extinta<sup>127</sup>”, o personagem principal, Bento Fagundes da Purificação, era boticário e morava na Rua da Saúde, desde antes de 1830. Em 1852,

---

<sup>126</sup> Publicado originalmente em 1882 na revista feminina carioca *A Estação*, dividido em seis partes, o conto “O imortal” foi baseado em outro conto de Machado de Assis, “Rui de Leão”, publicado dez anos antes. A narrativa conta a história de Ruy Garcia de Meirelles e Castro Azevedo de Leão, um ex-frade franciscano que, ao largar a batina, vai morar numa aldeia indígena onde se casa com a filha do chefe da tribo, Pirajuá. Este mostra ao genro um segredo precioso: um elixir da vida eterna que ele, no entanto, não ousava tomar. Tempos depois, quando o próprio Rui de Leão encontra-se à beira da morte, lembra-se do elixir apresentado pelo sogro e decide tomá-lo: a bebida misteriosa curou-o e lhe deu o poder da imortalidade. A crítica a ciência (na verdade ao afã dos modismos científicos por parte de alguns brasileiros contemporâneos de Machado) neste conto é patente, aparecendo de forma sutil em vários momentos. Machado centra sua fina ironia na prática da Homeopatia – tão em voga no Brasil da segunda metade do Século 19. Voltando ao conto, Leão finalmente se livra da imortalidade – é apresentado como uma “prova” da eficácia da homeopatia. Na crítica do narrador, segue a passagem final do conto: “Achei-o moribundo; disse-me então, com a língua tropeça, que o princípio homeopático fora para ele a salvação. *Similia similibus curantur*. Bebera o resto do elixir, e assim como a primeira metade lhe dera a vida, a segunda dava-lhe a morte. E, dito isto, expirou ... Mas a suspeita de que ele apenas quis propagar a homeopatia entrou em alguns cérebros, e não era inverossímil. Dou este problema aos estudiosos. Tal é o caso extraordinário, que há anos, com outro nome, e por outras palavras, contei a este bom povo, que provavelmente já os esqueceu a ambos”. (ASSIS, 1997, p 900).

<sup>127</sup> Conto publicado no *Jornal das Famílias*, novembro de 1878. O conto narra o desencontro amoroso dos sobrinhos do Sr Bento Fagundes, os primos Anacleto Monteiro (espécie de dândi) e Adriano, pelo amor da Jovem Carlota, a deusa da Gamboa. Os dois primos brigam pelo amor da moça, ela se casa com outro. O texto é interessante para analisar os preconceitos das elites da cidade do Rio oitocentista em relação às

data do conto, “tinha ele vinte e três anos de botica e um pecúlio, em que todos acreditavam, posto ninguém dissesse tê-lo visto. Aparentemente havia dois escravos, comprados no Valongo (1758 - 1831), quando esses eram ainda boçais e a preço módico”

O narrador coloca as economias acumuladas por Bento Fagundes: dois escravos comprados no Valongo, porto de desembarque de escravos na Corte brasileira desde 1758. O conto deixa para o leitor uma dúvida: seriam esses escravos comprados no contrabando? Pois, após a Lei de 1831, que decretava que o escravo desembarcado no Brasil após essa data era considerado liberto, então Bento Fagundes, neste ano, tinha 3 anos de idade, portanto não tinha como comprar escravos no porto (cabe destacar que a narração do texto se dá no período em que o local não existe), só se tivesse ganho por herança, mas não se tem detalhes sobre isso e a dúvida fica em aberto.

Já no conto “Pai Contra Mãe” não há dúvida, pois se tem a seguinte imagem:

*Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitando (Grifo Meu). (ASSIS, 2007, p124)*

O narrador traz nessa passagem a imagem do Valongo, o maior porto de escravos existente no Brasil e cenas do cotidiano existente quando o cais existia. Pois no ano em que foi publicado o conto (1906) o porto não existia, tendo sido soterrado no decorrer do século XIX.

Machado de Assis destaca a imagem do Valongo e sua relação com o contrabando de escravos e chama a atenção de que essa conexão existiu no passado da Corte e que caberia ser lembrado.

O Valongo foi o porto que mais recebeu escravos no Brasil. Foi construído em 1758 por ordem do vice-rei, o Marquês do Lavradio, e tinha como objetivo deslocar o comércio de escravos da região do paço (região central da cidade) para a região da Gamboa. Um dos argumentos utilizados para tal mudança de local era o fato de que supostamente os escravos traziam doenças para a população da cidade do Rio.

O Valongo era um complexo constituído de ruas e de casas comerciais circunvizinhos que tratavam do comércio escravo. Dos quase cinco milhões de africanos

---

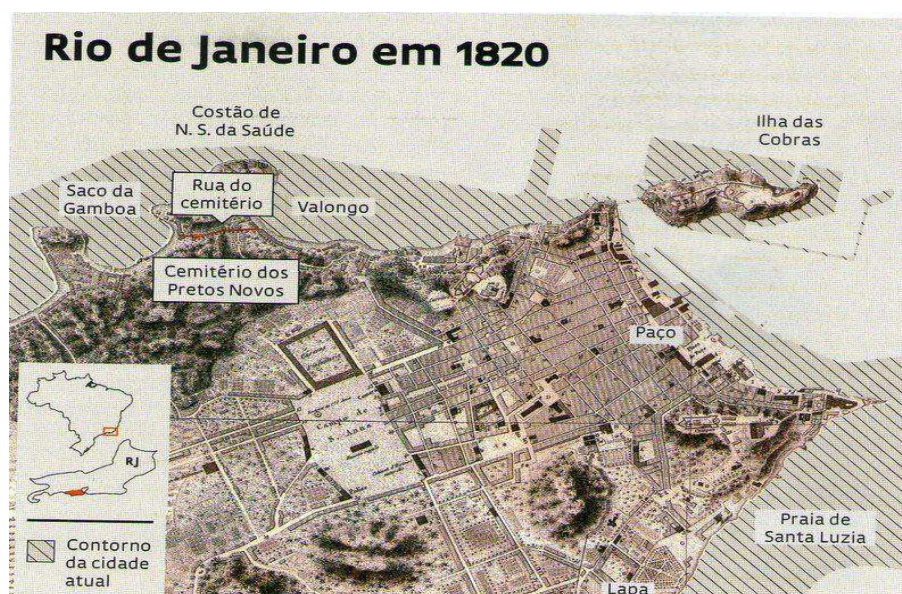
mulheres de baixa renda e moradoras de locais populares como a Gamboa, que por sua vez era região onde havia um contingente de muitos afrodescendentes.



trazidos forçosamente para o Brasil, mais de um milhão passou pelo porto. O fluxo de seres humanos era tão intenso que, a poucas quadras ao lado, foi construído o Cemitério dos Pretos Novos<sup>128</sup> (1779-1831), como o próprio nome sugere, para se enterrar africanos recém-chegados, devido às terríveis condições de viagem durante a travessia do atlântico e as péssimas condições de higiene no porto.

Durante seu funcionamento, estima-se que mais de 20 mil corpos foram jogados no cemitério. Um dado assustador é que muitos desses escravos mortos eram constituídos de jovens e crianças, e, pior, muitos doentes eram enterrados vivos. O que dá um teor mais intenso de crueldade “A combinação de febres endêmicas, enterros em massa e doenças infecciosas tornava o Valongo umas das áreas mais insalubres da cidade” (KARACH, 2000, p77).

Milhares de africanos foram enterrados nesse cemitério, em condições degradantes, em covas rasas, sem nenhuma estrutura mínima de higiene e de respeito aos cultos da passagem para outra vida e de seus ancestrais. Segue imagem do mapa da região do porto do Valongo:



129

<sup>128</sup> Em 1996, durante reforma numa casa da região da Gamboa, foram encontradas várias ossadas humanas, o que posteriormente foi descoberto que se tratava de vestígios do cemitério dos pretos novos.

<sup>129</sup> HAAG, Carlos. Ossos que falam: escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão. Pesquisa FAPESP, **A escravidão sob a terra: ossos achados no Rio de Janeiro dão materialidade ao tráfico negro**, nº190. Dezembro, 2011. Segue em anexo outro mapa do Rio oitocentista.

O porto do Valongo foi fechado em 1831, devido ao suposto fim do tráfico negreiro imposto pela pressão inglesa. Em 1843, foi recoberta com 60 centímetros de pavimento e se transformou no Cais da Imperatriz, construído para recepcionar Teresa Cristina, vinda do Reino das Duas Sicílias, futura esposa de Pedro II. E no período republicano foi aterrado e coberto por ruas e praças. Simbolicamente, é de se notar que uma parte importante da história dos africanos e de seus descendentes foi coberta pela memória da princesa branca europeia. Atitudes como essa por parte do governo imperial tinham uma lógica concreta: a tentativa de apagar a história da escravidão na Corte.

É nesse contexto histórico que Machado destaca a imagem do Valongo em conexão com o contrabando. Em que pese oficialmente o porto ter sido fechado em 1831 e ter sido decretado a Lei do mesmo ano que afirmava que os africanos desembarcados após essa data no Brasil seriam considerados libertos e que os contrabandistas seriam severamente punidos, o comércio ilegal se intensificou após essa data. Para termos uma ideia dessa questão, Sidney Chalhoub levanta alguns dados:

Desde meados do século XVI até os anos 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados; no primeiro quartel do século XIX (1801-25), entraram 1012762 africanos; no segundo quartel (1826-50), 1041964, e outros 6800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850. A aritmética dos dados revela que mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século XIX. Releva observar que a maioria esmagadora das entradas de escravizados no último período, 1826-50, mais o número residual da década de 1850 destinaram-se à região do atual Sudeste e ocorreu quando tratados internacionais e legislação nacional haviam tornado ilegal o tráfico negreiro. (CHALHOUB, 2012, p35).

As informações levantadas por Chalhoub (2012) indicam que, após a Lei de 1831, o tráfico se intensificou. Isto se deveu às baixas taxas de reprodução natural da população cativa e ao surgimento da produção de café no Vale do Paraíba, que fizeram com que se tornassem mais do que necessária a mão de obra qualificada<sup>130</sup> dos africanos. Mais de 750 mil escravos desembarcaram no país após a lei de 1831, dados eloquentes que revelam o peso do comércio ilegal neste período.

---

<sup>130</sup> Importante destacar que a mão de obra africana não residia apenas na força física, mas, sobretudo pela qualificação do seu trabalho. Na África, eram especialistas no trato com a terra e na produção agrícola, na produção do ouro e na criação de animais. Pois traziam conhecimento tecnológico avançado no trato dessas tarefas.

Os contos machadianos representam cenas de escravos ilegais perambulando pelas ruas da cidade. Era comum e naturalizado por parte da população da Corte o contrabando de escravos<sup>131</sup>. Outra imagem do conto que se destaca é que no contrabando de escravo, *apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando*.

Em linhas gerais, os termos “boçal” e “ladino” eram utilizados para diferenciar os escravos. O boçal, por exemplo, era o recém-chegado da África que não conhecia a língua portuguesa e se comunicava a partir de sua língua e gesto de origem. Já o ladino era o escravo que já conhecia o português e a cultura local, daí este segundo ser mais requisitado nas tarefas de vendas de produtos nas ruas, *quitandando*. O escravo boçal muitas vezes se recusava a conhecer a língua portuguesa, sendo uma forma de resistência para preservar sua língua de origem.

Sidney Chalhoub (2012) indica que, no contexto do tráfico ilegal, foi criado um regulamento em 1832 que ordenava que quaisquer autoridades policiais ou criminais, incluídos os juízes de paz, investigassem, de prontidão, denúncias de “que alguém comprou ou vendeu preto boçal”. O que resultou num alargamento do conceito de “ladino”, pois significaria que teria chegado antes de 1831, uma prática muito utilizada pelas autoridades e contrabandistas para preservar sua “mercadoria” ilegal.

Machado de Assis, nos contos, capta literariamente o sentimento da época que naturalizava a existência de escravos contrabandeados na Corte oitocentista. O que indica como era forte a instituição, pois não existe caso similar no mundo de um país por tanto tempo ser sustentado economicamente sob a mão de obra ilegalmente escravizada sob a conveniência do Estado e, pior, sendo esse acontecimento apagado por parte das autoridades posteriores.

Chalhoub recupera um trecho de uma carta de Eusébio de Queiroz<sup>132</sup>, representativo sobre a questão da força social desse comércio ilegal:

Entretanto, é forçoso confessar, que a punição deste crime encontra inúmeros obstáculos. O interesse, o hábito, e o comprometimento de grande parte da nossa população especialmente dos agricultores se

---

<sup>131</sup> Sobre a aceitação do tráfico ilegal de escravos no Brasil oitocentista, vide a **peça “O dois ou o maquinista”** (1871) do dramaturgo Martins Pena. O texto retrata, como pano de fundo da estória, o contrabando de escravos e a naturalização dessa prática na Corte. A peça conta com os personagens *o inglês e o negreiro*, que travam diálogos interessantes e sarcásticos sobre esta vil prática que era parte integrante do cotidiano da época.

<sup>132</sup> Eusébio de Queiroz Coutinho Matozzo Camara chefe de polícia da Corte de março de 1833 a abril de 1844, com breve interrupção em 1840.

armam para proteger os acusados deste crime; e a nossa forma de processo exige para a imposição de penas graves um concurso de tantas vontades, que é quase impossível reuni-las quando se trata da importação de africanos. Os esforços de uma, ou outra Autoridade por muito elevada, que seja, são imponentes, são inúteis; e a impunidade, que daí resulta bem a frequência deste crime. A nota foi escrita em um país, onde há júri, e onde por consequencia o mesmo necessariamente deve acontecer; quando se tratar de executar Leis proibitivas, que se oponham às ideias de grande parte da população. (CHALHOUB, 2012, p 66-67)

Se um representante da justiça, que tinha função de coibir tal comércio ilegítimo, afirma em bom tom que é frequente tal prática e que é aceito por grande parte da população, em suma, aceitando a inevitabilidade de tal prática, imaginemos o que pensavam os senhores proprietários de escravos ilegais da época. Sobre esta questão, vejamos outro conto de Machado de Assis.

O conto “Entre Santos” inicialmente publicado na Gazeta de Notícias, 1 ° de janeiro de 1886 e republicado no livro, *Várias Histórias* (1895), é narrado por um capelão de S. Francisco de Paula que descreve um acontecimento insólito: o fato de ele supostamente ter presenciado o diálogo dos santos S. José, S. Miguel, S. João Batista e S. Francisco de Sales<sup>133</sup>.

S. João Batista e S. Francisco de Sales debatiam sobre a falta de fiéis e sobre as promessas sem sinceridade realizadas pelos homens. Cada um dá exemplos. O caso que se destaca é o narrado por S. Francisco de Sales sobre o avarento, Sr. Sales, que, padecendo pela eminente perda da mulher, sofre mais em pensar nos gastos fúnebres futuros. Sr. Sales era um homem preocupado com os lucros dos seus negócios acima de tudo, receitas essas sustentadas pelo trabalho escravo comprado de contrabando – uso de mão de obra ilegal. Sobre Sales, senhor de cinquenta anos, detalha:

*Moeda que lhe cai na mão dificilmente torna a sair [...] A família compõe-se da mulher e de uma preta escrava, comprada com outra, há muitos anos, e às escondidas, por serem de contrabando. Dizem até que nem as pagou, porque o vendedor faleceu logo sem deixar nada escrito. A outra preta morreu há pouco tempo; e aqui vereis se este homem tem ou não o gênio da economia; Sales libertou o cadáver...  
- O cadáver?*

---

<sup>133</sup> Gledson (2007) informa que S. Francisco de Sales (1567-1622) escreveu o livro “Introdução da vida devota” e que foi influenciado pelo otimismo franciscano, sendo tido como um dos guias mais humanos da vida religiosa.

- *Sim, o cadáver. Fez enterrar a escrava como pessoa livre e miserável, para não acudir às despesas da sepultura [...]*
- Compreende-se a incredulidade pública, ponderou S.Miguel. (ASSIS, 2007, p389).

Senhor Sales, como bem coloca o texto na metáfora “moeda que lhe caí na mão dificilmente torna a sair”, é um típico proprietário de escravos no Brasil oitocentista que, ao investir na compra e no uso do trabalho ilegal escravo que tinha, não perderia nenhuma gota de lucro possibilitado. Ele libertou sua escrava comprada no contrabando, e se pagou realmente por ela, não se sabe, mas a libertou quando ela morreu, pois assim se livrou dos gastos. Diferente de sua esposa, isso não gerou sofrimento por parte de Sales.

O conto foi publicado no início de 1886, poucos meses depois da promulgação da Lei dos Sexagenários, conhecida também como Lei Saraiva-Cotegipe, que foi promulgada em 28 de setembro de 1885. Essa Lei concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. A Lei beneficiou poucos escravos, pois eram raros os que atingiam esta idade, devido a vida difícil que levavam. Os que chegavam aos 60 anos de idade já não tinham mais condições de trabalho.

Era uma Lei que de fato beneficiava mais os proprietários, pois podiam libertar os escravos pouco produtivos. Sem contar que a Lei apresentava um dispositivo que determinava que o escravo, ao atingir os 60 anos, deveria trabalhar por mais 3 anos, de forma gratuita para seu proprietário. O que foi o caso da escrava de Sales, que ganhou a liberdade para morte. A Lei dos Sexagenários foi uma tentativa de parcela da aristocracia brasileira de preservar a escravidão, e cabe ressaltar que, se dependesse de parte da aristocracia brasileira da época, a escravidão duraria por muito tempo, como defenderam a instituição até o fim o Deputado Martinho Campos e José Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe, magistrado e político que por ironia era mulato), ambos críticos ferrenhos da abolição.

Machado, nesse conto, ironiza as elites aristocratas, bem como ao próprio nome Sales, que se refere a um santo conhecido pelo seu valor humano: se torna uma ironia, pois o apego do Senhor era ao seu status quo de poder sustentado pelo trabalho escravo ilegal. O Bruxo do Cosme Velho mais uma vez chama a atenção para a indiferença senhorial diante das riquezas acumuladas sob o trabalho escravo, e pior, sobre o comércio ilegal - uma política costurada por forças do Estado imperial.

Nesse contexto é representativa a fala de D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral Legislativa em 22 de maio de 1867, sobre o fim da escravidão. O monarca diz:

“provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a Agricultura -, sejam atendidos interesses que se ligam a emancipação” (COSTA, 2001,40-41). A fala do monarca representa bem essa questão, pois os lucros advindos da agricultura eram prioridade, enquanto que a emancipação dos escravos era algo secundário, mesmo sendo sustentada em grande parte na mão de obra ilegalmente escravizada.

O comércio do tráfico de escravos foi intensificado após a lei de 1831, um crime que sustentou a construção do acúmulo de riqueza dos grandes proprietários de café do Sudeste brasileiro do século XIX. Daí a política de conveniência de Estado e classes proprietárias. Sidney Chalhoub reflete que:

No início dos anos de 1850 [...] quiza metade da população escrava em idade produtiva existente no país fosse constituída por africanos ilegalmente escravizados e seus descendentes; essa taxa de ilegalidade da escravidão era decerto muito mais alta nas fazendas de café do Vale do Paraíba, para onde afluíram em massa os africanos chegados após a lei de 1831. Não custa meditar por um momento no que se acaba de enunciar: *a riqueza e o poder da classe dos cafeicultores, que se tornariam símbolo maior da prosperidade imperial ao longo do Segundo Reinado, viabilizaram ao arrepio da lei, pela aquisição de cativos provenientes de contrabando.* (CHALHOUB, 2012, p37).

A política econômica de produção de café, efetuada pelo Estado brasileiro no Segundo Reinado, resultou no acúmulo de capitais nas mãos de poucas famílias aristocratas, que se deu em detrimento dos sacrifícios de duas gerações de negros e mulatos ilegalmente escravizados<sup>134</sup>. Uma elite que não abria mão dos seus investimentos ilegais, como resume Machado de Assis na sua aguda ironia, *moeda que lhe caí na mão, dificilmente torna a sai*. Não existe metáfora melhor para representar as elites aristocratas brasileiras dos oitocentos.

Sobre essa importante questão, Chalhoub (2012) indica o vínculo estreito entre tráfico ilegal e precariedade da liberdade, pois a ostensiva impunidade dos senhores envolvidos no comércio ilegal aumentava a política de repressão para os homens de cor, abrindo margem para arbitrariedades respaldadas pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro.

---

<sup>134</sup> Cabe destacar que na segunda metade do século XIX, muitos escravos entraram com ações de liberdade nos tribunais de justiça exigindo liberdade, pois argumentavam que tinham desembarcado no Brasil após 1831. Os trabalhos de Sidney Chalhoub (1990) e Luciano Mendonça de Lima (2006) demonstraram essa questão.

Nesse contexto, Sidney Chalhoub (2012) levanta uma reflexão historiográfica importante. Geralmente, os estudos da escravidão no Brasil dão ênfase à análise do acesso a liberdade, na luta e conquista dela. Porém, muitas vezes perdem de vista sobre qual liberdade tinha conquistado o ex-cativo. E mais, esquecem de analisar os contextos históricos e as estruturas institucionais que tornavam a experiência da liberdade precária, pois o medo e as chances de serem presos ou reescravizados era um perigo constante no cotidiano dos “homens de cor” no século XIX.

Machado representou, com aguda percepção, sentimento partilhado das elites escravagista do século XIX. Esses setores da sociedade faziam da ilegalidade, norma, e da indiferença, álibi do seu acúmulo de riqueza sob o uso sistemático da mão de obra ilegal.

A escravidão na cidade do Rio oitocentista foi marcada por práticas arbitrárias para com os cativos, que por sua vez reagiam dentro de suas possibilidades. A Corte presenciou no seu cotidiano uma parte da história dos mais de 750 mil africanos ilegalmente escravizados e seus descendentes, o sacrifício social das duas últimas gerações de cativos para manter a estrutura econômica do Estado brasileiro funcionando durante o Segundo Reinado.

Nesse contexto, se justifica historicamente os contos machadianos como fonte de pesquisa para se perceber cenas da cidade negra na Corte oitocentista e outras imagens da escravidão.

Outras faces da cidade do Rio de Janeiro são desveladas pelos textos de Machado de Assis: o espaço urbano onde existiam torturas de escravos, no qual eles resistiam nas fugas e em outras formas de resistências; cidade que abrigava capoeiras, quitandeiras, e que tinha o Valongo, Calabouço, além de ter sido cenário da escravização ilegal.

No último romance de Machado de Assis, *Memorial de Aires* (1906<sup>135</sup>), sobre o fim da escravidão, diz o narrador:

Ainda bem acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem *apagar a instituição da história, ou até da poesia*. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine<sup>136</sup>, em que o nosso nome está perpétuo.

---

<sup>135</sup> No mesmo ano em que foi publicado o conto *Pai Contra Mãe* (1906).

<sup>136</sup> O poema de Heine citado se chama *Sklavenschiff*, de 1854, traduzido por Augusto Meyer de “Navio Negroiro”.

Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixados trezentos negros no Rio de Janeiro (ASSIS, 1999, p37).

Nessa passagem, o personagem alude à queima de arquivos e documentos relacionados ao tráfico negreiro, empreendida por Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda do Governo Provisório. Como no trecho do romance, nos contos machadianos se detecta a postura do autor em reiterar a condenação em querer apagar a escravidão da memória histórica da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, Machado de Assis indica, através dos contos, que cabe aos historiadores lembrarem os fatos que, muitas vezes, às ordens impostas pelas elites no presente, não querem que sejam lembrados, como no caso da cidade do Rio de Janeiro no recorte étnico-racial no século XIX. Pois, se a Corte tinha sua importância nacional, isto se deve também ao fato de que historicamente foi construída sob mãos negras.

A história da escravidão em si já é sombria, mas no caso da experiência brasileira ganha requintes de crueldades sem precedentes na história. Além da impunidade dos senhores, do Estado beneficiado desse sistema e da não indenização dos libertos e descendentes, a tentativa sistemática de querer apagar os rastros desse crime no decorrer da história do Brasil é algo grotesco.

Os contos de Machado de Assis são fontes que revelam e preservam aspectos da escravidão e, muitas vezes, aspectos de violência e arbitrariedades aos quais eram submetidos os escravos. Pois, como lembra José Carlos Reis (2011, p 234-235), toda narrativa é ética e não apenas estética e “quando o historiador é confrontado com o horror, as vítimas, a sua dívida se transforma em dever de não esquecer e de narrar [...] Assim, narrativa histórica e narrativa de ficção não se excluem, apesar de seu contraste”.

Dessa forma os contos machadianos preservam aspectos da histórica da cidade negra do Rio de Janeiro, uma cidade historicamente fincada na experiência dos horrores da escravidão e, pior, subsidiada por bom tempo no cativeiro ilegal, o que foi um crime quase perfeito. Só não foi porque delitos perfeitos não deixam rastros, e essa barbaridade histórica deixou vestígios, pois não conseguiu *apagar a instituição da história, ou até da poesia*. A poesia falará dela, assim como ficou preservada nos contos de Machado de Assis.



## Considerações Finais

No momento que precede o término deste trabalho, alguns apontamentos se fazem necessários. Machado de Assis produziu mais de duas centenas de contos, alguns sendo considerados obras primas do gênero, outros, do ponto de vista estético, deixando muito a deixar. Do ponto de vista histórico, os contos machadianos são portadores de várias possibilidades de pesquisa. O nosso trabalho analisou aspectos da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista e outras imagens da escravidão.

Os contos, diferentes de outros gêneros como a crônica e o romance, deixam concisas e breves imagens sobre acontecimentos e aspectos históricos, o que é característica extensiva aos textos machadianos. O que configura um limite de análise, pois em que pese o historiador trabalhar na sua narrativa com a dimensão imagética e poética, as fontes indicam muito do espaço a ser construído na pesquisa. Mas o que pretendemos demonstrar é que, por mais restrito que seja o uso do conto como fonte histórica, seu uso é viável. Isto, claro, vai depender das mediações feitas pelo historiador.

No caso de Machado de Assis, os relatos sutis, elegantes e breves adensam essa questão, e os contos preservaram em riquezas de detalhes imagens da escravidão e suas implicações sociais.

Todavia, encontramos, na nossa pesquisa, contos que, à sua maneira, representam aspectos da escravidão na Corte. Em imagens breves, revelam cenas da cidade negra do Rio de Janeiro oitocentista. E mais, os contos pesquisados ressaltam em grande medida as condições aviltantes que a escravidão impunha aos escravos. De outro lado, preservam as práticas de resistências como as fugas, suicídios e outras atividades, como a capoeiragem e as quitandeiras, bem como aos locais ligados ao passado da instituição no Rio de Janeiro, como o Valongo, Cidade Nova, entre outras.

O que demonstra o interesse de Machado por essa história, pois embora narrando literatura, o escritor preocupou-se em preservar um passado que as elites brasileiras, durante o século XIX, tentaram sistematicamente apagar, o que foi intensificado com o advento do regime republicano.

Machado de Assis nos contos desvela algo muito importante: a capacidade de advertir de forma sutil e intencional os fragmentos, passagens e paisagens da história do Brasil, em especial da cidade do Rio de Janeiro, pouco conhecido dos leitores

contemporâneos. Especificamente, os contos analisados trazem aos leitores a impressão de que a escravidão e suas implicações sociais estavam presentes no dia a dia da Corte oitocentista e que era parte inerente da história da cidade.

Luiz Felipe de Alencastro (1997) afirma que a escravidão urbana na Corte oitocentista foi de “caráter extravagante”, isto devido ao tamanho do contingente de escravos e libertos, bem como a importância que a instituição teve na cidade. Na primeira metade do século XIX era a cidade com o maior contingente de escravos do mundo.

Estudar a escravidão no Brasil é se interessar pelos discursos silenciosos deixados pelos escravos e seus descendentes, pois muitos não puderam relatar a contento suas próprias experiências acerca de suas histórias e dos seus projetos, e o Estado brasileiro historicamente se comprometeu com toda sua força em apagar as marcas dessa história. Contudo, não conseguiram totalmente seus objetivos, pois os rastros e vestígios permanecem indicando os sons, os sentimentos e imagens desse passado.

Nisto, o historiador burkinense Joseph Ki-Zerbo (1982) afirma *que sob as cinzas mortas do passado existem sempre brasas impregnadas da luz da ressurreição*. Machado de Assis, como um homem-escritor comprometido em compreender seu tempo e seu país, nas suas narrativas produziu indícios, sinais e vestígios da história da escravidão e de suas implicações sociais, aspectos que se configuram como parte importante da história da cidade do Rio de Janeiro. Em especial, nos contos machadianos estão preservados literariamente imagens da escravidão na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, cabendo aos historiadores olharem com mais atenção para essas narrativas literárias impregnadas de luzes que revelam um passado tão próximo de nós.

# GAZETA DE NOTÍCIAS

ESCRITORIO: 70, RUA DO OUVIDOR, 70

Prospecto.

Assignatura por mez: 4\$000.

Numero avulso: 40 rs.

Prospecto.

### TELEGRAMMAS

Agência Havas-Reuter.

A *Gazeta de Notícias* publicará diariamente todos os telegrammas politicos e commerciaes, tanto do paiz como do estrangeiro.

Dis um distincto economista inglez, que passou a vida na pratica de administrações bancarias:

No periodo immediato a uma pressão, e de dinheiro abundante, sem provocar especulações, e no segundo abanda elle e abundam estas; no terceiro principian estas a declinar e aquelle a ser procurado; no quarto escassa o dinheiro e volta a crise.

E' impossivel dizer quanto durará cada um d'estes periodos, pois que na sua duração influem os acontecimentos politicos, a riqueza das colheitas, a direcção que tomam o espirito de especulação e o estado da opinião publica.

O *Diario de Noticias*, de Lisboa, faz uma tiragem de 23 mil exemplares. A tiragem do *Petit Journal*, de Paris, que e do mesmo genero, regula 100 mil exemplares.

Quantos conseguirá tirar a *Gazeta de Noticias*?

Além d'um folhetim-romance, a *Gazeta de Noticias* todos os dias dará um folhetim de actualidade. Artes, litteratura, theatros, modas, acontecimentos notaveis, do fundo a *Gazeta de Noticias* so proprio trazer no corrente os seus leitores.

O tamanho do Brazil e igual ao de quinze vezes o da França. Só a provincia do Minas e maior do que este paiz.

A divida publica consolidada portugueza teve origem em 1797, no reinado de D. Maria I.

O primeiro emprestimo feito pelo real erario foi de 4,000 contos de reis, ao juro de 5% ao anno. Setenta e oito annos depois (1874) o capital nominal da mesma divida estava elevado a 350,000 contos de reis moeda forte.

A *Gazeta de Noticias* fornecerá nos seus assignatios as informações commerciaes que mais possam interessar-lhes, procurando

assim merecer sua benevolencia e protecção.

Já começou a funcionar no Ponto dos bandos da rua de Gonçalves Dias a campanha electrica que dá aos conductores o signal da partida, em substituição ao antigo apito.

Foi a conhecida casa do *Grande Magico* que forneceu o aparelho, uma das especialidades do seu negocio.

Na conhecida casa do Sr Inesley Pacheco têm tido lugar algumas experiencias do photographia em chromo-tipo.

Possuimos uma d'essas photographias, e realmente as que temos visto feitas na Europa, não lhe ganham na perfeição do trabalho.

### CORRESPONDENCIAS.

A *Gazeta de Noticias* aceitará correspondencias de interesse particular, que serão publicadas em secção especial.

Uma das razões por que os chinezes não querem estradas de ferro e por andarem os wagons mais do que um cavallo a toda a brida. Calculam os donos dos caminhos de ferro pelos que pode causar um cavallo desenfreado atravessando as suas estradas cheias sempre de multas gaites.

A *Gazeta de Noticias* distribue-se por toda a cidade, vendendo-se avulso nos principaes kiosques, estações de bondes, barcos, e em todas as estações da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

Matto-Grosso e maior do que qualquer Estado europeu, excepto a Russia. Exceptuando esta, e só pouco menor do que os tres maiores Estados europeus todos juntos, e e absolutamente maior do que a Alemanha e a Austria, ou do que a Alemanha, a França e a Hespanha, ou do que todos os paizes latinos da Europa.

A publicação da *Gazeta de Noticias* começará brevemente e será annunciada com alguns dias de antecedencia nas principaes folhas de Corte e Provincias.

As principaes crises monetarias que nos tempos modernos tem soffrido a Inglaterra, foram sempre precedidas das seguintes circumstancias:

1.º abundancia do dinheiro; 2.º taxa do juro baixa; 3.º especulações de qualquer especie.

Na nossa praça deu-se a primeira e a ultima d'estas circumstancias.

As principaes crises que recentemente se tem dado em Inglaterra, occorram em 1825, 1836, 1839 e 1847.

Não sepo a *Gazeta de Noticias* folha do partido, apenas 12 folhas de questões de interesse geral, applicando a esse terreno o concurso de todas as intelligencias que quizerem utilizar-se das suas columnas.

No 1848 na Inglaterra, o parlamento exigiu que todas as companhias de estradas de ferro que requeressem approvação legal, depositassem 10 por cento do seu capital, dentro dos primeiros 15 dias depois de reunidas as camaras.

Estes depositos foram calculados em 14 milhoes de libras esterlinas.

As notas que então se achavam em poder do publico não passavam de 20 milhoes esterlinas.

E' claro que todo o mundo se admirou desde logo como seria possível pagar com as notas então em circulação uma somma tão enorme.

O Banco de Inglaterra, porém, fez a operação de modo que não depressa entrava o dinheiro, como era de vár vez emprestado, realizando assim sem grande difficuldade uma transacção de descomunal magnitud.

Para mais facilitar a subscrição da *Gazeta de Noticias*, as assignaturas serão feitas por qualquer tempo, á vontade do assignante, vendendo-se sempre em fim de mez.

O preço será de 18000 mezas, adiantados, accrescendo para fsta da corte os portes do Correio.

No anno de 1873 morreram de fome na cidade de Londres 107 pessoas. Feliz terra!

Vendendo-se ultimamente em Paris, por 35 francos, um revolver que tem servido para o suicidio de cinco pessoas. Quem o comprou ainda se não suicidou.

As pessoas de fora da Corte que quizerem tomar assignaturas podem fazer-lhe remettendo-nos sua importancia em sellos, valas postaes, ou carta segura.

Dirrecção: A Redacção da *Gazeta de Noticias* 70, rua do Ouvidor Corte

### ANNUNCIOS

## O MOSQUITO

SEMANARIO ILLUSTRADO

Escritorio 70—Rua do Ouvidor—70

MOREIRA, MAXIMINO & C. Loja de papel, livros em branco e toda a sorte de objectos d'escritorio

Agentes da REVISTA OCCIDENTAL Rua da Quitanda, 111, placa.

J. P. HILDEBRANDT NOVA TYPOGRAPHIA

Esta bem conhecida officina, achase habilitada a imprimir com nitidez qualquer obra, por maior que seja.

RUA DA ALFANDEGA 87 Sobrado.

## OS FERRÕES

Publicação quinzenal

Analyse critica e satyrica dos acontecimentos do dia. Vendese e assignase nos Livrarios de Moreira Maximino & C., e rua da Quitanda n. 111, e E. G. Possello, rua do Ouvidor, 71.

J. F. A. CARNEIRO PHOTOGRAPHO

Succesor de CARNEIRO & GASPAR

Rua de Gonçalves Dias n. 54

Mostrador permanente na Rua do Ouvidor

PRECISA-SE de bons entregadores para fazerem a distribuição da *Gazeta de Noticias*: para tratar, no escriptorio, rua do Ouvidor n. 70.

### LITHOGRAPHIA A VAPOR

Paulo Robln. N. 44—Rua da Assembléa—44.

Retratos e paesagens a lapis o á penna, mappas, plantas topographicas, accões, diplomas, lettras, facturas, cartões, circulares, e todos os trabalhos concernentes ao commercio, feitos em gravura, e autographia, quadros, rotulos e cartazes em CHROMO-LITHOGRAPHIA

FRANCISCO ROSSI ENGENHEIRO ARCHITECTO

ESCRITORIO Rua dos Ourives n. 45 Sobrado.

Medicina, Cirurgia e Partos

CLINICA DO DR. JOAQUIM PEDRO

Residencia — rua do Catumbý N. 28, onde tambem dá consultas das 7 ás 8 horas da manhã.

Consultorio — rua de Gonçalves Dias 14 das 11 ás 1 hora da tarde. N. B. — Para o consultorio devem ser dirigidos os chamados da cidade a qualquer hora.

CAISA INGLEZEIRA

RUA DOS SURTIDOS 45 antigo n. 55

Cardozo & Gomes

Offercem ás Excm. famílias o mais completo sortimento de fazendas e novidades pelos preços das fabricas.

Chapelaria Progresso

N.º 101 RUA DO HOSPICIO

F. A. ALMEIDA

Deposito de chapeos patente, de castor, lebre e outras qualidades.

### FOLHETIM

Ha uma coisa muito tola em todos os homaes que começam o programma.

Não ha falano de qualidade alguma, que, para impingir ao publico uma folha de papel impresso pelos quatro lados, não imagine logo que e necessario declarar, em typo grosso e entrelinhado, so que cá rem.

Ao que cá vem, digo eu: ao que tem accção de vir.

A rigor, comprehendendo-se que os ministerios novos fazem um cartaz da sua futura conduta. Noventa vezes sobre oventa e seis e o mesmo que se o não fazem, mas é uso.

Dizem elles, por exemplo: vamos occupar-nos de estudar a questão dos impostos. Já o cidadão sabe que na primeira occasião tem na decima uma differença de vinte por cento... para mais.

Um politico serve o programma para trazer os olhos do proximo.

Por que razão se seguiria a mesma practica nos jornaes?

Um programma!...

Havia de ter sua graça se a *Gazeta de Noticias* vinha a lume com um artigo chorumento a explicar ás populações como e por que forma vem concorrer para a salvação do estado e a marcha da civilisação.

Pois a gente sabe lá hoje o que ha de fazer amanhã?

Sabó lá se tem que defender Beltrano, ou ataca-lo, se tem de prestar um serviço ao pequeno commercio, ou de advogar a causa dos acededores do gaz?

Sabó lá se terá de occupar-se de theatros, ou se de preferencia dará noticia d'um bom livro, d'uma folheta nova, d'uma originalidade qualquer ou de qualquer banalidade?

Fazer um programma e o mesmo que dizer ao publico:

— Meus senhores, eu conheço todas as suas necessidades, todos os seus desejos, todas as suas esquisitices: sei qual e o remedio a applicar-lhes, act tudo. Pois vos transformar-lhes, sem máquinismo especiaes nem alacões no palcio, este valle de lagrimas, n'um reino de maravilhas, n'um paiz encantado como o dos ultimos actos das magicas da Phenix.

No dia seguinte, o leitor, que está indocino na escolta da praça que hade ir com a senhora e os meninos tomar banhos d'agua salgada, lombra-se do desgraçado programma, bate na testa, e procura na folha que prometteu fazer a sua felicidade — a preço razoavel — qual e a melhor praça para banhos.

Justamente nesse dia a folha occupa duas columnas a tratar d'um assumpto do maior interesse — uma sessão do Instituto Historico — mas a respeito do banhos, nem palavra.

O leitor, que se fiava no programma, fica

desapontado, e continua a não saber se deve armar a sua barraca no boquichiro do Passeio, ou no canal do Mangue.

A proposito de programma, conton-me agora mesmo um amigo uma anecdota acontecida com um rei.

Que rei era, não chegámos a um accordo sobre quem havia de ser o heroe da historia. Quería elle que fosse o Sr D. João VI, de latequena memoria; mas eu opinei que deixassemos em paz a memoria d'um rei que em sua vida tanto honrou as canjas apresentadas, preferindo attribuir o dito a algum rei da Inglaterra; mas isso tambem era muito aventurar, e então o melhor e contar o conto e deixar lá o rei.

Havia, pois, sua Magestade promettido ao seu povo uma constituição.

O povinho bateu palmas de contente, e foi-se cada um para sua casa esperar por ella:

Passaram-se mezes, passaram-se annos

— eran capazes do passar seculos — e de constituição, nem noticias. O povo afinal cansou-se d'esperar e foi até aos regos paços perguntar a Sua Magestade pelo que lhe havia promettido.

O rei, sem se commover, respondeu paternalmente aos que haviam tomado a palavra para lhe recordar a sua:

— Certamente, meus fillos, certamente. Prometti-vos uma constituição, não ha duvida. Mas parece-me que ainda não estou em falta... prometti e verdade, mas não disse para quando... Ora, ido para casa descançados, que um dia torais a constituição.

Os programmaes, em geral, são como as constituições do tal rei.

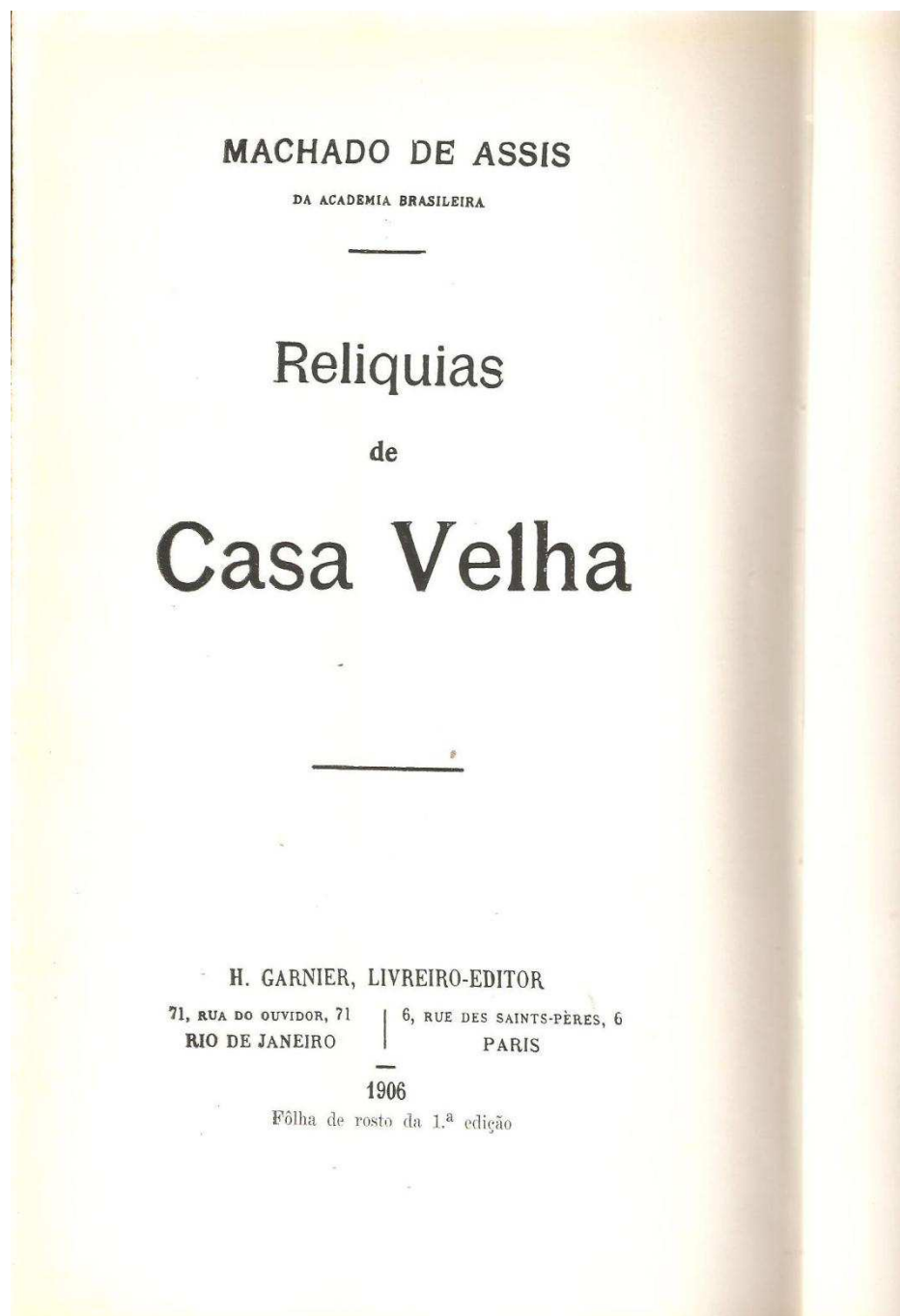
Nada, nada. O melhor programma d'um jornal que quer agrandar ao publico e — agrandar-lhe — sem programma.

Bou.

Typ. Rua d'Alfandega 87.



Capa do último livro de contos de Machado de Assis.



Ano – nº Publicações dos contos de Machadianos

1858 - 1	1876 - 8	1894 - 4
1859 - 2	1877 - 4	1895 - 3
1860 - 0	1878 - 11	1896 - 0
1861 - 0	1879 - 3	1897 - 2
1862 - 1	1880 - 0	1898 - 1
1863 - 0	1881 - 4	1899 - 1
1864 - 5	1882 - 10	1900 - 0
1865 - 5	1883 - 23	1901 - 0
1866 - 8	1884 - 23	1902 - 0
1867 - 5	1885 - 11	1903 - 1
1868 - 5	1886 - 8	1904 - 1
1869 - 2	1887 - 4	1905 - 1
1870 - 4	1888 - 1	1906 - 6
1871 - 5	1889 - 1	1907 - 1
1872 - 7	1890 - 1	
1873 - 11	1891 - 3	
1874 - 4	1892 - 4	
1875 - 12	1893 - 1	

Fonte: Dados da pesquisa, 2012. Retirados de Edjalma Cavalcanti, 2003.

Pseudônimos: \*\*\*; A; Camilo da Anunciação; Eleazar; J; J.B; J.J; Job; Lara; Lélío; M; M.A; M de A.; M. de Assis; Machado d'Assis ; Machado de Assis; Manassés; Marco Aurélio; Max; Máximo; O.O; Otto; Próspero; Victor de Paula; X; Z, Z,Z; diversas assinaturas, sem assinatura apenas um conto foi publicado.



Foto de Machado de Assis aos trinta anos.

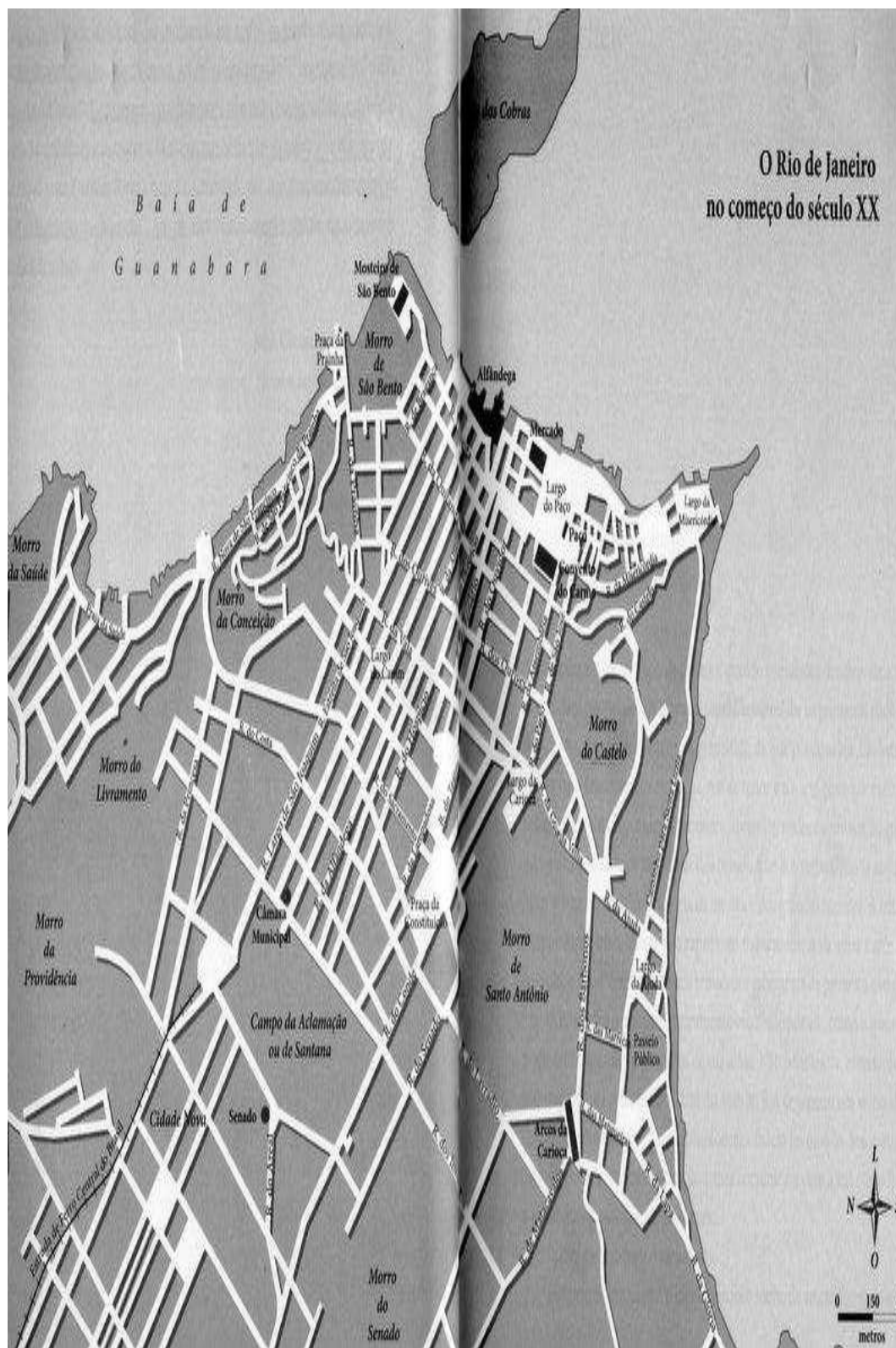
Fonte: [http://www.pactoaudiovisual.com.br/mestres\\_final/machado/vida\\_e\\_obra.htm](http://www.pactoaudiovisual.com.br/mestres_final/machado/vida_e_obra.htm)



Máscara mortuária de Machado de Assis resalta os traços negroides do escritor.

Fonte: [http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/machado\\_assis/galeria/foto16.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/machado_assis/galeria/foto16.html)

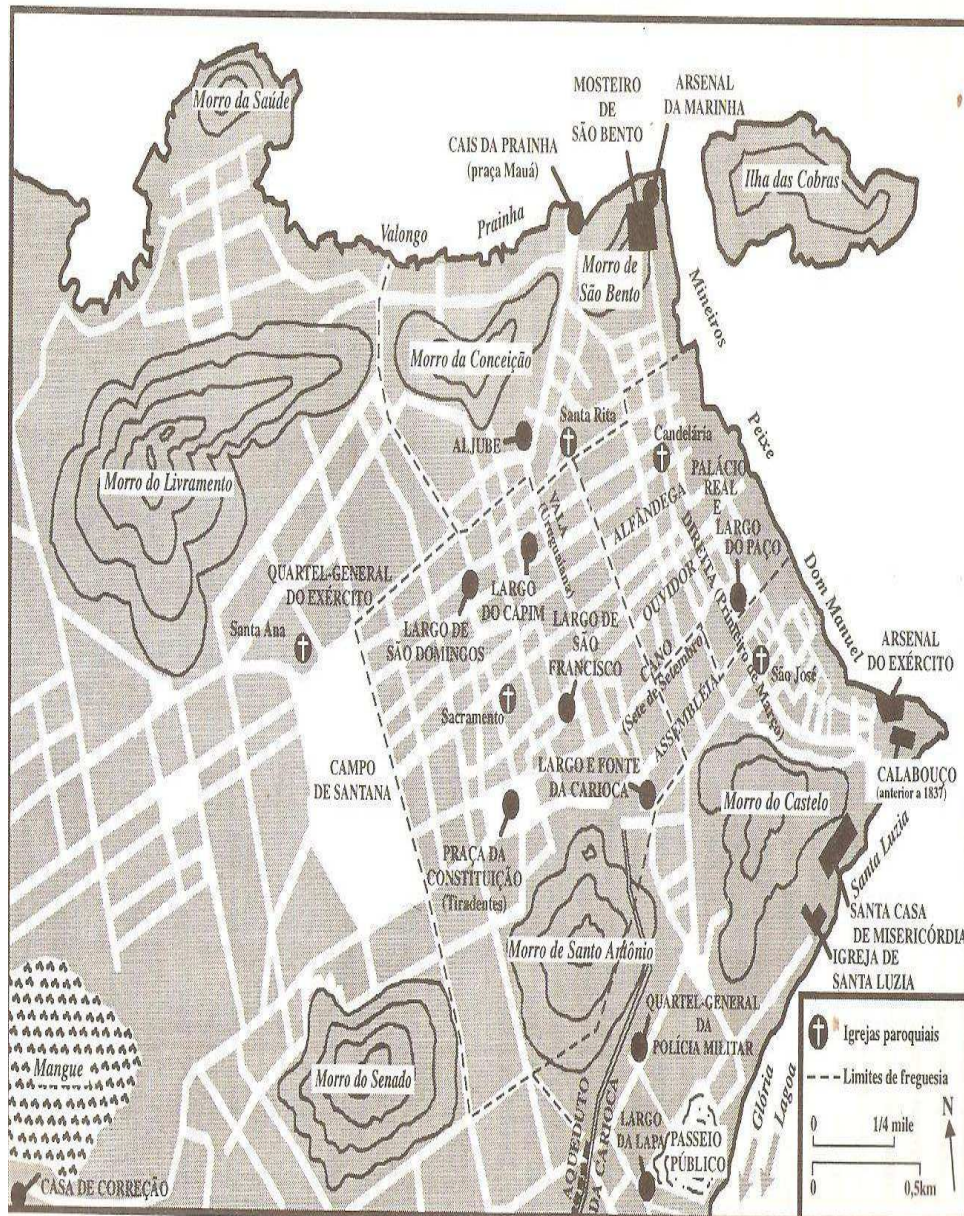
Mapa do Rio de Janeiro mostram as ruas onde Cadinho arrasta Arminda. Gledson (2007).





## Mapa da área central do Rio de Janeiro – (HOLLOWAY, 1997)

Mapa 1  
Parte central do Rio de Janeiro, cerca de 1850



## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias:

- ASSIS, Machado de. **Obra completa**: Conto e Teatro. II Volume. 9ªed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Memorial de Aires**. São Paulo: Editora Escala, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Crônicas selecionadas**: antologia. São Paulo, Martin Claret, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Contos Completos de Machado de Assis**. Org Edjalma Moraes Cavalcante. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.
- \_\_\_\_\_. **50 contos de Machado de Assis**; seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

### Bibliografia:

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem Privada no Império. In \_\_\_\_\_ (Org). **História da vida privada no Brasil**: Império: a corte e a modernidade nacional. 6ªed. São Paulo: Companhia das letras, 1997, V2.
- \_\_\_\_\_. Com quantos escravos se constrói um país? In: **Raízes africanas**. Rio de Janeiro, Sabin: Revista História da Biblioteca Nacional, 2009.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudos sobre a escravidão no Rio de Janeiro, 1808 -1822. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANDRADE, Mário. **Aspectos da literatura brasileira**. 4ªed. São Paulo: Martins, 1972.
- ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: **História da Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. 3ªed. Campina Grande, EDUFPG, 2006.
- ARISTÓTELES. **Arte Poética**. São Paulo, Martin Claret, 2005.
- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- BARRETO, Lima. **Histórias e Sonhos**. 3ªed São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Mahommah Gardo Baquaqua**: Biografia e narrativa do ex escravo afro-brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire: Um lírico no Auge do Capitalismo**. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRASIL, Gerson. **História das Ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Souza, 1954.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris: o espetáculo da Pobreza**. 8º ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. História e historiografia das cidades, um percurso. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectivas**. São Paulo: Contexto, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BROCA, Brito. **A vida Literária no Brasil 1900**. 4ºed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis e a Política e Outros Estudos**. Rio de Janeiro: Org Simões, 1957.

BROOKSHAW, David. **Raça e Cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de Teoria e História Literária**. 9ºed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Discurso e a Cidade**. 3º ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1977.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de Famílias e direitos no fim da escravidão. In: **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. 6º Ed São Paulo: Companhia das letras, 1997, V 2.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3º ed. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CARRER, Alice. **Rio de Assis: Imagens machadianas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CORTÁZAR, Júlio. **Valise de Cronópio**. Perspectiva, São Paulo, 1974.

CUNHA, Patrícia Lessa das Flores. **Machado de Assis: Um escritor nos Trópicos**. Porto Alegre: Unisinos, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. In: **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. (org) Elciene Azevedo [Et al.]. Campinas. UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis**, Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

DARWIN, Charles. **Viagem de uma naturalista ao redor do mundo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DELACAMPAGNE, Christian. **História da Filosofia no século XX**. São Paulo; Jorge Zahar, 1997.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente**: escritos de caramujo. 2º ed. Rio de Janeiro: Pallas, Crisálidas. 2007

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: Uma introdução. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2011.

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 7ºed. São Paulo: Global, 2001.

FAORO, Raimundo. **Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio**. 2ºed. São Paulo. Editora Nacional, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. V1. 3ºed. São Paulo: ática, 1978.

FILHO, Luís Viana. **A vida de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

FISCHER, Luís Augusto. **Machado e Borges e outros ensaios machadianos**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 9ºed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

\_\_\_\_\_. **Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Fename, 1980.

\_\_\_\_\_. **Seleta**. 4ºed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1983.

GAMA, Luiz. **Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas**. (Edição organizada por Lígia F. Ferreira). São Paulo: Martins Fontes, 2000

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1954.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: Verdadeiro, Falso, Fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Olhos de Madeira**: Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. 2ºed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOTLIB, Nádya Batella. **Teoria do Conto**. 11ªed. São Paulo: Ática, 2006.

GOULART, José Alípio. **Da Palmatória ao Patíbulo: Castigos de Escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista 1971.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance e o público de literatura no século 19**. São Paulo: Nankin editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Manole, 2003.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistências numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro - 1808-1850**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. V1. São Paulo: Ática\UNESCO, 1982.

LARA, Silvia H. "Blowin it the Wind": E.P Thompson e a experiência negra no Brasil. In: Projeto histórico. PUC/ São Paulo, 1995.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A política da Capoeiragem: uma história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará Republicano (1888-1905)**. Salvador: UFBA, 2008.

LIMA, Luciano Mendonça de. Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. 3ªed. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

LOPES, Nei. **Dicionário Escola Afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

LLOSA, Mário Vargas. **A verdade das mentiras**. 2ªed. São Paulo: Arx, 2004.

MARCONDES, Danilo e HILTON, Japiassú. **Dicionário Básico de filosofia**. 3ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MEYER, Augusto. **Machado de Assis (1935- 1958)**. Rio de Janeiro: Livraria. São José, 1958.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Abolição**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. FURNATE, Rio de Janeiro, 1983.

MOUREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades Negras**: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. (Org) Juliana Barreto Farias... [et al] São Paulo: Alameda, 2006.

MURICY, Kátia. **A Razão Cética**: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

PENA, Martins. **Três Peças**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **O Imaginário da cidade**: Visões literárias do urbano-Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ªed. UFRGS: Porto Alegre, 2002.

PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis**: ensaios e apontamentos. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)**. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

PEREIRA, Paulo César Xavier. **Cidade**: sobre a importância de novos meios de falar e de pensar as cidades. In: Palavras da cidade. (Org) Maria Estela Bresciane, Porto Alegre: UFRGS, 2001.

POE, Edgar Allan. **Ficção Completa, poesia e ensaios**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

TATI, Miécio. **O Mundo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

TRIGO, Luciano: **O Viajante imóvel**: Machado de Assis e o Rio de Janeiro do seu Tempo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TRIPOLI, Mailde Jerônimo. **Imagens, máscaras e mitos**: o negro na obra de Machado de Assis. Campinas: Unicamp, 2006.

THOMPSON. Edward Palmer. **A formação da classe operária**: A árvore da liberdade. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

RAMINELLI, Ronald. "História Urbana" In: **Domínios da História**. : ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Orgs). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REIS, José Carlos. **História da "Consciência Histórica" Ocidental Contemporânea**: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REIS, João José. **A rebelião escrava no Brasil**: A história do levante dos Malês, 1835. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. 64ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: editora 34, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**: tensões sociais e produção cultural na primeira República. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. N. A Capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In \_\_\_\_\_ (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2004, V.4.

SANDRONI, CÍCERO e BUENO, Alexei. **Machado vive**: exposição comemorativa de 100 anos de morte de Machado de Assis. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Luiz Carlos. **O povo de “Cam” na Capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio, **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1960.

SOUZA, José Galante de. **A Bibliografia de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação – Instituto Nacional do Livro, 1955.

SOUZA, Forentina e LIMA Maria Nazaré. **Literatura afro-brasileira** / organização Forentina Souza, Maria Nazaré Lima. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Alberto da Costa. **Das mãos do Oleiro**: aproximações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Manilha e o Libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Fábrica de contos**: ciência e literatura em Machado de Assis. Campinas: Unicamp, 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Machado de Assis**: Um Mestre na Periferia do Capitalismo. 3ªed. São Paulo: 34. 1997.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Companhia das letras. São Paulo, 1989.

WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. IN: SEVCENKO, N.(Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, V.3.

## JORNAIS

Fundação Biblioteca Nacional - Jornal do Comércio - fevereiro de 1880.

Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro, Terça - feira, 23 de Maio de 1876.

Fundação Biblioteca Nacional - Almanak Brasileiro do ano de 1876.

Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro, 13 de maio de 1876.

Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícia do Rio de Janeiro, no dia 3 de agosto de 1876

Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias - terça –feira 17 de agosto de 1875; Sábado- 23 de Outubro; sexta-feira dia 10 de Setembro

Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias. Terça – Feira de Outubro de 1875

Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícia, Quinta - feira-22 de agosto de 1877azeta de Notícias, terça-feira, 12 de outubro de 1875

Fundação Biblioteca Nacional - Gazeta de Notícias, 3 de Junho, Domingo,1877.

## REVISTAS & PERÍODICOS

ARANHA, Gervácio Batista. **Visões do urbano na ótica dos cronistas**: um mergulho no cotidiano *citadino*. II Seminário Nacional de Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura, realizadas durante os dias 07 a 10 de novembro de 2011 no Campus I da Universidade Federal de Campina Grande - programa de pós-graduação em História

LOVEJOY, Paul. **Identidade e a Miragem da etnicidade**: a jornada de Mahommah Baquaqua para as Américas. Revista Afro- Ásia, nº27, UFBA, 2002.

HAAG, Carlos. Ossos que falam: escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão. Pesquisa FAPESP, **A escravidão sob a terra**: ossos achados no Rio de Janeiro dão materialidade ao tráfico negreiro, nº190. Dezembro, 2011.

Marcos Mio Chor. **Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Revista brasileira de Ciências Sociais. V 14, nº41, 1999

Marisa Varanda Teixeira Carpintéro e Josianne Francia Cerasoli. A cidade como História. IN: **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR

SANTOS, Fábio Murici dos. O Punhal de Martinha: O Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis. In: **Anos 90**: Revista do Programa de Pós – Graduação em História, Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº14, Dezembro de 2000.

SANTIAGO, Jorge P. “O lado clandestino da cidade brasileira: Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos”. In: **Anuário Americanista Europeo**, n.01, 2003, pág. 87 a 105.

SLENES, Robert W. “**Malungu ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil**”. In: Revista USP, Nº 12, 1991/1992.

\_\_\_\_\_. Escravos, cartórios e desburocratização: O que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In: **Produção e transgressões**. 10º. São Paulo: ANPUH. Editora marco zero, 1985



REIS, João José. Ameaça negra! Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia. In: **A era da escravidão**. Rio de Janeiro, Sabin: Revista História da Biblioteca Nacional, 2009.

RIBEIRO. Luis Filipi. Machado, um contista desconhecido.

<http://www.machadodeassis.net/downad/machadoum%20contista%desconhecido.pdf>

[http://www.lpmeditores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=935305&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&=](http://www.lpmeditores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=935305&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&=)

<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn047.pdf> - p2

<http://historiadesaopaulo.wordpress.com/escravidao-negra-em-sao-paulo-e-no-brasil/>

<http://ims.uol.com.br/hs/marcferrez/marcferrez.html>

### **Teses e Dissertações:**

FARIAS Leonardo Bruno. **“O Anjo das Donzelas”**: a construção do comportamento feminino nos contos de Machado de Assis (1858-1878). Campina Grande, 2011. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de humanidades. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Regina Coeli Gomes do Nascimento.

NETO, Joachin de Melo Azevedo Sobrinho. **Uma Outra Face da Belle Époque carioca**: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto. Campina Grande, 2010. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de humanidades.

OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza. **Representações da escravidão no conto Pai contra Mãe de Machado de Assis**. Monografia de especialização em História e Cultura Afro- Brasileira. Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **História e crônica**: bala de estalo e as questões políticas e sociais de seu tempo (1880). Monografia de História: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas - UNICAMP. 2001.

HONORATO, Cláudio de Paiva. **Valongo**: O mercado de Escravos do Rio de Janeiro, 1758 -1831. Dissertação de mestrado em História. Niterói, 2008. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Mariza de Carvalho Soares.

SILVA, Ana Carolina Feracin. **De “Papa-Pecúlios” ao Tigre da Abolição**: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX, sob orientação da Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha. Departamento de História – IFCH – Unicamp, 2006

SOUZA, Fábio Gutemberg R.B. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande – 1920 – 1945, Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

SILVA, Alessandro Castro da. **Relíquias de Casa Velha**: Uma leitura do Rio de Janeiro e do Brasil do século e início do XX através do olhar do escritor e do funcionário público Machado de Assis. Porto Alegre. Dissertação de mestrado, 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Letras.